Jornal O DIA SP
Fundado em 5 de abril de 1933
www.jornalodiasp.com.br SEXTA-FEIRA, 19 DE JULHO DE 2024 Nª 25.696 Preço banca: R$ 3,50

Para cumprir marco fiscal, governo suspende R$ 15 bi do orçamento

Após reunião no Palácio do Planalto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou na quinta-feira (18) que o governo federal fará uma contenção de R$ 15 bilhões no Orçamento de 2024 para cumprir as regras do arcabouço fiscal e preservar a meta de déficit zero das despesas públicas prevista para o fim do ano. Desse total, segundo o ministro, R$ 11,2 bilhões serão de bloqueio e outros R$ 3,8 bilhões de contigenciamento.

"A Receita fez um grande apanhado do que aconteceu nesses seis meses na arrecadação. O mesmo aconteceu com o Planejamento, no que diz respeito às despesas. E nós vamos ter que fazer uma contenção de R$ 15 bilhões, para manter o ritmo do cumprimento do arcabouço fiscal, até o final do ano, consistindo em R$ 11,2 bilhões de bloqueio, em virtude do excesso de dispêndio acima dos 2,5% de crescimento acima da inflação previstos no arcabouço fiscal. E de R$ 3,8 bilhões de contigenciamento, em virtude da Receita, particularmente em função do fato de que ainda não foram resolvidos os problemas pendentes da reoneração da folha de pagamento das empresas junto ao Supremo Tribunal Federal, ao Senado Federal", explicou o ministro, em declaração à imprensa.

Os detalhes sobre os cortes serão informados na apresentação do Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, na próxima segunda-feira (22), como a queda na projeção de receitas e os aumentos de despesas. Em seguida, o governo deve editar um decreto listando as pastas afetadas pelos cortes.

Tanto o contingenciamento como o bloqueio representam cortes temporários de gastos. O novo arcabouço fiscal, no entanto, estabeleceu motivações diferentes. O bloqueio ocorre quando os gastos do governo crescem mais que o limite de 70% do crescimento da receita acima da inflação. O contingenciamento ocorre quando o governo ocorre quando há falta de receitas que comprometem o cumprimento da meta de resultado primário (resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública).

No caso de R$ 3,8 bilhões de contingenciamento, segundo Haddad, há maior possibilidade de que possa ser revisto, caso as negociações com o Senado para a reoneração da folha de pagamento de empresas de 17 setores da economia avancem, com a aprovação da medida pelos parlamentares, em acordo com o governo.

Já a meta fiscal estabelecida para este ano, segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), é de déficit zero, com uma banda de tolerância de 0,25% do Produto Interno Bruno (PIB). Essa projeção segue mantida, garantiu o ministro. (Agência Brasil)

Brasil registra um crime de estupro a cada seis minutos em 2023

Página 4

Fazenda aumenta para 3,9% estimativa de inflação em 2024

Página 3

Barroso dá 24 horas para governo de SP explicar privatização da Sabesp

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, deu prazo de 24 horas, na quinta-feira (18), para o governo de São Paulo se manifestar sobre a privatização da Empresa Paulista de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). A estatal está em processo de privatização e a fase final de liquidação deve ser concluída na próxima segunda-feira (22).

Pela decisão, a Assembleia Legislativa, a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Procuradoria-Geral da República (PGR) também deverão se manifestar no mesmo prazo. A manifestação das partes é uma medida de praxe adotada pelos ministros do Supremo antes de proferir decisões.

A decisão do ministro foi motivada por duas ações protocoladas pelo PT, PSOL, PV, PCdoB e Rede Sustentabilidade contra a Lei Estadual 17.853/2023, norma que autorizou a venda da estatal.

As legendas alegam que o modelo de privatização é inconstitucional. Entre os argumentos apresentados, o PT alega que a empresa será vendida por preço abaixo do mercado e diz que há limitação de participação de acionistas para favorecer apenas uma concorrente.

Contestação

O partido também contesta a participação de Karla Bertocco, ex-diretora da Equatorial Participações e Investimentos, no conselho que deliberou favoravelmente à privatização. A empresa foi a única a apresentar uma proposta para assumir a posição de investidor referência.

"O governo do estado de São Paulo, além de conduzir um processo de evidente depreciação do patrimônio público, incentiva um movimento especulativo no mercado acionário nacional", afirma o PT.

A Equatorial propôs investir cerca de R$ 6,9 bilhões pelos 15% das ações da Sabesp. O preço para cada ação ficou em R$ 67, abaixo do valor atual das ações da Sabesp, atualmente mais de R$ 80, mas acima do preço mínimo estipulado pelo governo do estado nos contratos de privatização, que ainda não foi tornado público.

Na área de saneamento, a Equatorial atua no Amapá, por meio da Companhia de Saneamento do Amapá (CSA), em operação desde 12 de julho de 2022, atendendo aproximadamente 800 mil pessoas. (Agência Brasil)

Geração de energia no Brasil tem expansão recorde de 18,7%

Foto/Fábio Rodrigues-Pozzebom/ABr

Página 3

Esporte

Zapping fortalece cobertura no esporte a motor ao anunciar transmissão da Turismo Nacional

Foto/ Rafael Gagliano

Estreia *da Turismo Nacional na plataforma será no fim de semana, em Interlagos*

Uma das categorias mais populares do automobilismo brasileiro, a Turismo Nacional, tradicional modalidade envolvendo os carros mais vendidos do país, agora terá uma cobertura especial pela Zapping, plataforma líder de streaming de TV na América Latina. A estreia da categoria pela plataforma acontece no próximo sábado (20), com a transmissão da etapa de Interlagos, em São Paulo, pela Zapping Sports, emissora proprietária da marca destinada a conteúdos esportivos e disponível no pacote Full (canal 35 e 36). Página 12

Lucas Di Grassi encerra temporada da Fórmula E em Londres no próximo final de semana

Foto/ ABT/LAT Images

Lucas *di Grassi encerra temporada da Fórmula E neste final de semana*

A temporada 2024 do Campeonato Mundial de Fórmula E se encerra entre os dias 19 e 21 de julho, em Londres, capital da Inglaterra. A pista da Grã-Bretanha será palco das rodadas 15 e 16. O brasileiro Lucas di Grassi, piloto da ABT Cupra, disputa pela quarta vez uma final no traçado inglês e prevê que o inesperado aconteça.

"O layout em Londres é diferente de tudo que experimentamos nesta temporada. É curto, apertado, tem muitas curvas e é extremamente irregular, fazendo até Tóquio parecer uma pista larga em comparação", comenta o piloto, que completa sua 11ª temporada na categoria de carros elétricos. Página 12

GRAKAR abre temporada 2024 com fortes e emocionantes disputas

No último dia 06 de julho, a GRAKAR (KUKA Burger, Clicados no Kart, KDA Store, DKR - Luvas, Macacões, Aleport - Portões Automáticos, Débora Machado - Nutricionista, Cervejaria Paulistania, Paes Barbecue - Churrasco onde vc quiser, Zanoello – Troféus, Kart Amador SP - Transmissão e locução, Raimbow Laundry - Lavanderia de Macacões, Jornal O Dia, MP Mundo Papercraft), retomou as suas atividades no Kartódromo Granja Viana e não faltaram disputas, emoção e claro muita festa.

Com as baterias organizadas com o critério de desempenho dos pilotos em 2023, foram definidos os devidos grids para as categorias A, B e C.

Iniciando com a Categoria C, a pole ficou com Anderson Gomes que acabou sucumbindo após boas disputas e a bateria sendo vencida por Silvio Maciel, que havia largado em #P2. Página 12

F2: Enzo Fittipaldi destaca importância da classificação na Hungria

Foto/ James Gasperotti

Enzo *Fittipaldi*

O brasileiro Enzo Fittipaldi vai acelerar neste final de semana no tradicional circuito de Hungaroring, pista em que acumula seis pódios na carreira. Seus dois últimos foram conquistados em 2022 na própria F2, com um segundo e um terceiro lugares. O piloto tem como objetivo retomar este caminho na nona etapa da temporada 2024.

"O último final de semana foi difícil até domingo, quando mostramos que estávamos competitivos ao fazermos várias ultrapassagens. Conseguimos passar 12 carros e isso nos motiva para irmos bem na Hungria, onde é difícil de ultrapassar, por isso vamos trabalhar no carro para conseguirmos fazer uma boa classificação", diz Enzo. Página 12

Estado registra recorde de empresas abertas no primeiro semestre de 2024

Mais de 174 mil empresas foram abertas no estado de São Paulo no primeiro semestre deste ano, estabelecendo um recorde na série histórica iniciada em 1998 pela Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp), autarquia vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) do Governo de SP. Esse número representa um aumento de 14,7% em comparação com as mais de 152 mil constituições registradas nos primeiros seis meses de 2023, que até então era o maior total já registrado.

"Desde o início da gestão temos trabalhado para otimizar o gasto público, promovendo investimentos e, consequentemente, gerando mais oportunidades para o estado de São Paulo. Nossas ações, em especial do programa São Paulo na Direção Certa, tem o objetivo de tornar a estrutura do estado mais eficiente, competitiva e indutora do desenvolvimento", destacou o governador Tarcísio de Freitas.

Em média, cerca de 29 mil empresas foram abertas por mês em todo o estado. Este resultado positivo reflete a eficácia das ações do Governo de São Paulo para promover o empreendedorismo, bem como a implementação de ferramentas tecnológicas pela Jucesp para melhorar o ambiente de negócios. O recorde de abertura de empresas no primeiro semestre de 2024 foi impulsionado pelo registro de 29.699 novas constituições em junho, que foi o melhor mês de junho na série histórica e o terceiro melhor resultado deste ano.

"Esse recorde de novas empresas é um reflexo na melhora do ambiente de negócios e da força produtiva do nosso estado. Uma das medidas determinadas pelo governador Tarcísio de Freitas foi a de desenvolver ações que contribuíssem com as atividades empreendedoras e geração de novos negócios, e é o que estamos fazendo, com impacto direto na geração de renda e emprego", aponta Jorge Lima, secretário de Desenvolvimento Econômico do estado de SP.

Seguindo a tendência do estado, a capital paulista também alcançou um recorde em junho, com o maior número de empresas abertas em um primeiro semestre nos últimos 26 anos: 82.275 novas constituições. Esse total no primeiro semestre de 2024 é aproximadamente 22,1% superior ao registrado em 2023, quando foram abertas 67.348 empresas na cidade, que até então era o maior número registrado. Em junho, a cidade de São Paulo registrou 14.297 novas empresas, o que representa o melhor resultado para o mês de junho em toda a série histórica e o terceiro maior número de empresas abertas em 2024.

O Governo de São Paulo lançou em maio um plano que reúne ações voltadas à modernização da máquina pública, visando dar maior eficiência ao gasto público, como redução de despesas e aumento da arrecadação, gerando assim maior capacidade de investimento ao Estado. O plano é dividido nos eixos Expansão dos Investimentos, Melhoria e Efetividade do Gasto e Redução das Despesas, além da Modernização da Administração Pública.

Procon irá investigar vazamento de dados de clientes da Netshoes

O Procon de São Paulo anunciou na quarta-feira (17) que instaurou um procedimento de averiguação contra a Netshoes (NS2.Com Internet S.A), por causa de um vazamento de dados que pode impactar um grande número de consumidores da empresa. Segundo nota do Procon, entre as informações vazadas estão o nome de clientes, com o respectivo número de telefone, CPF e informações sobre os pedidos de compra realizados.

O órgão de defesa do consumidor quer esclarecer se houve problemas relacionados à legislação sobre armazenamento e proteção de dados, previsto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) 13.709, de 14 de agosto de 2018. O Procon destaca que a regulação específica sobre dados pessoais deve ser cumprida, assim como o Código de Defesa do Consumidor.

A própria empresa reconheceu que pode ter sido vítima de um "incidente cibernético". Em 2018, a Netshoes foi vítima de um "incidente cibernético", quando dados de cerca de 2 milhões de consumidores foram vazados. Um ano depois, a empresa foi condenada a pagar multa de R$ 500 mil.

O objetivo da LGPD é promover a circulação das informações. Porém, de forma segura. (Agência Brasil)

Novo hotsite oferece informações sobre o sistema na Rodovia dos Tamoios

A concessionária Tamoios, integrante do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, sob gestão da Artesp (Agência de Transporte do Estado de São Paulo), lançou o hotsite oficial do Free Flow, sistema eletrônico de pedágio que será implantado no km 13+500 do Contorno Sul da Rodovia dos Tamoios a partir de novembro deste ano. O hotsite pode ser acessado pelo endereço do pedágio ou por meio do site da concessionária.

Após acessar o site, os usuários encontrarão informações sobre o funcionamento do pedágio eletrônico, seus benefícios, bem como um vídeo explicativo e instruções sobre como pagar a tarifa. Além disso, o site permite que os usuários enviem suas dúvidas relacionadas ao sistema.

O Free Flow é um sistema eletrônico de pedágio que utiliza pórticos com câmeras e sensores para identificar os veículos e cobrar a tarifa automaticamente. O objetivo do sistema é proporcionar mais segurança e conforto aos usuários das rodovias, eliminando a necessidade de parar ou enfrentar filas para pagar a tarifa de pedágio.

As praças de pedágio localizadas em Jambeiro e Paraibuna continuarão funcionando normalmente.

Como funciona

Ao passar pelo pedágio eletrônico no pórtico da Tamoios, os veículos que já possuem uma TAG instalada terão a tarifa cobrada automaticamente. Para aqueles que não possuem a TAG, será possível efetuar o pagamento através do App Tamoios ou do Site Tamoios. A função de pagamento estará disponível em momento oportuno, próximo à inauguração do Contorno Sul.

Caso o motorista tenha interesse em adquirir uma TAG, é necessário entrar em contato com uma das Operadoras de Pagamento Automático de Pedágio listadas no hotsite.

Roubos e furtos de celulares caem em todas as regiões da cidade de São Paulo

Os roubos e furtos de celulares diminuíram na cidade de São Paulo nos cinco primeiros meses deste ano. Todas as Delegacias Seccionais registraram quedas significativas nesse tipo de crime. Só no centro da capital paulista, foram 8,3 mil registros a menos que na comparação com janeiro a maio de 2023.

O resultado é fruto do trabalho realizado pelas polícias paulistas, como o patrulhamento preventivo e ostensivo da Polícia Militar, somado às operações da Polícia Civil, atuando no combate a receptadores que acabavam movimentando o comércio ilegal de aparelhos.

"Esse é o resultado do combate aos criminosos que atuavam, principalmente na região central. Identificamos e prendemos receptadores, aumentamos o policiamento ostensivo e com operações permanentes passamos a inibir a prática desses crimes", disse o secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite. "E avançamos para todas as regiões da cidade de São Paulo. A queda nos índices criminais é o indicador de que estamos no caminho certo, por meio de estratégia e inteligência policial."

Neste ano, 801 estabelecimentos foram fiscalizados e mais de 3,1 mil aparelhos irregulares ou sem nota fiscal foram apreendidos. Ao todo, 271 criminosos foram presos.

"É importante destacar o constante monitoramento realizado pelas polícias, que podem identificar rapidamente alterações nas ações de criminosos e realocar o efetivo policial. Com isso, são realizadas operações específicas que, nos meses seguintes, garantem a queda e a melhoria gradual da segurança", disse o coordenador de Análise e Planejamento Criminal (CAP), da Secretaria da Segurança Pública (SSP), major Rodrigo Vilardi. "Do centro aos bairros, a segurança está voltando para a população", acrescentou.

Transporte gratuito para grandes eventos estimula hospedagem no Centro de São Paulo

Em uma iniciativa inédita de hospitalidade liderada por empreendedores da rede hoteleira do centro de São Paulo, representantes de 17 hotéis tradicionais da região estão oferecendo transporte gratuito aos hóspedes que visitarem o Expo Center Norte, de 23 a 25 de julho, para a maior feira de panificação e confeitaria da América latina, a Fipan.

O benefício é uma tentativa de atrair turistas que antes prefeririam se hospedar em outras regiões da cidade – e um convite a experimentar atrativos culturais e gastronômicos do primeiro distrito turístico urbano de São Paulo. Entre os 17 hotéis estão clássicos da Rede Buenas Hotéis, como o Cinelandia; da Rede Ibérica, com o Windsor; da Rede DelPlaza, como o Marabá; além do Gran Corona, do King, do Castelar, do San Rafael, do San Michel e do Selina. Atualmente, o centro conta com uma oferta de cerca de 4 mil quartos.

"A ação cria uma vantagem competitiva aos meios de hospedagem da região central da cidade. É um movimento de redescoberta da qualidade da hotelaria do centro de São Paulo pelos participantes de feiras e congressos", afirma Roberto de Lucena, secretário de Turismo e Viagens de SP. O processo de requalificação do Centro Histórico tem incentivos fiscais da Prefeitura de São Paulo que a cada 18 dias, em média, autoriza uma obra de requalificação, também chamada de retrofit.

Organizados pela Comissão de Hotelaria do Distrito Turístico Urbano Centro de São Paulo, o grupo investe em melhorias e facilidades que acrescentem novos fluxos e perfis de turistas aos hotéis do centro de São Paulo. "O incentivo de transporte é um estímulo aos turistas que visitam feiras do Anhembi e Expo Center Norte", afirma Fábio Redondo, da Rede Buenas Hotéis.

As saídas de ônibus para a Expo Center Norte acontecem nos dias 23, 24 e 25 de julho, no período entre 11h30h e 15h, com intervalo de 1 hora. O encontro dos passageiros acontece no Bar Brahma, parceiro da iniciativa, localizado na Av. São João, 677, esquina com Av. Ipiranga.

Polícia Civil de SP deflagra Operação Novo México

A Polícia Civil deflagrou na quinta-feira (18) a Operação Novo México para cumprir mandados de busca e apreensão contra donos de veículos envolvidos em "rachas" ilegais nas ruas de Guarulhos, na Grande São Paulo. Equipes do 4º Distrito Policial estão empenhadas na ação, que está em andamento.

A operação tem como objetivo combater competições ilegais em via pública. Os policiais cumprem 17 mandados de busca e apreensão, autorizados pela Justiça. Até o momento, 18 suspeitos envolvidos nos crimes estão sendo investigados e 13 carros foram apreendidos pelos agentes.

As investigações do 4º DP tiveram início após denúncias sobre a prática de manobras, colocando em risco a vida de motoristas, moradores e outras pessoas que usam a via pública. Com os trabalhos de inteligência e com a ajuda de informações obtidas no curso das apurações, foi possível identificar os envolvidos.

Os veículos usados nos "rachas" foram identificados pelos policiais. Após a análise das informações, um inquérito policial foi instaurado e os pedidos de busca encaminhados à Justiça, que autorizou as apreensões. A ação segue em andamento. O nome da operação faz alusão à rua Novo México, onde os rachas eram praticados.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Eleições paulistanas 2024 : vereador-presidente Milton Leite (União) não deve entrar em fria com o PRTB, um nano partido que não tem liderança pra ser cabeça de chapa na maior capital do Brasil. Isto pode prejudicaria inclusive a reeleição de seus colegas

.

PREFEITURA (São Paulo)

Eleições paulistanas 2024 : nada mais previsível que o candidato (PSDB) Datena parar em padaria pra toma café. O ex-governador (SP) e atual vice-presidente Alckmin (ex-PSDB no PSB) cansou de fazer isso. Eram outros tempos de um candidato de fala mansa

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Eleições na capital, Grande SP, interior e litoral 2024 : deputados(as) cristãos protestantes que apoiam irmãos vereadores(as), além de prefeitos e prefeitas [especialmente nos partidos das direitas] tão muito confiantes nas possíveis reeleições e eleições

.

GOVERNO (São Paulo)

Eleições na capital, Grande SP, interior e litoral 2024 : governador Tarcísio (ainda no Republicanos) vai trabalhar em dobro, por reeleições e eleições de vereadores(as) e prefeitos(as) candidatos dos partidos das centro-direitas, como seu futuro - o Liberal ...

.

CONGRESSO (Brasil)

Eleições pelos Estados e DF : deputados(as) federais e senadores(as) cristãos protestantes que apoiam irmãos vereadores(as), além de prefeitos e prefeitas [especialmente nos partidos das direitas] tão muito confiantes nas possíveis reeleições e eleições

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Eleições na Venezuela 2024 : com o ditador Maduro ameaçando 'guerra civil' contra os que não votarem nele, pode ser mortal pro presidente Lula (dono do PT) caso apoie mais uma eleição fraudulenta. A diplomacia brasileira será desmoralizada na OEA e ONU

.

HISTÓRIAS

Eleições nos EUA 2024 : após o atentado que podia ter matado o ex-presidente Trump (Republicano) fez seu 1º discurso de campanha e seu possível 2º governo com uma expressão e até falas de quem continua vivo por milagre. Insinuando que Deus tá com ele

.

ANO 32

O jornalista **Cesar Neto** faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, esta coluna de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP), como referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@cesarneto.com

A PALAVRA - "Quem crê em mim, como diz a Escritura, rios de água viva correrão do seu ventre" **João 7:38**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Revisão de gastos não comprometerá programas sociais, garante Ministra

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, garantiu que a revisão de gastos do governo será feita com "inteligência, racionalidade e justiça social", sem comprometer os programas sociais. Segundo ela, os filtros aplicados no Bolsa Família já resultaram em uma economia de R$ 12 bilhões com o programa.

Ela lembrou que, em caráter emergencial, o cadastro para o Bolsa Família foi facilitado durante a pandemia, mas que com a melhora da situação, tanto do ponto de vista da saúde como econômico, muitas pessoas puderam abrir mão do benefício.

A ministra explicou que, da pandemia para cá, o Brasil cresceu, só no ano passado, quase 3%, e que o país se encontra atualmente com índices recordes de empregos e carteiras de trabalho assinadas. "Isso significa que muita gente que precisava do Bolsa Família não precisa mais", disse na quinta-feira (18), no programa Bom Dia, Ministra, produzido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

"Fizemos um filtro e conseguimos, entre aspas, economizar R$ 12 bilhões com o Bolsa Família. Não é para economizar, até porque uma parte foi para outras políticas públicas. Outra parte foi para a gente resolver esse problema do déficit fiscal", acrescentou ao garantir que grande parte desse dinheiro teve como destino a reposição de políticas públicas que tinham sido abandonadas durante o governo anterior. Ela garantiu que não há possibilidade nenhuma de o governo acabar com o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Simone Tebet reiterou que o governo manterá todo o cuidado com a questão fiscal. "O Brasil não pode gastar mais do que arrecada", afirmou. "Mas, ao mesmo tempo, não pode gastar menos do que o necessário", acrescentou.

"Não podemos esquecer que o Brasil saiu muito empobrecido da pandemia e que muitas políticas públicas foram abandonadas. Tivemos de repor muitas políticas públicas em 2023. Foram seis anos sem atualizarmos o valor da merenda escolar das nossas crianças. A Farmácia Popular foi totalmente desestruturada. O Minha Casa, Minha Vida ficou quatro anos sem um contrato novo para a faixa de quem ganha até um salário-mínimo e meio", argumentou.

Na avaliação da ministra, a tarefa de sua pasta é um grande desafio, em meio a todo esse contexto. "Mas a gente faz isso com muita sensibilidade, carinho e amor, sabendo que, por trás desses números, existem pessoas e gente sofrendo. Existem crianças dormindo com fome. Portanto, o que precisamos é equilibrar", disse.

"De forma objetiva, vamos ter de cortar gastos. Mas vamos cortar gastos naquilo que efetivamente está sobrando. Fraude, erros e irregularidades, ainda têm muito. Por isso, temos de fazer reformas estruturantes para poder ter recursos para aquilo que mais precisa. Onde mais precisa? Eu sou professora e sei. É na educação e na saúde", disse.

Com relação às obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a ministra Simone Tebet disse que será preservado, mesmo que se façam necessários alguns cortes temporários, contingenciamento ou bloqueios em obras. "Nesse caso, a gente fará naquelas obras que não foram iniciadas. A cada 2 meses faremos revisões, podendo repor de outra forma. Mas repito, não há nenhuma sinalização de que o PAC, especialmente na área de educação e da saúde, terá corte", garantiu.

Sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que direciona o orçamento dos recursos públicos, a ministra disse que a expectativa é a de ser votada entre agosto e setembro, "sem nenhum problema" e, que, enquanto isso, "temos outra missão importante, que é a elaboração do orçamento brasileiro, para definir para onde vai cada centavo do orçamento público". O prazo de entrega ao Congresso Nacional é 31 de agosto.

"É uma conta matemática que parece simples, mas não é. É uma equação onde a receita menos a despesa tem de ser igual a zero. Temos um compromisso com o país, de não gastar mais do que arrecadamos", afirmou. (Agência Brasil)

Fazenda aumenta para 3,9% estimativa de inflação em 2024

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda aumentou, de 3,7% para 3,9%, a estimativa de inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) neste ano. A previsão consta do Boletim Macrofiscal, divulgado na quinta-feira (18). Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas), o documento manteve em 2,5% a projeção de crescimento para 2024.

A previsão para o IPCA está dentro da meta de inflação para o ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%. Para 2025, a estimativa avançou de 3,2% para 3,3%.

Segundo a SPE, contribuíram para o crescimento das estimativas para a inflação os impactos da alta do dólar e das enchentes no Rio Grande do Sul sobre os preços. Os recentes aumentos na gasolina e no gás de cozinha também fizeram a estimativa ser revisada para cima.

Em relação ao PIB, a projeção de crescimento foi mantida por causa do vigor das vendas no varejo e da demanda crescente por serviços. Segundo a SPE, o aquecimento da demanda está ligado à criação de empregos, ao avanço da massa de rendimentos e à queda de juros ao longo do primeiro semestre, que se reflete em menos restrições para o crédito.

O documento previu crescimento de 0,6% no segundo trimestre, em relação ao trimestre anterior. Para 2025, a estimativa de expansão foi reduzida de 2,8% para 2,6%. A SPE atribui o menor crescimento no próximo ano à menor redução da Taxa Selic (juros básicos da economia).

Rio Grande do Sul

O Boletim Macrofiscal informou que as enchentes no Rio Grande do Sul impactarão o PIB em 0,25 ponto percentual em 2024. O documento, no entanto, aponta que os efeitos sobre a economia deverão ser compensados por medidas de suporte às famílias, empresas e aos governos estadual e municipais.

Mais cedo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que tinha pedido cuidado à equipe econômica na revisão do PIB por causa da tragédia climática no Rio Grande do Sul. "Estou pedindo parcimônia da Secretaria de Política Econômica na revisão do PIB, fazer com bastante cuidado. Nós estamos recebendo informações e dados que sustentariam uma reprojeção. Mas eu pedi cautela para avaliar bem se essa reprojeção deve ser feita e quando deve ser feita. Mas os dados da economia estão vindo muito bem. Isso é consistente com baixa pressão nos preços, o que é ótimo, né? Crescer com inflação controlada", declarou.

Setores

Apesar de manter a previsão de crescimento da economia em 2,5%, a SPE mudou a estimativa para os setores produtivos. Para a agropecuária, a variação esperada para o PIB caiu de -1,4% para -2,5%, refletindo a redução nas estimativas para a safra de soja, milho, e trigo em 2024 e os impactos da calamidade no Rio Grande do Sul.

Para a indústria, a expectativa de crescimento foi revisada para cima, de 2,4% para 2,6%. Segundo a SPE, a revisão reflete principalmente as maiores estimativas para o crescimento da indústria de transformação e construção no ano. A projeção para a expansão dos serviços também subiu, passando de 2,7% para 2,8%.

INPC

Em relação aos demais índices de inflação, a SPE também revisou as estimativas. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), utilizado para estabelecer o valor do salário-mínimo e corrigir aposentadorias, deverá encerrar este ano com variação de 3,65%, um pouco mais alto que os 3,5% divulgados no boletim anterior, em março. A projeção para o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), que inclui o setor atacadista, o custo da construção civil e o consumidor final, passou de 3,5% para 3,6% este ano. Por refletir os preços no atacado, o IGP-DI é mais suscetível às variações do dólar.

Os números do Boletim Macrofiscal são usados no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, que será divulgado no próximo dia 22. Publicado a cada dois meses, o relatório traz previsões para a execução do Orçamento com base no desempenho das receitas e da previsão de gastos do governo, com o PIB e a inflação entrando em alguns cálculos. Com base no cumprimento da meta de déficit primário e do limite de gastos do novo arcabouço fiscal, o governo bloqueia alguns gastos não obrigatórios. (Agência Brasil)

Fomento Paraná tem R$ 26 mi disponíveis para apoio a negócios ligados ao turismo

A Fomento Paraná dispõe atualmente de cerca de R$ 26 milhões para financiar projetos de empreendimentos voltados ao turismo no Estado. Desde 2019 a instituição contratou quase R$ 70 milhões em mais de 570 operações para apoiar empreendimentos ligados os setor. Agora, prepara uma nova campanha de divulgação ao trade, principalmente nas cidades que compõem o Mapa do Turismo, para apresentar as oportunidades de crédito para investimento em melhoria e ampliação de negócios.

Os novos recursos foram recebidos do Fundo Geral do Turismo (Fungetur), do Ministério do Turismo. A principal vantagem das linhas Fomento Turismo é a taxa de juros, de 0,68% ao mês, para projetos de empreendimentos de qualquer porte. Empréstimos e financiamentos a partir de R$ 21 mil podem ser usados para investimentos fixos, compra de bens e capital de giro para manutenção de negócios em empresas constituídas e estabelecidas no setor turístico no Paraná, nas atividades elencadas no art. 21 da Lei 11.771/2018, e inscritas no Cadastur.

São exemplo pousadas, hotéis, restaurantes, bares e empreendimentos diversos ligados ao turismo, como lojas de souvenirs, transfer, casas de festas e eventos, marinas, parques temáticos, campings, agências de viagem, operadores turísticos, entre outros. Acesse a página do Ministério do Turismo para saber as CNAES de atividades que podem se beneficiar.

As condições limites das linhas de crédito, prazo de pagamento e de carência variam de acordo com o objeto do financiamento. Para investimentos fixos, como obras e reformas, o prazo de parcelamento pode chegar a 120 meses, com até 60 de carência. O prazo é menor para empréstimos de capital de giro — até 72 meses, mas pode incluir até 18 meses de carência para começar a pagar.

As linhas Fomento Turismo possibilitam o uso de fundos garantidores e cartas de Sociedades Garantidoras de Crédito para garantia das operações em valores de até R$ 800 mil.

De acordo com o assessor de Planejamento e Gestão Estratégica da Fomento Paraná, Gustavo Mattana, a instituição tem captado recursos de diferentes fontes para proporcionar crédito a custos adequados para as empresas paranaenses.

"Os recursos do Fungetur garantem diversos benefícios aos empreendimentos turísticos, com boas taxas, prazos e garantias que facilitam os investimentos", explica Mattana. "O prazo de pagamento de até 120 meses, com carência de até cinco anos para iniciar o pagamento, por exemplo, com as nossas taxas de juros, garante uma estabilidade muito grande para o fluxo de caixa de uma empresa".

O empresário Fábio Pimentel Baptista acessou a linha Fomento Turismo para investir nas empresas dele e manter o caixa. A empresa Beer Food Lab e Roms Sauce produz diversos tipos de molhos especiais para churrasco e hambúrgueres, entre outros, e espera superar R$ 900 mil em faturamento em 2024.

"Meu segundo contrato já foi pelo Fungetur, porque as taxas de juros são muito menores e competitivas. O meu terceiro empréstimo também é pelo Fungetur, porque considero as taxas imbatíveis de acordo com o mercado", conta Baptista. "Simulamos operações em bancos comerciais, mas os financiamentos disponíveis tinham taxas acima de 1% ao mês. E foi graças aos recursos do Fomento Turismo que consegui construir minha empresa atual e estou em processo de expansão".

"A linha especial vai dar uma alavancada nos meus contratos e para o meu CNAE, de atuação em feiras, os juros se tornam ainda mais atrativos. Além disso, o plano de pagamento é facilitado, o que garante que a gente não desperdice dinheiro e possa manter um fluxo de caixa muito mais eficiente", destaca o empreendedor. (AENPR)

Geração de energia no Brasil tem expansão recorde de 18,7%

Com 168 novas usinas de geração de energia em funcionamento, o Brasil fechou o primeiro semestre de 2024 com um incremento de 5,7 gigawatts (GW) de potência instalada na matriz elétrica. O número representa um aumento de 18,7% em relação ao primeiro semestre de 2023 e um recorde nos últimos 27 anos para o período.

Apenas em junho deste ano, houve um incremento de 889,51 megawatts (MW) com a entrada em operação de 27 usinas, sendo 13 eólicas, 10 fotovoltaicas e quatro termelétricas.

A matriz elétrica é o conjunto de fontes disponíveis para a geração de energia elétrica em um país, como hidrelétricas, usinas eólicas, solares e termelétricas.

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a previsão de crescimento da geração de energia elétrica do país para 2024 é de 10,1 GW, menor que a do ano passado, quando houve crescimento de 10,3 GW.

Atualmente, a capacidade instalada de energia elétrica do Brasil, ou seja, a quantidade máxima de produção de energia do país, soma 203,8 gigawatts. Desse total em operação, 84,62% das usinas são consideradas renováveis.

As quatro maiores fontes renováveis que compõem a matriz de energia elétrica brasileira são a hídrica (53,88%), eólica (15,22%), biomassa (8,31%) e solar (7,2%). Entre as fontes não renováveis, as maiores são gás natural (8,78%), petróleo (3,92%) e carvão mineral (1,7%). (Agência Brasil)

Governo libera R$ 1,28 bi para ações de apoio ao Rio Grande do Sul

O governo federal autorizou a abertura de novos créditos extraordinários no valor total de mais de R$ 1,28 bilhão para as ações de recuperação do Rio Grande do Sul, após as enchentes que atingiram o estado. A abertura dos créditos consta de duas Medidas Provisórias (MPs) publicadas na quinta-feira (18), no *Diário Oficial da União*. A primeira, a MP 1.244/24, abre crédito no valor de R$ 1.253.601.800,00 e a segunda, a MP 1.243/24, no valor de R$ 27.163.242. O crédito extraordinário não impacta os resultados fiscais previstos na LDO 2024, em função do reconhecimento do estado de calamidade pública.

Segundo a Casa Civil, uma das principais justificativas para a autorização do novo crédito extraordinário é assegurar as integralizações de cotas no Fundo Garantidor de Operações (FGO) para a cobertura das operações contratadas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), cujas condições para a concessão dos empréstimos foram divulgadas no início de maio.

"Pelo Pronaf, a agricultura familiar no RS conta com descontos de 30% sobre o valor financiado, limitado a R$ 25 mil por beneficiário em municípios em estado de calamidade pública e R$ 20 mil em municípios em situação de emergência. Para agricultores de médio porte, o Pronamp está oferecendo descontos de 25% sobre o valor financiado, limitado a R$ 50 mil por beneficiário em municípios em estado de calamidade pública e R$ 40 mil em municípios em situação de emergência", informou a Casa Civil.

De acordo com a pasta, os valores também serão direcionados para outras ações, como o diagnóstico situacional de estradas e barragens, com levantamento em campo e elaboração de projeto básico; no levantamento das perdas e danos nas habitações; no diagnóstico das perdas em territórios quilombolas rurais; para apoiar na reconstrução das regiões e das comunidades afetadas; assegurar a realização de novas medidas de proteção e defesa civil; nas despesas decorrentes do adiamento da realização das provas do Concurso Público Nacional Unificado; no plano de ação de recuperação dos acervos do Arquivo Nacional atingidos pelas inundações; e em reparos e substituições de equipamentos e instalações do edifício do Banco Central em Porto Alegre.

Além dessas ações, há também a autorização de aplicação dos recursos extraordinários para equipamentos, mobiliários e infraestrutura da Justiça do Trabalho e do Ministério Público Federal, da Procuradoria da Justiça Militar de Porto Alegre, além das sedes da Procuradoria Regional da República da 4ª Região e da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul.

Com a adição do novo valor, são R$ 94,98 bilhões destinados para apoiar o estado no enfrentamento à grave calamidade decorrente das enchentes. (Agência Brasil)

BNDES registra apoio recorde de R$ 2 bilhões à indústria farmacêutica

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) registrou cifras recordes em aprovações de crédito para as indústrias farmoquímica e farmacêutica brasileiras. Segundo dados divulgados pela instituição financeira na quinta-feira (18), foram liberados R$ 2 bilhões desde o início de 2024. Em apenas 6 meses, já é o maior valor contabilizado em um único ano desde 1995.

"Os valores aprovados em 2024 são 32% superiores a todo o ano de 2023 (R$ 1,4 bilhão) e correspondem a 16% do total de 30 anos de apoio do BNDES ao segmento. Com o apoio do banco, as indústrias estão desenvolvendo novos medicamentos, novas associações farmacêuticas (que facilitam a absorção e a administração), vacinas, montagem de centros de pesquisa e desenvolvimento e adquirindo máquinas e equipamentos", registra nota divulgada pelo BNDES.

Ainda de acordo com o BNDES, o aumento das aprovações tem relação com a retomada de investimentos em setores industriais estratégicos. Em janeiro deste ano, o governo federal lançou o programa Nova Indústria (NIB).

O objetivo do programa é estimular o setor produtivo para promover o desenvolvimento do país e reverter o cenário de desindustrialização, segundo o governo federal. O NIB envolve a articulação de diversos instrumentos de Estado, como linhas de crédito especiais, recursos não reembolsáveis, ações regulatórias e de propriedade intelectual, além de uma política de obras e compras públicas. (Agência Brasil)

Brasil registra um crime de estupro a cada seis minutos em 2023

O Brasil registrou um crime de estupro a cada seis minutos em 2023. Com um total de 83.988 casos de estupros e estupros de vulneráveis registrados e um aumento de 6,5% em relação a 2022 o país atingiu um triste recorde. As mulheres são a maioria das vítimas e os agressores estão, na maior parte das vezes, dentro de casa.

Os dados são do 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado na quinta-feira (18), pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Além do recorde em estupros, a publicação aponta o aumento dos registros em todas as modalidades de violência contra a mulher no país e mostra que o perfil dos agressores é constante: quase a totalidade é homem - algo que pode parecer óbvio sobretudo para as mulheres, mas, como defende o Fórum, é preciso ser lembrado principalmente quando se pensa em políticas públicas para prevenir esse crime.

Segundo o anuário, de todas as ocorrências de estupro verificadas em 2023, 76% correspondem ao crime de estupro de vulnerável, tipificado na legislação brasileira como a prática de conjunção carnal ou ato libidinoso com vítimas menores de 14 anos ou incapazes de consentir por qualquer motivo, como deficiência ou enfermidade.

Perfil

O perfil das vítimas não mudou significativamente em relação aos anos anteriores. São meninas (88,2%), negras (52,2%), de no máximo 13 anos (61,6%). Também não houve, de acordo com a publicação, variações na autoria e no local do crime: 84,7% dos agressores são familiares ou conhecidos, que cometem a violação nas próprias residências das vítimas (61,7%). As vítimas de até 17 anos compõem 77,6% de todos os registros.

O anuário chama a atenção para a prevalência de estupros de crianças e adolescente na faixa de 10 a 13 anos, com 233,9 casos para cada 100 mil habitantes, uma taxa quase seis vezes superior à média nacional, de 41,4 por 100 mil. No caso de bebês e crianças de 0 a 4 anos, a taxa de vitimização por estupro chegou a 68,7 casos por 100 mil habitantes, 1,6 vezes superior à média no país.

A maioria dessas vítimas é do sexo feminino. Entre os meninos, a maior incidência de estupros ocorre entre os 4 e os 6 anos de idade, caindo drasticamente à medida que se aproxima a vida adulta.

A taxa média nacional de estupros e estupros de vulnerável foi de 41,4 por 100 mil habitantes. Os estados com as maiores taxas isoladas foram Roraima, com 112,5 por 100 mil; Rondônia, com 107,8 por 100 mil; Acre, com 106,9 por 100 mil; Mato Grosso do Sul, com 94,4 por 100 mil; e Amapá, com 91,7 por 100 mil. Em relação aos municípios, Sorriso (MT) lidera a lista, com 113,9, seguido por Porto Velho (RO), com 113,6, Boa Vista (RR), com 101,5, Itaituba (PA), com 100,6, e Dourados (MS), com 98,6.

Violência contra a mulher

O anuário mostra ainda o aumento em todas as modalidades de violência registradas no país. O crime de importunação sexual foi um dos que mais cresceu, 48,7% em um ano. Em números absolutos, 41.371 ocorrências. O crime é referente a atos libidinosos indesejados, como apalpar, lamber, tocar sem permissão e até mesmo se masturbar em público. Já os crimes de stalking, ou seja, de perseguição, tiveram 77.083 registros, um crescimento de 34,5%.

Segundo o Fórum, esse dado é relevante porque esse crime pode ser o primeiro passo de outras violências e até mesmo de feminicídio – assassinato de mulheres.

Segundo a publicação o crime de assédio sexual aumentou 28,5% nesse período, totalizando 8.135 casos. Tentativas de homicídio cresceram 9,2%, com um total de 8.372 vítimas. A violência psicológica aumentou em 33,8%. Houve 38.507 desses registros. As agressões decorrentes de violência doméstica, cresceram 9,8%, chegando a 258.941 registros.

Os feminicídios tiveram alta de 0,8%. No total, 1.467 mulheres foram mortas no país em crimes de violência doméstica e outros por simplesmente serem mulheres. Mais da metade das mortes ocorre na residência – 64,3%. Entre as que morreram, 63% foram vítimas do parceiro íntimo; o ex-parceiro é o autor do crime em 21,2% dos casos. Nove em cada dez autores de assassinatos de mulheres são homens.

O número 190 foi acionado 848.036 vezes para reportar episódios de violência doméstica. Outras 778.921 ligações reportaram ameaças. Já as medidas protetivas de urgência ultrapassaram a barreira do meio milhão, ao todo, 540.255 foram concedidas em 2023.

O papel dos homens

Segundo o coordenador de projetos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, David Marques, o aumento das ocorrências pode estar relacionado tanto a um aumento dos crimes quanto ao aumento das denúncias e ocorrências policiais. "Por um lado, vários trabalhos estão tentando discutir a respeito do crescimento da própria violência, do fenômeno da violência, e por outro lado, também com variáveis que indicam também um maior nível de registro desse fenômeno acontecendo".

Ele ressalta que é preciso se atentar ao fato de quem comete esses crimes é, na grande maioria dos casos, homem. É preciso, portanto, medidas voltadas para eles. "O que é incontornável, quando a gente olha para o perfil, por exemplo, dos agressores, sempre são os homens. 90% dos assassinos das mulheres são homens. E geralmente é parceiro íntimo, ex-parceiro íntimo. Em outras modalidades também, o homem aparece como o agressor.

Por um lado, é necessário que falemos em relação ao aprimoramento das políticas públicas para o atendimento dessas mulheres vítimas de violência, por outro lado, a gente tem que sim falar do papel do homem como o autor das violências", diz.

É necessário, de acordo com o coordenador, que os homens participem ativamente do debate de medidas para acabar com a violência contra mulheres: "Os homens precisam participar desse debate e a gente precisa pensar, enquanto sociedade, em como ter ações, ter proposições para que a gente mude, inclusive socialmente, o papel dos homens como nessa posição de autores de violência. Porque, de fato, nesse contexto, só por meio dos registros que a gente tem, já fica bastante evidente que alguma coisa precisa mudar, senão o debate vai ser sempre apenas como melhor atender as vítimas de violência, e não o que a gente pode fazer para tentar evitar que essas tendências, que esse fenômeno da violência contra a mulher, violência doméstica e assim por diante, continue crescendo". (Agência Brasil)

INSS orienta segurados a usarem serviços digitais durante greve

A greve dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) entrou na quinta-feira (18) no terceiro dia. Embora sustente que a paralisação dos servidores não impactou significativamente os serviços prestados à população, o órgão reforçou as orientações a quem precisar de determinados atendimentos.

Segundo o instituto, mais de 100 serviços podem ser agendados por meio do site Meu INSS; pela plataforma de mesmo nome, que tem versão para celular (app) ou pela central de atendimento telefônico 135, que funciona de segunda-feira a sábado, das 7h às 22h.

O INSS também orienta os cidadãos que necessitarem de atendimento pericial para a obtenção do auxílio-doença a utilizarem o Atesmed, serviço de avaliação remota de documentos que o instituto implantou prometendo tornar a análise mais rápida e menos burocrática, dispensando a realização de perícia presencial.

Nos casos de perícia médica já agendada para benefício por incapacidade temporária, o segurado pode pedir conversão de agendamento de perícia para o Atestmed. "Para os demais casos, a orientação é reagendar o atendimento pelo 135 ou Meu INSS", orienta o instituto.

Os servidores do INSS entraram em greve na terça-feira (16), por tempo indeterminado.

Além da recomposição de perdas salariais dos últimos anos, os servidores reivindicam a reestruturação e o reconhecimento da carreira do Seguro Social como típica de Estado; o cumprimento do acordo de greve de 2022; o nível superior para ingresso de Técnico do Seguro Social; incorporação de gratificações; jornada de trabalho de 30 horas para todos e cumprimento das jornadas de trabalho previstas em lei; revogação de normas que determinam o fim do teletrabalho e estabelecimento de programa de gestão de desempenho; condições de trabalho e direitos do trabalho para todos, independente da modalidade de trabalho; fim do assédio moral institucional; e reestruturação dos serviços previdenciários. (Agência Brasil)

Justiça bloqueia R$ 292 milhões de acusado de desmatar a Amazônia

A Justiça Federal do Amazonas determinou, na quinta-feira (18), o bloqueio de bens avaliados em R$ 292 milhões de um pecuarista acusado de desmatar e queimar 5,6 mil hectares de florestas na Amazônia. A decisão foi motivada por uma ação da Advocacia-Geral da União (AGU).

De acordo com o processo, o desmatamento ocorreu entre 2013 e 2016 nos municípios de Boca do Acre e Lábrea, ambos no Amazonas. A AGU considera que o valor bloqueado é o maior já cobrado pelo órgão por danos causados na Amazônia.

Pela decisão da Justiça, o pecuarista ainda deverá reparar a área desmatada e implantar sistemas de sumidouros para reduzir o impacto de carbono na região.

Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), as infrações ambientais cometidas representaram a emissão de 901 mil toneladas de gases de efeito estufa.

A decisão também impede que o pecuarista obtenha financiamento em bancos oficiais e receba benefícios fiscais para compra de tratores e ferramentas. Cabe recurso contra a decisão. O nome do acusado não foi informado. (Agência Brasil)

Senado aprova isenção de IPI para eletrodomésticos e móveis para o RS

Móveis e eletrodomésticos da chamada linha branca poderão ter isenção do Imposto Sobre Produto Industrializados (IPI) para residentes de áreas atingidas por desastres naturais ou eventos climáticos extremos, como as enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul.

A isenção está prevista no Projeto de Lei (PL) 4731/2023, aprovado pelo Senado na quarta-feira (17). O projeto segue para a sanção presidencial, mas há um acordo para que o governo vete parte do texto e restrinja a isenção do imposto apenas ao Rio Grande do Sul.

De autoria das deputadas Maria do Rosário (PT-RS) e Gleisi Hoffmann (PT-PR), o projeto já havia sido aprovado pela Câmara. O texto foi apresentado em 2023, antes das enchentes do Rio Grande do Sul, mas o principal motivo para a aprovação foi a ajuda aos atingidos pelo desastre.

No Senado, o projeto foi aprovado com relatório favorável do senador Paulo Paim (PT-RS), que propôs emenda de redação e rejeitou alterações de mérito, para que o texto não tivesse que retornar à Câmara.

Serão contemplados com a redução do IPI: fogões de cozinha, refrigeradores, máquinas de lavar roupa, tanquinhos, cadeiras, sofás, mesas e armários, contanto que fabricados em território nacional. De acordo com o relatório, a alíquota do tanquinho por exemplo é 13%; e refrigeradores de uso doméstico, 9,75%.

A alíquota zero vale para pessoas físicas e microempreendedores individuais (MEIs) residentes ou com domicílio fiscal em municípios cuja calamidade pública ou situação de emergência tenham sido reconhecidos pelo Executivo federal. Para obter a concessão do benefício, o interessado deverá comprovar que residia ou tinha domicílio fiscal na localidade do desastre e que a edificação foi diretamente atingida.

O texto limita o uso da isenção a uma única vez por um membro de cada uma das famílias atingidas e para um produto, segundo regulamento da Receita Federal. (Agência Brasil)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

EBEX S.A.
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 27 de maio de 2024, às 9:00 horas, à Rua Padre João Manoel nº 222 - sala 118 - na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01411-000. **2. Convocação e Presença:** dispensada a convocação pela imprensa, na forma do art. 124. §4º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), em razão da presença da totalidade dos subscritores do capital inicial da Companhia ora constituída, conforme conferência das assinaturas apostas à Lista de Presença e nos respectivos boletins de subscrição de ações em anexo à presente ata, a saber: (i) Ecoinvest Assessoria - Desenvolvimento e Participações Ltda., CNPJ/MF nº 04.130.575/0001-80, com sede nesta Capital do Estado de São Paulo à Rua Padre João Manoel, 222, parte, CEP 01.411-000, neste ato representado na forma de seu contrato social por Carlos de Mathias Martins Júnior, casado, empresário. RG nº 10.773.380-SSP/SP. CPF nº 134.499.018-50, com domicílio comercial nesta Capital do Estado de São Paulo à Rua Padre João Manuel nº 222 - parte, CEP 01411-000; (ii) Ecopart Assessoria em Negócios Empresariais Ltda CNPJ/MF nº 07.216.414/0001-00. com sede nesta Capital do Estado de São Paulo à Rua Padre João Manoel. 222, parte, CEP 01411-000, neste ato representado na forma de seu contrato social por Carlos de Mathias Martins Júnior, casado, empresário, RG nº 10.773.380 - SSP/SP, CPF nº 134.499.018-50, com domicílio comercial nesta Capital do Estado de São Paulo à Rua Padre João Manuel nº 222 - parte, CEP 01411-000 **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Carlos de Mathias Martins Júnior, e secretariados pela Sr Adelino Ricardo Jacinlho Esparta **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** a constituição de uma sociedade anônima de capital fechado sob a denominação de "EBEX S.A." ("Companhia"); **(ii)** subscrição e integralização das ações representativas do capital social da Companhia; **(iii)** aprovação do Estatuto Social da Companhia; **(iv)** eleição dos Diretores da Companhia e fixação de sua remuneração; **(v)** não instalação do conselho fiscal da Companhia. **5. Deliberações:** Após os debates, resolveram os acionistas fundadores da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas: **5.1. Constituição da Companhia:** Aprovar a constituição de sociedade de ações de capital fechado, regida pela Lei das S.A. e demais disposições legais pertinentes, sob a denominação HBEX S.A., que terá sede com sede e foro na Capital do listado de São Paulo, à Rua Padre João Manoel nº 222 - sala 118; **5.2. Subscrição e integralização do capital social:** Aprovar o capital social da Companhia, que será de RS 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 1000 (mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas neste ato e data em moeda corrente nacional, conforme registrado nos Boletins de Subscrição (**Anexo I**), de forma a resultar nas seguintes participações societárias:

Acionista	Ações Ordinárias Subscritas
Ecoinvest Assessoria - Desenvolvimento e Participações Lida.	990
Heopari Assessoria em Negócios Empresariais Ltda	10
TOTAL	1000

5.3. Estatuto Social. Aprovar a redação do Estatuto Social da Companhia (Anexo II). **5.4.** Administração. Eleger os senhores Carlos de Mathias Martins Júnior e Adelino Ricardo Jacintho Esparta, todos já qualificados anteriormente, para exercerem os cargos de Diretores da Companhia (Anexos III e IV). O Senhor Carlos de Mathias Martins Júnior será designado Diretor Presidente, o Senhor Adelino Ricardo Jacintho Esparta não terá designação específica. Os ora eleitos declararam não estar incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e, ato contínuo, tomaram posse do cargo mediante termo lavrado no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria". Os Diretores ora eleitos não receberão remuneração pelo exercício de suas funções. **5.5.** Conselho Fiscal. Resolvem não instalar, de imediato, o Conselho Fiscal previsto no Estatuto Social até que seja conveniente para os negócios da Companhia. **6. Encerramento:** Declarada constituída a Companhia, o Sr. Presidente submeteu aos presentes o exame dos Termos de Abertura dos livros obrigatórios, que foram devidamente assinados pelo Presidente da Assembleia nesta data, sendo tais livros os seguintes: **(a)** Livro de Registro das Ações Nominativas; **(b)** Livro de Registro de Transferência das Ações Nominativas; **(c)** Livro de Atas das Assembléias Gerais; **(d)** Livro de Presença dos Acionistas; **(e)** Livro de Atas de Reuniões de Diretoria. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio, a qual, logo após, foi lida, aprovada e por todos assinada. São Paulo, 27 de maio de 2024. **Carlos de Mathias Martins Júnior,** Presidente; **Adelino Ricardo Jacintho Esparta**, Secretário. Confere com a original lavrada em livro próprio. **Acionistas:** Carlos de Mathias Martins Júnior Ecoinvest Assessoria - Desenvolvimento e Participações Ltda. Carlos de Mathias Martins Júnior Ecopart Assessoria em Negócios Empresariais Ltda.

ANEXO I - BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Ecoinvest Assessoria - Desenvolvimento e Participações Ltda., CNPJ/MF nº 04.130.575/0001-80, com sede nesta Capital do Estado de São Paulo à Rua Padre João Manoel, 222, parte, CEP 01411-000, neste ato representado na forma de seu contrato social por Carlos de Mathias Martins Júnior, casado, empresário, RG nº 10.773.380 - SSP/SP, CPF nº 134.499.018-50, residente e domiciliado nesta Capital do Estado de São Paulo à Rua Padre João Manuel nº 222 - parte, CEP 01411-000, subscreve neste ato 990 (novecentas e noventa) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, emitidas pelo valor de R$ 100,00 (cem reais) cada uma, correspondendo ao total de R$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais), totalmente subscritos em moeda corrente nacional conforme recibo de integralização ora apresentado. São Paulo, 27 de maio de 2024. Carlos de Mathias Martins Júnior Ecoinvest Assessoria-Desenvolvimento e Participações Ltda.

ANEXO I - BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO E LNTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Ecopart Assessoria em Negócios Empresariais Ltda., CNPJ/MF nº 07.216.414/0001-00, com sede nesta Capital do Estado de São Paulo à Rua Padre João Manoel, 222, parte, CEP 01411-000, neste ato representado na forma de seu contrato social por Carlos de Mathias Martins Júnior, casado, empresário, RG nº 10.773.380 - SSP/SP, CPF nº 134.499.018-50, residente e domiciliado nesta Capital do Estado de São Paulo à Rua Padre João Manuel nº 222 - parte, CEP 01411-000, subscreve neste ato 10 (dez) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, emitidas pelo valor de R$ 100,00 (cem reais) cada uma, correspondendo ao total de RS 1.000,00 (hum mil reais), totalmente subscritos em moeda corrente nacional conforme recibo de integralização ora apresentado. São Paulo, 27 de maio de 2024. Carlos de Mathias Martins Júnior Ecopart Assessoria em Negócios Empresariais Ltda.

ANEXO II - ESTATUTO SOCIAL

Capítulo I - Da Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto: Artigo 1º- EBEX S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, sendo regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores ("Lei nº 6.404"). Parágrafo Único - A Companhia, na realização de suas atividades, poderá utilizar-se da expressão **"EBEX"** como nome fantasia. **Artigo 2º** A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços de assessoria no desenvolvimento de projetos e a participação no capital de outras empresas como sócia, acionista ou cotista. § 1º- O exercício das atividades relacionadas ao objeto social da Companhia deverá considerar os interesses de curto e longo prazo da Companhia e de seus acionistas, bem como os efeitos econômicos, sociais, ambientais e jurídicos de curto e longo prazo de suas operações em relação aos empregados ativos, fornecedores, consumidores e demais credores da Companhia, como também em relação à comunidade em que ela atua, local e globalmente. § 2º- A Companhia poderá exercer as atividades de seu objeto social no país ou no exterior, direta ou indiretamente, através da participação em outras sociedades. **Artigo 3º** - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Padre João Manuel, nº 222 - sala 118, Cerqueira César, CEP: 01411-000, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos, e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 4º**- O prazo de duração da sociedade será indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e Ações: Artigo 5º**- O Capital Social da Companhia é de RS 100.000,00 (cem mil reais), divididos em 1.000 (mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. § 1º- Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção de forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junta à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da lei 6.404/76. § 2º- A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembléias Gerais. § 3º- A capitalização de lucros e reservas será obrigatoriamente efetivada sem modificação do número de ações. § 4º- Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 5º- A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies ou classe de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações antigas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quanto das ações de cada espécie ou classe de ações. § 6º- A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. §7º- Os acionistas terão direito de preferência para aquisição de novas ações, bem como na hipótese de cessão, transferência, usufruto ou qualquer forma de alienação ou oneração, direta ou indireta, das ações ou direitos inerentes às ações, para os próprios acionistas ou para terceiros. O prazo para exercício do direito de preferência será de, no mínimo, 30 (trinta) dias. **Artigo 6º**- O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº. 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº. 6.404/76. **Artigo 7º**- A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. **Capitulo III - Da Administração: Artigo 8º-** A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por até 3 (três) Diretores, sendo um Diretor Presidente, e dois diretores sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. § 1º- O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. § 2º- A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria". Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. § 3º- Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandado do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no § 2º do artigo 5º deste Estatuto. § 4º - Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem vierem a indicar. § 5º- A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. **Artigo 9º.** - A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem como objeto social, observado o disposto neste Estatuto. § 1º- Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete à Diretoria, reunida em colegiado: (a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (b) zelar pela observância deste Estatuto Social e pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembléias Gerais e nas suas próprias reuniões; (c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais, podendo comprar, vender, permutar e contratar em nome da Companhia, determinando os respectivos preços, termos e condições; (d) expedir regimentos internos, regulamentos e outras normas da mesma natureza no tocante à administração da Companhia; (e) distribuir entre seus membros as funções de administração da Companhia, respeitando-se sempre o disposto neste Estatuto Social; (f) representar a Companhia, nos termos deste Estatuto Social; (g) disseminar diretrizes estratégicas e cultura organizacional; (h) outorgar mandatos em nome da Companhia, na forma prevista neste Estatuto Social. (i) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e orçamentos e propostas elaboradas para apresentação à Assembleia Geral; e (j) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores, fixada em Assembleia Geral, se for o caso. § 2º- A Diretoria rcunir-se-á preferencialmente na sede social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 3 (três) dias, exceto se a convocação ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. § 3º- A Diretoria somente se reunirá com a presença de, no mínimo 2 (dois) Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia. § 4º-As decisões da Diretoria serão tornadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião. § 5º- As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. § 6º- No desempenho de suas funções, a Diretoria deverá considerar o melhor interesse da Companhia, incluindo os interesses, expectativas e efeitos de curto e longo prazo de seus atos sobre os seguintes atores a ela relacionados: acionistas; empregados ativos; fornecedores, consumidores e demais credores; e comunidade e meio ambiente local e global. **Artigo 10º-** Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia. Além disso, todos os atos e documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da Companhia, tais como escrituras de qualquer natureza, cheques, notas promissórias, letras de câmbio, ordens de pagamento, títulos de dívida em geral, contratos em geral e outros documentos não especificados, serão obrigatoriamente assinados: (a) pelo Diretor Presidente isoladamente; (b) por 1 Diretor em conjunto com um procurador. § 1º- Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados pelo Diretor Presidente em conjunto com outro Diretor, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado a um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. § 2º. - Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere o caput deste artigo mediante a assinatura isolada de um Diretor ou de um mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Diretoria. §3º - Os poderes para (i) vender, hipotecar ou, por qualquer outro modo, alienar ou gravar bens imóveis ou outros bens constantes do ativo imobilizado da Companhia, (ii) contratar quaisquer empréstimos em nome da Companhia, ou (iii) prestar garantias de qualquer natureza em nome da Companhia, deverão ser exercidos apenas mediante assinatura conjunta do Diretor Presidente e de outro Diretor. §4º - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, atos de quaisquer acionistas, diretores, procuradores ou funcionários que envolverem obrigações relativas aos negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros. **Capítulo IV - Assembleia Geral: Artigo 11º**- A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por ano, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem, bem como nos casos previstos em lei e neste Estatuto. § 1º - A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por quaisquer dos 3 (três) Diretores e será presidida pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários. As Assembléias Gerais serão consideradas validamente instaladas (i) em primeira convocação, com a presença de acionistas detentores de, no mínimo, a maioria das ações ordinárias; ou (ii) em segunda convocação, com qualquer número de acionistas. Independentemente das formalidades de convocação para Assembleia Geral, será considerada regularmente convocada a Assembleia na qual comparecerem todos os acionistas da Companhia. § 2º- As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. § 3º- Os acionistas poderão ser representados nas Assembléias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei nº. 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato serem depositados na sede social, com 3 (três) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **Capítulo V - Conselho Fiscal: Artigo 12º**- O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. § 1º- Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado, a respeito, o que dispuser a lei. § 2º- As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Artigo 13º**- O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base em escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a propostas de destinaçào do lucro do exercício. **Artigo 14º**- Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do Capital Social. Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. § 1º. - Atribuir-se-á à Reserva para Investimentos, que não excederá 80% (oitenta por cento) do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% (cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos. § 2º- O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. **Artigo 15º**- Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetárias e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. **Artigo 16º-** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. § 1º- Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimento a que se refere o § 1º do artigo 16 deste Estatuto. § 2º- Também mediante decisão da Assembleia Geral os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. § 3º- Dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capitulo VII - Liquidação Artigo 17º**- A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. § 1º- A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. § 2º- A Assembleia Geral, se assim solicitarem os acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. Confere com o original lavrado em livro próprio e corresponde à versão do Estatuto Social da EBEX S.A. aprovado na Assembleia Geral de Constituição de 27 de maio de 2024. São Paulo, 27 de maio de 2024. **Carlos de Mathias Martins Junior**, Presidente, **Adelino Ricardo Jacintho Esparta**, Secretário. Visto Advogado Tiago do Valle Janke OAB-RJ nº 167.108.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://izisign.com.br/Verificar/87B5-BB7C-7F88-9998 ou vá até o site https://izisign.com.br:443 e utilize o código a seguir para verificar se este documento é válido. **Código para verificação**: 87B5-BB7C-7F88-9998. **Hash do Documento:** 20EAE75886884A974AB4D69175B953B3916CA9DF16EB7B1200EEECA3B352F826. Este documento foi assinado eletronicamente por Adelino Ricardo Jacintho Esparta, Carlos de Mathias Martins Junior e Tiago do Valle Janke. Para verificar as assinaturas vá ao site https://izisign.com.br:443 e utilize o código 87B5-BB7C-7F88-9998.

ALTO ALEGRE AGRO S.A.

CNPJ: 32.075.683/0001-32

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2024 e 2023. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Presidente Prudente-SP, 05 de julho de 2024

A Diretoria.

Aviso

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, encontram-se à disposição dos Senhores acionistas na sede da Companhia, e estão sendo publicadas na edição digital de 19/07/2024 no Jornal O Dia SP.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	**2024**	**2023**
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	12	43
Aplicações financeiras	165.801	16.344
Contas a receber de partes relacionadas	863	1.340
Demais contas a receber	-	1
Total do ativo circulante	166.676	17.728
Não Circulante		
Propriedade para investimento	110.599	91.839
Total do ativo não circulante	110.599	91.839
Total do ativo	277.275	109.567

Passivo e Patrimônio Liquido	**2024**	**2023**
Circulante		
Tributos a recolher	12	11
Imposto de renda e contribuição Social a pagar	106	12
Dividendos propostos a pagar	4.005	1.658
Demais contas a pagar	851	100
Total do passivo circulante	4.974	1.781
Não Circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.369	2.369
Total do passivo não circulante	2.369	2.369
Total do passivo	7.343	4.150
Patrimônio líquido		
Capital social	237.621	87.621
Ajuste de avaliação patrimonial	4.471	4.471
Reservas de lucros	27.840	13.325
Total do patrimônio líquido	269.932	105.417
Total do passivo e patrimônio liquido	277.275	109.567

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	**2023**
Receita líquida das vendas	7.422	5.724
Lucro bruto	7.422	5.724
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(167)	(150)
	(167)	(150)
Lucro operacional antes dos resultados financeiros	7.255	5.574
Despesas financeiras	(1)	(2)
Receitas financeiras	10.379	2.746
Resultado financeiro, líquido	10.378	2.744
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.633	8.318
Imposto de renda	(540)	(959)
Contribuição social	(231)	(375)
Lucro líquido do exercício	16.862	6.984
Lucro líquido básico e diluído por ação (expresso em R$ por ação)	2,11	1,67

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	**2023**
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	16.862	6.984
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	2	2
Variação nos ativos operacionais:		
Contas a receber de partes relacionadas	477	(829)
Outras contas a receber	1	(1)
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	-	(2)
Tributos a recolher	1	7
Imposto de renda e contribuição social a pagar	865	1.344
Demais contas a pagar	751	100
	18.959	7.605
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(771)	(1.334)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	18.188	6.271
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(149.457)	32.350
Aplicação de recursos em propriedade para investimentos	(18.762)	(37.479)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(168.219)	(5.129)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Entrada de caixa por aumento de capital	150.000	-
Dividendos pagos	-	(1.222)
Caixa líquido decorrente das (aplicado nas) atividades de financiamento	150.000	(1.222)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(31)	(80)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	43	123
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12	43

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	**2023**
Lucro líquido do exercício	16.862	6.984
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	16.862	6.984

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Em 31 de março de 2022	87.621	4.472	524	7.474	-	100.091
Realização do custo atribuído	-	(1)	-	1	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.984	6.984
Constituição da reserva legal	-	-	350	-	(350)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.658)	(1.658)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	4.976	(4.976)	-
Em 31 de março de 2023	87.621	4.471	874	12.451	-	105.417
Integralização de capital	150.000	-	-	-	-	150.000
Reversão de dividendos propostos	-	-	-	1.658	-	1.658
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	16.862	16.862
Constituição da reserva legal	-	-	843	-	(843)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(4.005)	(4.005)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	12.014	(12.014)	-
Em 31 de março de 2024	237.621	4.471	1.717	26.123	-	269.932

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Alto Alegre Agro S.A. ("Companhia"), sediada em Presidente Prudente/SP, tem como atividade preponderante a exploração agrícola de lavouras de cana de açúcar, mediante participação em contratos de parceria agrícola em sua totalidade com a parte relacionada Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool. **5. Políticas contábeis materiais Mudanças nas principais políticas contábeis** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/04/2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas. *Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação* A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º/01/2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. Para arrendamentos e passivos de desmontagem e remoção, uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do exercício comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data. Para todas as outras transações, a Companhia aplica as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do exercício mais antigo apresentado. Em 31/03/2024, em sua avaliação a Companhia não identificou possíveis impactos relacionados da adoção dessa norma. *Imposto mínimo complementar global* A Companhia analisou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31/03/2024 em qualquer jurisdição em que a Companhia operou e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Informação de políticas contábeis materiais* A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/01/2023 (no caso da Companhia em 1º/04/2023). Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as Empresas a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da Companhia que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas nesta nota explicativa Políticas contábeis materiais (2023: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações. **a. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **b. Propriedade para investimento** A propriedade para investimento é mensurada pelo custo. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. **c. Demais passivos - Circulante e não circulante** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **d. Outros ativos circulantes e não circulantes** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, ajustes a valor presente, rendimentos, variações cambiais e monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos que são constituídas com base na análise das expectativas de sua efetiva realização. **e. Parceria agrícola** Quando a Companhia atua como parceiro outorgante, determina, no início da parceria agrícola, se cada contrato é classificado como propriedade para investimento. Para realizar essa classificação, a Companhia faz uma avaliação geral se o contrato transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis como parceiro outorgante no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2). A Companhia realiza contrato de parceria agrícola com suas propriedades para investimento, incluindo propriedades próprias. À Companhia não é requerido fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2) para contratos nos quais atua como parceiro outorgante. **f. Reconhecimento da receita** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando (i) já houve a transferência ao comprador do controle relacionado à propriedade do produto; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os benefícios econômicos associados à transação fluirão à Companhia; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as obrigações de desempenho são cumpridas. A receita é oriunda dos contratos de parceria agrícola vinculadas as propriedades para investimento mencionadas na nota 5.b, e é reconhecida como receita quando ocorre a venda da cota parte do produto fruto da parceria agrícola, conforme nota explicativa 5.e. **g. Imposto de renda e contribuição social** A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumido é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*** O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre a receita bruta tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **h. Lucro básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **11. d. Dividendos** A reversão de dividendos propostos, no montante de R$ 1.658, foi deliberada pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) n° 5 do dia 21/07/2023. De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos dividendos de 25% do lucro líquido de cada exercício, após a apropriação da reserva legal, correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício.

	2024	**2023**
Lucro líquido do exercício	16.862	6.984
Base para destinações	16.862	6.984
(-) Constituição da reserva legal	(844)	(349)
Base elegível de distribuição de dividendos	16.018	6.635
Dividendos - percentual de 25% (mínimo obrigatório de acordo com estatuto social)	4.005	1.658

A Diretoria

Celso Luís Tadioto - Contador - CRC 1SP181853/O-8

LINCOLN JUNQUEIRA AGRO S.A.

CNPJ 32.087.360/0001-69

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2024 e 2023. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Presidente Prudente-SP, 05 de julho de 2024

A Diretoria.

Aviso

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, encontram-se à disposição dos Senhores acionistas na sede da Companhia, e estão sendo publicadas na edição digital de 19/07/2024 no Jornal O Dia SP.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	**2024**	**2023**
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	103	51
Aplicações financeiras	21.398	11.895
Contas a receber de partes relacionadas	4.275	5.127
Demais contas a receber	-	1
Total do ativo circulante	25.776	17.074
Não Circulante		
Outras contas a receber	38	38
	38	38
Propriedades para investimento	122.943	116.047
Total do ativo não circulante	122.981	116.085
Total do ativo	148.757	133.159

Passivo e Patrimônio Liquido	**2024**	**2023**
Circulante		
Tributos a recolher	24	167
Imposto de renda e contribuição social a pagar	30	39
Dividendos propostos a pagar	3.694	3.643
Demais contas a pagar	276	78
Total do passivo circulante	4.024	3.927
Não Circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.013	16.019
Total do passivo não circulante	16.013	16.019
Total do passivo	20.037	19.946
Patrimônio líquido		
Capital social	63.206	63.206
Ajuste de avaliação patrimonial	19.455	19.467
Reservas de lucros	46.059	30.540
Total do patrimônio líquido	128.720	113.213
Total do passivo e patrimônio liquido	148.757	133.159

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	**2023**
Receita líquida das vendas	15.115	15.138
Lucro bruto	**15.115**	**15.138**
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(619)	(497)
	(619)	(497)
Lucro operacional antes dos resultados financeiros	**14.496**	**14.641**
Despesas financeiras	(1)	(2)
Receitas financeiras	1.633	1.742
Resultado financeiro, líquido	**1.632**	**1.740**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**16.128**	**16.381**
Imposto de renda	(372)	(720)
Contribuição social	(198)	(323)
Lucro líquido do exercício	**15.558**	**15.338**
Lucro líquido básico e diluido por ação (expresso em R$ por ação)	**6,45**	**6,36**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	**2023**
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**15.558**	**15.338**
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	28	28
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6)	(6)
Variação nos ativos operacionais:		
Contas a receber de partes relacionadas	852	(3.001)
Impostos a recuperar	-	4
Outras contas a receber	1	(1)
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	-	(325)
Imposto de renda e contribuição Social a pagar	(9)	33
Tributos a recolher	433	1.200
Outras contas a pagar	198	78
	17.055	13.348
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(576)	(1.049)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**16.479**	**12.299**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(9.503)	660
Aplicação de recursos em propriedade para investimentos	(6.924)	(11.244)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(16.427)**	**(10.584)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	-	(1.908)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**-**	**(1.908)**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**52**	**(193)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**51**	**244**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**103**	**51**

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	**2023**
Lucro líquido do exercício	15.558	15.338
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	15.558	15.338

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Em 31 de março de 2022	**63.206**	**19.478**	**1.232**	**17.602**	**-**	**101.518**
Realização do custo atribuído	-	(11)	-	11	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	15.338	15.338
Constituição da reserva legal	-	-	767	-	(767)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(3.643)	(3.643)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	10.928	(10.928)	-
Em 31 de março de 2023	**63.206**	**19.467**	**1.999**	**28.541**	**-**	**113.213**
Reversão de dividendos propostos	-	-	-	-	3.643	3.643
Realização do custo atribuído	-	(12)	-	12	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	15.558	15.558
Constituição da reserva legal	-	-	778	-	(778)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(3.694)	(3.694)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	14.729	(14.729)	-
Em 31 de março de 2024	**63.206**	**19.455**	**2.777**	**43.282**	**-**	**128.720**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Lincoln Junqueira Agro S.A. ("Companhia"), sediada em Caiabú/SP, tem como atividade preponderante a exploração agrícola de lavouras de cana de açúcar, mediante participação em contratos de parceria agrícola em sua totalidade com a parte relacionada Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool. **5. Políticas contábeis materiais Mudanças nas políticas contábeis** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/04/2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas. *Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação* A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º/01/2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. Para arrendamentos e passivos de desmontagem e remoção, uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do exercício comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data. Para todas as outras transações, a Companhia aplica as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do exercício mais antigo apresentado. Em 31/03/2024, em sua avaliação a Companhia não identificou possíveis impactos relacionados da adoção dessa norma. *Imposto mínimo complementar global* A Companhia analisou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31/03/2024 em qualquer jurisdição em que a Companhia operou e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Informação de políticas contábeis materiais* A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/01/2023 (no caso da Companhia em 1º/04/2023). Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as Empresas a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da Companhia que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas nesta nota explicativa Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações. **a. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **b. Propriedade para investimento** A propriedade para investimento é mensurada pelo custo. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. **c. Demais passivos - Circulante e não circulante** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **d. Outros ativos circulantes e não circulantes** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, ajustes a valor presente, rendimentos, variações cambiais e monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos que são constituídas com base na análise das expectativas de sua efetiva realização. **e. Parceria agrícola** Quando a Companhia atua como parceiro outorgante, determina, no início da parceria agrícola, se cada contrato é classificado como propriedade para investimento. Para realizar essa classificação, a Companhia faz uma avaliação geral se o contrato transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis como parceiro outorgante no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2). A Companhia realiza contrato de parceria agrícola com suas propriedades para investimento, incluindo propriedades próprias. À Companhia não é requerido fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2) para contratos nos quais atua como parceiro outorgante. **f. Reconhecimento da receita** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando (i) já houve a transferência ao comprador do controle relacionado à propriedade do produto; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os benefícios econômicos associados à transação fluirão à Companhia; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as obrigações de desempenho são cumpridas. A receita é oriunda dos contratos de parceria agrícola vinculadas as propriedades para investimento mencionadas na nota 5.b, e é reconhecida como receita quando ocorre a venda da cota parte do produto fruto da parceria agrícola, conforme nota explicativa 5.e. **g. Imposto de renda e contribuição social** A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumido é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*** O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre a receita bruta tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **h. Lucro básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **11. d. Dividendos** A reversão de dividendos propostos, no montante de R$ 3.643, foi deliberada pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) n° 5 do dia 21/07/2023. De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos dividendos de 25% do lucro líquido de cada exercício, após a apropriação da reserva legal, correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício.

	2024	**2023**
Lucro líquido do exercício	15.558	15.338
Base para destinações	15.558	15.338
(-) Constituição da reserva legal	(778)	(767)
Base elegível de distribuição de dividendos	14.780	14.571
Dividendos - percentual de 25% (mínimo obrigatório de acordo com estatuto social)	3.694	3.643

A Diretoria

Celso Luís Tadioto - Contador - CRC 1SP181853/O-8

ALTA MOGIANA AGRO S.A.

C.N.P.J. 31.937.012/0001-70

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2024 e 2023. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

São Joaquim da Barra-SP, 05 de julho de 2024

A Diretoria.

Aviso

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, encontram-se à disposição dos Senhores acionistas na sede da Companhia, e estão sendo publicadas na edição digital de 19/07/2024 no Jornal O Dia SP.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	**2024**	**2023**
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2	1
Aplicações financeiras	28.786	43.680
Contas a receber de partes relacionadas	7.322	7.872
Impostos a recuperar	442	4
Total do ativo circulante	**36.552**	**51.557**
Não Circulante		
Outros créditos	28.608	-
	28.608	**-**
Propriedade para investimento	159.459	153.891
Imobilizado	2.998	-
	162.457	**153.891**
Total do ativo não circulante	**191.065**	**153.891**
Total do ativo	**227.617**	**205.448**

Passivo e Patrimônio Líquido	**2024**	**2023**
Circulante		
Fornecedores	66	-
Salários e encargos sociais	8	-
Tributos a recolher	1	211
Imposto de renda e contribuição social a pagar	730	498
Dividendos propostos a pagar	5.239	7.449
Adiantamentos de clientes	32	18
Outras contas a pagar	1.507	1.507
Total do passivo circulante	**7.583**	**9.683**
Não Circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.049	6.049
Total do passivo não circulante	**6.049**	**6.049**
Total do passivo	**13.632**	**15.732**
Patrimônio líquido		
Capital social	122.383	122.383
Ajuste de avaliação patrimonial	10.420	10.420
Reservas de lucros	81.182	56.913
Total do patrimônio líquido	**213.985**	**189.716**
Total do passivo e patrimônio líquido	**227.617**	**205.448**

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	**2023**
Receita líquida de vendas	**19.501**	**29.077**
Lucro bruto	**19.501**	**29.077**
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(265)	(493)
Outras receitas operacionais, líquidas	18	-
	(247)	**(493)**
Lucro operacional antes dos resultados financeiros	**19.254**	**28.584**
Despesas financeiras	(3)	(3)
Receitas financeiras	5.536	3.925
Resultado financeiro	**5.533**	**3.922**
Lucro antes dos impostos	**24.787**	**32.506**
Imposto de renda	(1.947)	(754)
Contribuição social	(781)	(387)
Lucro líquido do exercício	**22.059**	**31.365**
Lucro líquido básico e diluído por ação (Expresso em R$ por ação)	**3,25**	**4,62**

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	**2023**
Lucro líquido do exercício	**22.059**	**31.365**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**22.059**	**31.365**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	**2023**
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	22.059	31.365
Despesa com imposto de renda e contribuição social	2.728	1.141
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) ou redução dos ativos		
Contas a receber de partes relacionadas	550	21
Impostos a recuperar - circulante e não circulante	(438)	(2)
Outros ativos a receber - circulante e não circulante	(28.608)	-
Aumento ou (redução) dos passivos		
Fornecedores	66	(1)
Salários e encargos sociais	8	-
Tributos a recolher	(210)	(45)
Adiantamentos de clientes	14	18
Outros passivos a pagar - circulante e não circulante	-	(1)
	(3.831)	**32.496**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.496)	(1.186)
Caixa líquido (aplicado nas) decorrente das atividades operacionais	**(6.327)**	**31.310**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações Financeiras	14.894	(24.653)
Aplicação de recursos em propriedades para investimento	(5.568)	(1.183)
Aplicação de recursos em imobilizado	(2.998)	-
Caixa líquido decorrente das (aplicado nas) atividades de investimentos	**6.328**	**(25.836)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	-	(5.475)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**-**	**(5.475)**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**1**	**(1)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**1**	**2**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**2**	**1**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial: Custo atribuído de ativos	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2022	**122.383**	**10.420**	**2.163**	**30.834**	**-**	**165.800**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	31.365	31.365
Destinações:						
Constituição de reserva legal	-	-	1.569	-	(1.569)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(7.449)	(7.449)
Constituição de reservas de lucros	-	-	-	22.347	(22.347)	-
Saldos em 31 de março de 2023	**122.383**	**10.420**	**3.732**	**53.181**	**-**	**189.716**
Reversão de dividendos propostos	-	-	-	7.449	-	7.449
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	22.059	22.059
Destinações:						
Constituição de reserva legal	-	-	1.103	-	(1.103)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(5.239)	(5.239)
Constituição de reservas de lucros	-	-	-	15.717	(15.717)	-
Saldos em 31 de março de 2024	**122.383**	**10.420**	**4.835**	**76.347**	**-**	**213.985**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Alta Mogiana Agro S.A. ("Companhia"), foi constituída em 23/10/2018, com sede em São Joaquim da Barra/SP, e tem como atividade preponderante a exploração agrícola de lavouras de cana-de-açúcar, mediante participação em contratos de parceria agrícola substancialmente com a parte relacionada Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool. **5. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***(i) Contas a receber de partes relacionadas*** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. ***(ii) Propriedade para investimento*** O valor justo das propriedades para investimento, para fins de divulgação, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **6. Políticas contábeis materiais Mudanças nas políticas contábeis materiais** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/04/2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas. *Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação* A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32 a partir de 1º/01/2023). As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. Para arrendamentos e passivos de desmontagem e remoção, uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do exercício comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data. Para todas as outras transações, a Companhia aplica as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do exercício mais antigo apresentado. Em 31/03/2024, em sua avaliação a Companhia não identificou possíveis impactos relacionados da adoção dessa norma. *Imposto mínimo complementar global* A Companhia analisou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31/03/2024 em qualquer jurisdição em que a Companhia operou e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Informação de políticas contábeis materiais* A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/01/2023 (no caso da Companhia em 1º/04/2023). Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as Empresas a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da Companhia que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas nesta nota explicativa Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações. **a. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **b. Propriedade para investimento** A propriedade para investimento é mensurada pelo custo. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. **c. Demais passivos – circulante e não circulante** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **d. Outros ativos circulantes e não circulantes** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, ajustes a valor presente, rendimentos, variações cambiais e monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos que são constituídas com base na análise das expectativas de sua efetiva realização. **e. Parceria agrícola** Quando a Companhia atua como parceiro outorgante, determina, no início da parceria agrícola, se cada contrato é classificado como propriedade para investimento. Para realizar essa classificação, a Companhia faz uma avaliação geral se o contrato transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis como parceiro outorgante no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2). À Companhia não é requerido fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2) para contratos nos quais atua como parceiro outorgante. **f. Reconhecimento da receita** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ ou bonificações concedidas ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produto é reconhecida quando (i) já houve a transferência ao comprador do controle relacionado à propriedade do produto; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os benefícios econômicos associados à transação fluirão à Companhia; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as obrigações de desempenho são cumpridas. A receita é oriunda dos contratos de parceria agrícola vinculadas às propriedades para investimento mencionadas na nota 6.b, e é reconhecida como receita quando ocorre a venda da cota parte do produto fruto da parceria agrícola, conforme nota explicativa 6.e. **g. Lucro básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **h. Imposto de renda e contribuição social** A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumido é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido. **16. d. Dividendos** De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos de 25% do lucro líquido, após a apropriação da reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, os quais são calculados como segue:

	2024	**2023**
Lucro líquido do exercício	**22.059**	**31.365**
Base para cálculo das destinações:	22.059	31.365
(-) Constituição de reserva legal	(1.103)	(1.569)
Base elegível a distribuição de dividendos	**20.956**	**29.796**
Dividendos - 25% (mínimo obrigatório de acordo com Estatuto Social)	**5.239**	**7.449**

A Diretoria

Carlos Eduardo Lima Nozella - Contador CRC 1SP253467/O-2

ALTA MOGIANA

USINA ALTA MOGIANA S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL

CNPJ nº 53.009.825/0001-33

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2024 e 2023. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

São Joaquim da Barra, 05 de julho de 2024

A Diretoria.

Aviso

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, encontram-se à disposição dos Senhores acionistas na sede da Companhia, e estão sendo publicadas na edição digital de 19/07/2024 no Jornal O Dia SP.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	2024	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	982.054	728.490
Aplicações financeiras	7.601	22.272
Contas a receber de clientes	224.399	183.260
Estoques	275.075	242.006
Adiantamentos a fornecedores	40.842	16.090
Ativo biológico	206.005	279.578
Impostos a recuperar	42.500	35.052
Instrumentos financeiros derivativos	39.700	11.450
Outros créditos	15.166	5.976
Total do ativo circulante	**1.833.342**	**1.524.174**
Não Circulante		
Depósitos judiciais	6.670	6.378
Adiantamentos a fornecedores	11.848	48.531
Impostos a recuperar	15.894	9.751
Outros investimentos	2.550	2.550
Outros créditos	262	247
	37.224	**67.457**
Imobilizado	1.495.856	1.317.701
Intangível	6.721	4.427
Direito de uso	937.438	947.799
	2.440.015	**2.269.927**
Total do ativo não circulante	**2.477.239**	**2.337.384**
Total do ativo	**4.310.581**	**3.861.558**

Passivo e Patrimônio Líquido	2024	2023
Circulante		
Fornecedores	117.950	99.085
Empréstimos e financiamentos	155.905	104.150
Parceria agrícola a pagar	230.805	212.947
Salários e encargos sociais	32.828	30.437
Tributos a recolher	9.937	12.531
Imposto de renda e contribuição social a pagar	42.512	38.976
Adiantamentos de clientes	3.957	1.960
Instrumentos financeiros derivativos	8.023	51.634
Dividendos propostos a pagar	194.467	213.499
Outras contas a pagar	1.833	1.613
Total do passivo circulante	**798.217**	**766.832**
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	266.381	437.350
Parceria agrícola a pagar	570.552	610.390
Provisão para contingências	47.989	45.472
Imposto de renda e contribuição social diferidos	315.775	297.781
Imposto de renda e contribuição social a pagar	128.049	48.977
Total do passivo não circulante	**1.328.746**	**1.439.970**
Total do passivo	**2.126.963**	**2.206.802**
Patrimônio líquido		
Capital social	760.000	610.000
Ajuste de avaliação patrimonial	4.070	4.899
Reservas de lucros	1.419.548	1.039.857
Total do patrimônio líquido	**2.183.618**	**1.654.756**
Total do passivo e patrimônio líquido	**4.310.581**	**3.861.558**

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Receita líquida de vendas	**2.404.526**	**1.913.061**
Ajuste ao valor justo - ativo biológico	(61.763)	15.716
Custos dos produtos vendidos e revendidos	(1.330.757)	(1.156.489)
Lucro bruto	**1.012.006**	**772.288**
Despesas operacionais		
Com vendas	(88.840)	(37.862)
Gerais e administrativas	(77.683)	(64.787)
Outras receitas operacionais, líquidas	36.199	34.650
	(130.324)	**(67.999)**
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	**881.682**	**704.289**
Despesas financeiras	(388.796)	(207.096)
Receitas financeiras	464.260	257.554
Variações cambiais, líquidas	8.842	(40.996)
Resultado financeiro	**84.306**	**9.462**
Lucro antes dos impostos	**965.988**	**713.751**
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(298.164)	(229.817)
Diferido	(17.994)	(6.045)
Lucro líquido do exercício	**649.830**	**477.889**
Lucro líquido básico e diluído por ação (Expresso em R$ por ação)	**42,24**	**31,06**

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**649.830**	**477.889**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**649.830**	**477.889**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**649.830**	**477.889**
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	196.557	157.857
Resultado de alienação ou baixa de bens	(9.082)	(7.131)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.994	6.045
Despesa com imposto de renda e contribuição social	298.164	229.817
Resultado não realizado com instrumentos financeiros	(42.151)	126.386
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos	20.868	74.305
Juros e multas de provisão para contingências	2.517	2.567
Reversão de provisão para contingências e juros / multas	-	(666)
Ajuste ao valor justo - ativo biológico	61.763	(15.716)
Juros e variações monetárias sobre outros ativos a receber	(15)	(15)
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosas	(74)	(77)
Diminuição do ativo biológico devido a colheita de cana-de-açúcar	244.630	198.898
Depreciação do direito de uso	224.210	212.093
Ajuste a valor presente	10.020	7.301
	1.675.231	**1.467.553**
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) ou redução dos ativos		
Contas a receber de clientes	(41.065)	(10.078)
Estoques	(33.069)	4.332
Adiantamentos a fornecedores	312	3.224
Impostos a recuperar - circulante e não circulante	(13.591)	(2.014)
Instrumentos financeiros derivativos	(28.207)	(32.663)
Depósitos judiciais	(292)	422
Outros ativos a receber - circulante e não circulante	(9.190)	(1.324)
Aumento ou (redução) dos passivos		
Fornecedores	18.865	28.598
Salários e encargos sociais	2.391	3.931
Tributos a recolher	(2.594)	420
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(87.758)	(32.141)
Adiantamentos de clientes	1.997	(5.471)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.503)	(70.945)
Outros passivos a pagar - circulante e não circulante	220	320
	1.481.747	**1.354.164**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(127.798)	(129.540)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(29.605)	(31.908)
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**1.324.344**	**1.192.716**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela venda de ativos	15.225	13.128
Aplicações financeiras	14.671	(14.009)
Aplicação de recursos em ativo biológico	(232.820)	(246.614)
Aplicação de recursos em imobilizado	(379.256)	(315.630)
Aplicação de recursos em intangível	(3.893)	(2.631)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(586.073)**	**(565.756)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	5.000
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(110.477)	(194.187)
Dividendos pagos	(140.000)	(100.000)
Amortização de parcerias agrícolas	(234.230)	(219.394)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(484.707)**	**(508.581)**
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**253.564**	**118.379**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**728.490**	**610.111**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**982.054**	**728.490**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

		Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros			
	Capital social	Custo atribuído de ativos	Reserva legal	Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2022	**480.000**	**5.888**	**96.144**	**765.854**	**-**	**1.347.886**
Reversão de dividendos propostos	-	-	-	92.480	-	92.480
Distribuição de dividendos complementares	-	-	-	(150.000)	-	(150.000)
Aumento de capital com reservas	130.000	-	-	(130.000)	-	-
Realização do custo atribuído	-	(989)	-	989	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	477.889	477.889
Destinações:						
Constituição de reserva legal	-	-	23.894	-	(23.894)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(113.499)	(113.499)
Constituição de reservas de lucros	-	-	-	340.496	(340.496)	-
Saldos em 31 de março de 2023	**610.000**	**4.899**	**120.038**	**919.819**	**-**	**1.654.756**
Reversão de dividendos propostos	-	-	-	113.499	-	113.499
Distribuição de dividendos complementares	-	-	-	(80.000)	-	(80.000)
Aumento de capital com reservas	150.000	-	-	(150.000)	-	-
Realização do custo atribuído	-	(829)	-	829	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	649.830	649.830
Destinações:						
Constituição de reserva legal	-	-	31.962	-	(31.962)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(154.467)	(154.467)
Constituição de reservas de lucros	-	-	-	463.401	(463.401)	-
Saldos em 31 de março de 2024	**760.000**	**4.070**	**152.000**	**1.267.548**	**-**	**2.183.618**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool (“Companhia”), sediada em São Joaquim da Barra/SP, tem como atividade preponderante a fabricação e o comércio de açúcar e etanol. Também atua na cogeração e comercialização de energia elétrica. No exercício findo em 31/03/2024, aproximadamente 70% da cana-de-açúcar processada pela Companhia foram cultivados em terras de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola, e o restante é adquirido junto a produtores agrícolas. A Companhia tem capacidade de produzir e processar aproximadamente 7,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de 12, 18 meses e 2 verões para maturação e o período de colheita inicia-se geralmente entre os meses de abril e maio de cada ano e termina, em geral, entre os meses de novembro e dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e etanol. A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e não sofre variações decorrentes de sazonalidade, somente de oferta e demanda normais de mercado. Em função de seu ciclo de produção, o exercício social da Companhia tem início em 1º/04 e termina em 31/03 de cada ano. **5. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 17** – Passivo de parceria agrícola e direito de uso. A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento e parcerias agrícolas. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento e da parceria no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento e parceria, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Adicionalmente a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogações. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento/parceria, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. **Nota explicativa nº 21** - Provisão para contingências: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **Nota explicativa nº 27** - Instrumentos financeiros. A Companhia adota o CPC 48 Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a contabilidade de *hedge*), onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de “perdas de crédito esperadas e incorridas”. Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31/03/2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 14** - Ativo biológico; Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados. A Companhia avalia seu ativo biológico ao valor justo, conforme orientações do CPC 29. Essa avaliação considera a melhor estimativa da Companhia na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa da cana-de-açúcar na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, substancialmente, a: (i) produtividade estimada desses canaviais, (ii) quantidade de açúcar total recuperável (ATR) por tonelada de cana-de--açúcar, (iii) preços futuros estimados do ATR, (iv) custos necessários para manutenção do canavial (tratos culturais), custo da terra utilizada (aluguel ou parceria) e custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar. **Nota explicativa nº 17** – Direito de uso, Parceria agrícola a pagar e Arrendamento agrícola a pagar; Taxa de desconto e Nota explicativa nº 22 - Imposto de renda e contribuição social. A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a certas posições fiscais adotadas na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ/CSLL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. **c. Mensuração do valor justo** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e os passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **Nível 2**: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3**: *inputs*, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27 - Instrumentos financeiros. ***Contas a receber de clientes*** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. ***Imobilizado*** O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. ***Instrumentos financeiros derivativos*** O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, se disponível. O valor justo dos instrumentos derivativos de proteção de moeda e juros consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da BM&F e *NYBOT*. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos) - vide nota explicativa nº 27 - Instrumentos financeiros. ***Passivos financeiros não derivativos*** Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de apresentação. O valor justo é calculado com base no valor presente do principal e dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, considerando os fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado. Quanto aos componentes passivos dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. ***Outros passivos financeiros não derivativos*** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. **6. Políticas contábeis materiais Mudanças nas políticas contábeis materiais** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/04/2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas. *Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação* A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32 a partir de 1º/01/2023). As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. Para arrendamentos e passivos de desmontagem e remoção, uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do exercício comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data. Para todas as outras transações, a Companhia aplica as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do exercício mais antigo apresentado. Em 31/03/2024, em sua avaliação a Companhia não identificou possíveis impactos relacionados da adoção dessa norma. *Imposto mínimo complementar global* A Companhia analisou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de março de 2024 em qualquer jurisdição em que a Companhia operou e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Informação de políticas contábeis materiais* A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/01/2023 (no caso da Companhia em 1º/04/2023). Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as Empresas a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da Companhia que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas nesta nota explicativa Políticas contábeis materiais (2023: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações. **a. Moeda estrangeira** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações, exceto pelos ativos e pelos passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação, que são convertidas para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. **b. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **c. Imobilizado *(i) Reconhecimento e mensuração*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido das reavaliações registradas em 1999 e 2006, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessária. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) do imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais, líquidas, no resultado. ***(ii) Custos subsequentes*** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são reconhecidos no resultado como despesa. ***(iii) Depreciação*** A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear durante o período da safra, no caso dos ativos utilizados neste período, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As taxas utilizadas estão apresentadas na nota explicativa nº 15. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível** Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, substancialmente formados por direitos de uso de *software*, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **e. Ativos arrendados *(leasing)*** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). A luz da referida norma contábil, o impacto mais significativo identificado foi que a Companhia reconheceu novos ativos e passivos para os seus arrendamentos, anteriormente reconhecidos como operacionais, relacionados aos arrendamentos e parcerias agrícolas. Os contratos de arrendamento e parcerias agrícolas firmados pela Companhia (terras agriculturáveis) junto a terceiros, preveem, em sua maioria, o pagamento de um valor, em uma determinada data, indexados a produção de cana-de-açúcar. As oscilações dos preços são reconhecidas nas rubricas de Direito de uso dos ativos e Passivos de arrendamento e parceria agrícola a pagar. ***(i) Como arrendatário*** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia alocou a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento e parceria a pagar na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento ou parceria agrícola efetuados até a da data de início. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pela efetiva colheita desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento e parceria agrícola é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento e parceria agrícola que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento/parceria agrícola ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental com base nas taxas de juros observáveis no mercado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são realizados de acordo com a variação do preço do Consecana-SP. *Arrendamentos de ativos de baixo valor* A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **f. Ativo biológico** O ativo biológico (cana-de-açúcar em pé) é reconhecido ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda, considerando a maturidade da cana-de-açúcar de doze e de dezoito meses. A metodologia adotada pela Companhia para satisfazer essa exigência de cálculo é o fluxo de caixa descontado, cujo resultado do cálculo é apresentado na nota explicativa nº 14. A avaliação do ativo biológico é feita anualmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo menos despesas de venda, reconhecido no resultado do exercício em que ocorrem. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data do corte. **g. Estoques e adiantamentos a fornecedores** Mensurados pelo custo das compras, líquido dos impostos compensáveis, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos estoques de produtos acabados contempla valores incorridos na aquisição e nos gastos gerais de fabricação e ajustados ao valor líquido realizável, se aplicável, que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. Quando aplicável, é constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques. Os adiantamentos são para fornecedores de cana e são demonstrados ao custo. A realização se dá de acordo com a expectativa de colheita onde é segregado entre curto e longo prazo. **h. Instrumentos financeiros *(i) Ativos financeiros*** A partir de 1°/05/2019, os ativos financeiros são classificados como (a) mensurados ao custo amortizado e (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado* Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são: (1) para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e (2) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Em 31/03/2024 e 2023, os ativos financeiros classificados nessa categoria referem-se à caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber de clientes e depósitos judiciais, sendo os principais critérios adotados descritos abaixo: **Caixa e equivalentes de caixa:** incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor e contas garantidas, quando aplicável; **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se a investimentos vinculados a contratos de instrumentos financeiros derivativos com restrição de liquidez; **Contas a receber de clientes:** correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia e são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da perda de crédito esperada para contas a receber, quando aplicável. A perda de crédito esperada para contas a receber é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber, sendo calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. As contas a receber no mercado externo são ajustadas pela variação cambial apurada na data de fechamento do balanço; e **Depósitos judiciais:** são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante, exceto se há intenção da administração e um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos com o respectivo passivo registrado no passivo não circulante, na rubrica provisão para contingências. Nesse caso, são apresentados líquidos no balanço patrimonial. *b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado* Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e são contabilizados pelo valor justo. Os custos da transação são debitados ao resultado. Exceto por instrumentos financeiros derivativos, em 31/03/2024 e 2023, a Companhia não possui ativos financeiros incluídos nessa categoria. ***(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros*** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (“um evento de perda”) e que tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. ***(iii) Passivos financeiros*** Passivos financeiros são classificados como (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado ou (b) mensurados ao custo amortizado. A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *a. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado* Incluem os passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Exceto por instrumentos financeiros derivativos, em 31/03/2024 e 2023, a Companhia não possui passivos financeiros incluídos nessa categoria. *b. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado* Após reconhecimento inicial, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os passivos financeiros da Companhia incluídos nessa categoria são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. ***(iv) Instrumentos financeiros – Apresentação líquida*** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(v) Instrumentos financeiros derivativos*** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos é reconhecido imediatamente no resultado, como receitas ou despesas financeiras. Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na nota explicativa nº 27. ***(vi) Valor justo dos instrumentos financeiros*** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. ***(vii) Ativos não financeiros*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31/03/2024 e 2023. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **i. Benefícios a empregados *(i) Benefícios de curto prazo a empregados*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **j. Provisões** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-la, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados serem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. A provisão para contingências, especificamente, refere-se a questões fiscais e está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela administração da Companhia e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo. **k. Demais passivos - Circulantes e não circulantes** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **l. Outros ativos circulantes e não circulantes** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, ajustes a valor presente, rendimentos, variações cambiais e monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos que são constituídas com base na análise das expectativas de sua efetiva realização. **m. Reconhecimento da receita** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando (i) já houve a transferência ao comprador do controle relacionado à propriedade do produto; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os benefícios econômicos associados à transação fluirão à Companhia; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as obrigações de desempenho são cumpridas. ***(i) Açúcar e etanol*** As receitas são reconhecidas quando a Companhia efetua a entrega desses produtos para os clientes, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado ou retirados pelo cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. Essas vendas são, substancialmente, realizadas mediante o recebimento antecipado, ou ainda com prazo de pagamento inferior a 90 dias. ***(ii) Energia elétrica*** A receita é reconhecida com base na quantidade de energia elétrica (em megawatts) disponibilizada para a concessionária de energia elétrica, apurada ao final de cada mês. **n. Receita financeira e despesa financeira** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **o. Imposto de renda e contribuição social** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda) e, 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **p. Lucro líquido básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **23. d. Dividendos** Em 20/07/2023, através da 29ª Assembleia Geral Ordinária de Acionistas (“AGO”), foi aprovado na referida AGO, a reversão e incorporação dos dividendos propostos do exercício anterior no montante de R$ 113.499, para a conta de Lucros Retidos. Em 09/01/2024, mediante 30ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas (“AGE”), foi proposto e aprovado o pagamento de dividendos complementares no montante de R$ 80.000, com utilização de parte do saldo da conta de “Lucros retidos”, dos quais, R$ 40.000 foram pagos nesse exercício e o restante será pago no exercício seguinte. De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos de 25% do lucro líquido, após a apropriação da reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, os quais são calculados como segue:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**649.830**	**477.889**
Base para cálculo das destinações:	649.830	477.889
Constituição de reserva legal	(31.962)	(23.894)
Base elegível a distribuição de dividendos	**617.868**	**453.995**
Dividendos - 25% (mínimo obrigatório de acordo com Estatuto Social)	**(154.467)**	**(113.499)**

A Diretoria

Carlos Eduardo Lima Nozella - Contador CRC 1SP253467/O-2

O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS
COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA,
CUMPRINDO AS NORMAS JURÍDICAS.
AFINAL, O JORNAL É LEGAL.
cenp
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS
abra legal
adjoriBR JORNAIS DO INTERIOR

USINA ALTO ALEGRE S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL

CNPJ nº 48.295.562/0001-36

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2024 e 2023. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Presidente Prudente-SP, 05 de julho de 2024

A Diretoria.

Aviso

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, encontram-se à disposição dos Senhores acionistas na sede da Companhia, e estão sendo publicadas na edição digital de 19/07/2024 no Jornal O Dia SP.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	2024	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.365.096	1.102.922
Contas a receber de clientes	206.502	119.441
Estoques	442.894	369.364
Ativos biológicos	547.277	798.059
Impostos a recuperar	68.131	89.146
Instrumentos financeiros derivativos	49.650	83.153
Outras contas a receber	27.856	12.776
Total do ativo circulante	2.707.406	2.574.861
Não circulante		
Impostos a recuperar	18.833	12.659
Depósitos judiciais e depósito em caução	118.234	114.697
Ativo Biológico	55.369	40.627
Outros Investimentos	896	896
	193.332	168.879
Imobilizado	2.296.649	1.993.108
Intangível	3.454	3.831
Direito de uso	1.947.293	1.774.806
Total do ativo não circulante	4.440.728	3.940.624
Total do ativo	7.148.134	6.515.485

Passivo	2024	2023
Circulante		
Fornecedores	141.212	84.914
Empréstimos e financiamentos	291.897	210.518
Parceria agrícola a pagar	366.791	329.376
Arrendamentos a pagar	32.436	22.398
Salários e encargos sociais	80.451	74.842
Tributos a recolher	9.598	5.357
Imposto de renda e contribuição social a pagar	53.835	37.025
Dividendos propostos a pagar	262.625	305.984
Instrumentos financeiros derivativos	7.942	43.313
Total do passivo circulante	1.246.787	1.113.727
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	504.133	820.102
Parceria agrícola a pagar	1.278.906	1.168.760
Arrendamentos a pagar	181.195	158.403
Imposto de renda e contribuição social diferidos	482.962	468.500
Imposto de renda e contribuição social a pagar	147.764	66.201
Provisão para contingências	15.410	15.333
Total do passivo não circulante	2.610.370	2.697.299
Total do passivo	3.857.157	3.811.026
Patrimônio líquido		
Capital social	1.200.000	1.000.000
Ajuste de avaliação patrimonial	14.970	16.946
Reservas de lucros	2.076.007	1.687.513
Total do patrimônio líquido	3.290.977	2.704.459
Total do passivo e do patrimônio líquido	7.148.134	6.515.485

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

			Reservas de lucros			
	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Em 31 de março de 2022	800.000	19.094	143.661	1.152.364	-	2.115.119
Aumento de capital social com lucros retidos	200.000	-	-	(200.000)	-	-
Reversão de dividendos propostos	-	-	-	78.024	-	78.024
Dividendos distribuidos	-	-	-	(150.000)	-	(150.000)
Realização do custo atribuído	-	(2.148)	-	2.148	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	867.300	867.300
Destinações:						
Constituição da reserva legal	-	-	43.365	-	(43.365)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(205.984)	(205.984)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	617.951	(617.951)	-
Em 31 de março de 2023	1.000.000	16.946	187.026	1.500.487	-	2.704.459
Aumento de capital social com lucros retidos	200.000	-	-	(200.000)	-	-
Reversão de dividendos propostos	-	-	-	205.984	-	205.984
Dividendos distribuidos	-	-	-	(270.000)	-	(270.000)
Realização do custo atribuído	-	(1.976)	-	1.976	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	853.159	853.159
Destinações:						
Constituição da reserva legal	-	-	42.658	-	(42.658)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(202.625)	(202.625)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	607.876	(607.876)	-
Em 31 de março de 2024	1.200.000	14.970	229.684	1.846.323	-	3.290.977

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Receita operacional líquida	3.764.008	3.254.920
Mudança no valor justo de ativos biológicos	(222.567)	211.325
Custos dos produtos vendidos	(2.137.928)	(1.937.302)
Lucro bruto	1.403.513	1.528.943
(Despesas) receitas operacionais		
Com vendas	(225.457)	(178.885)
Gerais e administrativas	(93.696)	(85.648)
Outras receitas operacionais, líquidas	62.590	68.062
	(256.563)	(196.471)
Lucro antes do resultado financeiro	1.146.950	1.332.472
Despesas financeiras	(95.292)	(100.582)
Receitas financeiras	144.560	120.661
Derivativos	55.437	2.866
Variações cambiais, líquidas	20.442	(61.697)
Resultado financeiro	125.147	(38.752)
Lucro antes dos impostos	1.272.097	1.293.720
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(404.476)	(402.632)
Diferido	(14.462)	(23.788)
Lucro líquido do exercício	853.159	867.300
Lucro líquido básico e diluído por ação (Expresso em R$ por ação)	28,20	28,67

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**853.159**	**867.300**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**853.159**	**867.300**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2024	2023
Lucro líquido do exercício	853.159	867.300
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	374.813	350.192
Valor residual das baixas do ativo imobilizado	21.182	2.204
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.462	23.788
Despesa com imposto de renda e contribuição social	404.476	402.632
Resultado não realizado com instrumentos financeiros	(38.639)	(35.811)
Provisão (reversão da provisão) para devedores duvidosos	23	(47)
Provisão (reversão da provisão) para contingências, líquidas	77	14.615
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos	47.346	146.108
Juros, variações monetárias e cambiais sobre outros ativos e passivos	(13.592)	(13.562)
Diminuição do ativo biológico devido a colheita de cana-de-açúcar	612.206	536.243
Mudança no valor justo de ativos biológicos	222.567	(211.325)
Depreciação do direito de uso	366.153	345.389
Ajuste a valor presente	17.829	14.417
Variação nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(87.084)	108.449
Estoques	(73.530)	(51.181)
Impostos a recuperar - circulante e não circulante	14.841	(7.458)
Depósitos judiciais e depósito em caução	10.055	(5.068)
Outras contas a receber e instrumentos financeiros	18.423	143.204
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	56.298	4.431
Salários e encargos sociais	5.609	13.345
Tributos a recolher	4.241	(14.473)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(23.002)	7.174
Outras contas a pagar e instrumentos financeiros	3.268	79.124
	2.811.181	2.719.690
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(283.101)	(308.985)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(68.260)	(74.516)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.459.820	2.336.189
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação de recursos em ativo biológico	(598.733)	(637.998)
Aplicação de recursos em imobilizado	(699.010)	(505.709)
Aplicação de recursos em intangível	(149)	(572)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.297.892)	(1.144.279)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	98.579	-
Amortização de parceria e arrendamentos agrícolas	(474.656)	(368.858)
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(213.677)	(362.697)
Dividendos pagos	(310.000)	(176.871)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(899.754)	(908.426)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido	262.174	283.484
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.102.922	819.438
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.365.096	1.102.922

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Álcool (“Companhia”), sediada em Presidente Prudente/SP, tem como atividade preponderante a fabricação e o comércio de açúcar e etanol carburante. Também atua na cogeração e comercialização de energia elétrica, desenvolvida em quatro unidades industriais localizadas nos municípios de Presidente Prudente-SP, Colorado-PR, Santo Inácio-PR e Florestópolis-PR. Aproximadamente 98% da cana-de-açúcar processada pela Companhia são cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola e arrendamento, e o restante é adquirido junto a produtores agrícolas. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de 12, 18 meses e 2 verões para maturação e o período de colheita inicia-se geralmente entre os meses de abril e maio de cada ano e termina, em geral, entre os meses de novembro e dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e etanol. A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e não sofre variações decorrentes de sazonalidade, somente de oferta e demanda normais do mercado. Em função de seu ciclo de produção, o exercício social da Companhia tem início em 1º/04 e termina em 31/03 de cada ano. **5. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 17** - Passivo de parceria agrícola e arrendamento e direito de uso. A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento e parcerias agrícolas. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento e da parceria no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento e parceria, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Adicionalmente a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogações. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento/parceria, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. **Nota explicativa nº 18** - Provisões para contingências. A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **Nota explicativa nº 24** - Instrumentos financeiros. A Companhia adota o CPC 48 Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a contabilidade de *hedge*), onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de “perdas de crédito esperadas e incorridas”. Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31/03/2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 13** - Ativo biológico; Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados. A Companhia avalia seu ativo biológico ao valor justo, conforme orientações do CPC 29. Essa avaliação considera a melhor estimativa da Companhia na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa da cana-de-açúcar na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, substancialmente, a: (i) produtividade estimada desses canaviais, (ii) quantidade de açúcar total recuperável (ATR) por tonelada de cana-de-açúcar, (iii) preços futuros estimados do ATR, (iv) custos necessários para manutenção do canavial (tratos culturais), custo da terra utilizada (aluguel ou parceria) e custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar. **Nota explicativa nº 14** - Vida útil do ativo imobilizado; **Nota explicativa nº 17** – Direito de uso, Parceria agrícola a pagar e Arrendamento agrícola a pagar; taxa de desconto e **Nota explicativa nº 19** - Imposto de renda e contribuição social diferidos. A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a certas posições fiscais adotadas na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ/CSLL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. **c. Mensuração do valor justo** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e os passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3** - inputs, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota explicativa nº 24 - Instrumentos financeiros. *(i) Contas a receber de clientes* O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. *(ii) Imobilizado* O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponível, e custo de reposição quando apropriado. *(iii) Instrumentos financeiros derivativos* O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, se disponível. O valor justo dos instrumentos derivativos de proteção de moeda e juros consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da BM&F e *NYBOT*. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos) - vide nota explicativa nº 24 - Instrumentos financeiros. *(iv) Passivos financeiros não derivativos* Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de apresentação. O valor justo é calculado com base no valor presente do principal e dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, considerando os fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado. Quanto aos componentes passivos dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência em contratos de arrendamentos semelhantes. ***(v) Outros passivos financeiros não derivativos*** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. **6. Políticas contábeis materiais Mudanças nas políticas contábeis materiais** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/04/2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas. *Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação* A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. Para arrendamentos e passivos de desmontagem e remoção, uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do exercício comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data. Para todas as outras transações, a Companhia aplica as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do exercício mais antigo apresentado. Em 31/03/2024, em sua avaliação a Companhia não identificou possíveis impactos relacionados da adoção dessa norma. *Imposto mínimo complementar global* A Companhia analisou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31/03/2024 em qualquer jurisdição em que a Companhia operou e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Informação de políticas contábeis materiais* A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/01/2023 (no caso da Companhia em 1º/04/2023). Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as Empresas a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da Companhia que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas nesta nota explicativa Políticas contábeis materiais (2023: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações. **a. Moeda estrangeira** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações, exceto pelos ativos e pelos passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação, que são convertidas para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. **b. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **c. Imobilizado** ***(i) Reconhecimento e mensuração*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido das reavaliações registradas em 1999 e 2006, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessária. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa no período em que ocorrem. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. ***(ii) Custos subsequentes*** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A Companhia realiza anualmente manutenções em suas unidades industriais, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados no resultado. ***(iii) Depreciação*** A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear durante o período da safra, no caso dos ativos utilizados neste período, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As taxas médias anuais utilizadas estão apresentadas na nota explicativa nº 14. **d. Intangível** Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, substancialmente formados por direitos de uso de software, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **e. Ativos arrendados (*leasing*)** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). Os contratos de arrendamento e parcerias agrícolas firmadas pela Companhia (terras agricultáveis) junto a terceiros, preveem, em sua maioria, o pagamento de um valor, em uma data determinada, indexados a produção de cana-de-açúcar. As oscilações dos preços são reconhecidas nas rubricas de Direito de uso dos ativos e Passivos de arrendamento e parceria agrícola a pagar. ***(i) Como arrendatário*** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento e parceria a pagar na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento ou parceria agrícola efetuados até a data de início. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pela efetiva colheita desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento e parceria agrícola é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento e parceria agrícola que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento/parceria agrícola ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental com base nas taxas de juros observáveis no mercado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são realizados de acordo com a variação do preço do Consecana-SP. *Arrendamentos de ativos de baixo valor* A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **f. Ativo biológico** O ativo biológico (cana-de-açúcar em pé), é reconhecido ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda, considerando a maturidade da cana-de-açúcar de doze, de dezoito meses e de dois verões. A metodologia adotada pela Companhia para satisfazer essa exigência de cálculo é o fluxo de caixa descontado, cujo resultado do cálculo é apresentado na nota explicativa nº 13. A avaliação do ativo biológico é feita anualmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo menos despesas de venda, reconhecido no resultado do exercício em que ocorrem. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data do corte. **g. Estoques** Mensurados pelo custo das compras, líquido dos impostos compensáveis, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos estoques de produtos acabados contempla valores incorridos na aquisição e nos gastos gerais de fabricação e ajustados ao valor líquido realizável, se aplicável, que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. Quando aplicável, é constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques. **h. Instrumentos financeiros** ***(i) Ativos financeiros*** Os ativos financeiros são classificados como (a) mensurados ao custo amortizado e (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado* Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são: (1) para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e (2) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Em 31/03/2024 e 2023, os ativos financeiros classificados nessa categoria referem-se à caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber de clientes e depósitos judiciais, sendo os principais critérios adotados descritos abaixo: **Caixa e equivalentes de caixa:** incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor e contas garantidas, quando aplicável; **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se a investimentos vinculadas a contratos de empréstimos com restrição de liquidez; **Contas a receber de clientes:** correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia e são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da perda de crédito esperada para contas a receber, quando aplicável. A perda de crédito esperada para contas a receber é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber, sendo calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. As contas a receber no mercado externo são ajustadas pela variação cambial apurada na data de fechamento do balanço; e **Depósitos judiciais:** são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante, exceto se há intenção da administração e um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos com o respectivo passivo registrado no passivo não circulante, na rubrica provisão para contingências. Nesse caso, são apresentados líquidos no balanço patrimonial. *b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado* Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e são contabilizados pelo valor justo. Os custos da transação são debitados ao resultado. Exceto por instrumentos financeiros derivativos, em 31/03/2024 e 2023, a Companhia não possui passivos financeiros incluídos nessa categoria. ***(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros*** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (“um evento de perda”) e que tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. ***(iii) Passivos financeiros*** Passivos financeiros são classificados como (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado ou (b) mensurados ao custo amortizado. A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *a. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado* Incluem os passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Exceto por instrumentos financeiros derivativos, em 31/03/2024 e 2023, a Companhia não possui passivos financeiros incluídos nessa categoria. *b. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado* Após reconhecimento inicial, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os passivos financeiros da Companhia incluídos nessa categoria são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. ***(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida*** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(v) Instrumentos financeiros derivativos*** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos é reconhecido imediatamente no resultado, como receitas ou despesas financeiras. Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na nota explicativa nº 24. ***(vi) Valor justo dos instrumentos financeiros*** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. ***(vii) Ativos não financeiros*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31/03/2024 e 2023. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **i. Benefícios a empregados** ***Benefícios de curto prazo a empregados*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago pela participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **j. Provisões** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. A provisão para contingências, especificamente, refere-se a questões fiscais e está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo. **k. Demais passivos - circulante e não circulante** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **l. Outros ativos circulantes e não circulantes** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, ajustes a valor presente, rendimentos, variações cambiais e monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos que são constituídas com base na análise das expectativas de sua efetiva realização. **m. Reconhecimento da receita** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando (i) já houve a transferência ao comprador do controle relacionado à propriedade do produto; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os benefícios econômicos associados à transação fluirão à Companhia; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as obrigações de desempenho são cumpridas. ***(i) Açúcar e etanol*** As receitas são reconhecidas quando a Companhia efetua a entrega desses produtos para os clientes, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado ou retirados pelo cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. Essas vendas são, substancialmente, realizadas mediante o recebimento antecipado, ou ainda com prazo de pagamento inferior a 90 dias. ***(ii) Energia elétrica*** A receita é reconhecida com base na quantidade de energia elétrica (em *megawatts*) disponibilizada no Sistema Interligado Nacional (SIN), apurada ao final de cada mês. **n. Receita financeira e despesa financeira** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **o. Imposto de renda e contribuição social** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda) e, 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **p. Lucro básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **q. Novas normas e interpretações ainda não efetivas** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2024 (no caso da Companhia em 1°/04/2024). As seguintes normas alteradas e interpretações serão avaliadas pela Companhia e não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. (a) *Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26)* As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º/01/2024. A Companhia possui empréstimos que estão sujeitos a covenants específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31/03/2024 (no caso da Companhia em 1°/04/2024), uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que a Companhia liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia não possui contratos sujeitos a *covenants* financeiros. (b) *Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 26 e CPC 40)* As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º/01/2024 (no caso da Companhia em 1°/04/2024). A Companhia não possui transações de Risco Sacado em 31/03/2024. (c) *Reforma tributária* Em 20/12/2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 (“EC nº 132”), que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias, contados a partir da promulgação da EC nº 132. O modelo da Reforma está baseado no Imposto sobre Valor Agregado repartido (“IVA dual”) em suas competências, uma Federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”)) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”)), que substituirá as tributações por meio do Programa de Integração Social (“PIS”), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), Impostos sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços (“ICMS”) e Imposto Sobre Serviços (“ISS”). Foi criado também um Imposto Seletivo (“IS”), de competência Federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários, antigo e novo, coexistirão. Dessa forma, os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/03/2024. (d) *Outras normas* Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06). • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02). **20. d. Dividendos** Em 31/07/2022, foi deliberado pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) nº 27, reversão de dividendos propostos no valor de R$ 78.024. Em 15/03/2023, foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) nº 35, distribuição de dividendos no valor de R$ 150.000. Em 20/09/2023, foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) nº 36, distribuição de dividendos no valor de R$ 150.000. Em 08/01/2024, foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) nº 37, distribuição de dividendos no valor de R$ 120.000. De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos dividendos de 25% do lucro líquido de cada exercício, após a apropriação da reserva legal, correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	853.159	867.300
Base para destinações	853.159	867.300
(-) Constituição da reserva legal	(42.658)	(43.365)
Base elegível de distribuição de dividendos	810.501	823.935
Dividendos (25% mínimo obrigatório de acordo com estatuto social)	202.625	205.984

A Diretoria

Celso Luís Tadioto - Contador - CRC 1SP181853/O-8

O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA, CUMPRINDO AS NORMAS JURÍDICAS.
AFINAL, O JORNAL É LEGAL.
cenp
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS
abra legal
adjori BR JORNAIS DO INTERIOR

CENTRAL ENERGÉTICA ALTA MOGIANA S.A.

C.N.P.J. 36.328.479/0001-37

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2024 e 2023. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

São Joaquim da Barra-SP, 05 de julho de 2024

A Diretoria.

Aviso

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, encontram-se à disposição dos Senhores acionistas na sede da Companhia, e estão sendo publicadas na edição digital de 19/07/2024 no Jornal O Dia SP.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	2024	2023	Passivo e Patrimônio Líquido	2024	2023
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	30.329	1	Fornecedores	113	9
Aplicações financeiras	-	21.931	Salários e encargos sociais	15	14
Estoques	2.169	2.960	Tributos a recolher	1	1
Impostos a recuperar	2.040	2.029	Imposto de renda e contribuição social a pagar	80	28
Outros créditos	1	1	Dividendos propostos a pagar	1.558	4.829
Total do ativo circulante	**34.539**	**26.922**	**Total do passivo circulante**	**1.767**	**4.881**
Não Circulante					
Impostos a recuperar	1	118	**Total do passivo**	**1.767**	**4.881**
	1	**118**	**Patrimônio líquido**		
Imobilizado	17.787	18.808	Capital social	22.001	22.001
Intangível	206	295	Reservas de lucros	28.765	19.261
	17.993	**19.103**			
Total do ativo não circulante	**17.994**	**19.221**	**Total do patrimônio líquido**	**50.766**	**41.262**
Total do ativo	**52.533**	**46.143**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**52.533**	**46.143**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

		Reservas de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2022	**22.001**	**3.416**	**48.641**	**-**	**74.058**
Distribuição de dividendos complementares	-	-	(48.299)	-	(48.299)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	20.332	20.332
Destinações:					
Constituição de reserva legal	-	1.017	-	(1.017)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(4.829)	(4.829)
Constituição de reservas de lucros	-	-	14.486	(14.486)	-
Saldos em 31 de março de 2023	**22.001**	**4.433**	**14.828**	**-**	**41.262**
Reversão de dividendos propostos	-	-	4.829	-	4.829
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.233	6.233
Destinações:					
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.558)	(1.558)
Constituição de reservas de lucros	-	-	4.675	(4.675)	-
Saldos em 31 de março de 2024	**22.001**	**4.433**	**24.332**	**-**	**50.766**

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Receita líquida de vendas	**20.562**	**31.304**
Custos dos produtos vendidos	(15.837)	(11.964)
Lucro bruto	**4.725**	**19.340**
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(281)	(436)
Outras receitas operacionais, líquidas	(149)	-
	(430)	**(436)**
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	**4.295**	**18.904**
Despesas financeiras	(4)	(8)
Receitas financeiras	3.261	3.935
Resultado financeiro	**3.257**	**3.927**
Lucro antes dos impostos	**7.552**	**22.831**
Imposto de renda	(907)	(1.745)
Contribuição social	(412)	(754)
Lucro líquido do exercício	**6.233**	**20.332**
Lucro líquido básico e diluído por ação		
(Expresso em R$ por ação)	**0,28**	**0,92**

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**6.233**	**20.332**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**6.233**	**20.332**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	6.233	20.332
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.110	1.109
Despesa com imposto de renda e contribuição social	1.319	2.499
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) ou redução dos ativos		
Estoques	791	(1.749)
Impostos a recuperar - circulante e não circulante	106	91
Aumento ou (redução) dos passivos		
Fornecedores	104	(755)
Salários e encargos sociais	1	2
Tributos a recolher	-	(4)
	9.664	**21.525**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.267)	(2.510)
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**8.397**	**19.015**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações Financeiras	21.931	45.517
Aplicação de recursos em imobilizado	-	(8)
Aplicação de recursos em intangível	-	-
Caixa líquido decorrente das atividades de investimentos	**21.931**	**45.509**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	-	(64.525)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**-**	**(64.525)**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**30.328**	**(1)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**1**	**2**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**30.329**	**1**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Central Energética Alta Mogiana S.A. (“Companhia”), foi constituída em 21/01/2020, com sede em São Joaquim da Barra/SP. A Companhia tem como atividade preponderante a geração e exploração de energia elétrica produzida em unidades termoelétricas próprias. **5. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 20 -** Instrumentos financeiros. A Companhia adota o CPC 48 Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a contabilidade de *hedge*), onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de “perdas de crédito esperadas e incorridas”. Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro. **b. Mensuração do valor justo** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e os passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1 -** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **Nível 2 -** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3 -** inputs, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros. ***(i) Imobilizado*** O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. ***(ii) Passivos financeiros não derivativos*** Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de apresentação. O valor justo é calculado com base no valor presente do principal e dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, considerando os fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado. Quanto aos componentes passivos dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência em contratos de arrendamentos semelhantes. ***(iii) Outros passivos financeiros não derivativos*** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. **6. Políticas contábeis materiais Mudanças nas principais políticas contábeis** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/04/2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas. *Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação* A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32 a partir de 1º/01/2023). As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. Para arrendamentos e passivos de desmontagem e remoção, uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do exercício comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data. Para todas as outras transações, a Companhia aplica as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do exercício mais antigo apresentado. Em 31/03/2024, em sua avaliação a Companhia não identificou possíveis impactos relacionados da adoção dessa norma. *Imposto mínimo complementar global* A Companhia analisou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31/03/2024 em qualquer jurisdição em que a Companhia operou e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Informação de políticas contábeis materiais* A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/01/2023 (no caso da Companhia em 1º/04/2023). Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as Empresas a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da Companhia que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas nesta nota explicativa Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações. **a. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **b. Lucro básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **c. Estoques** Mensurados pelo custo das compras, líquido dos impostos compensáveis, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos estoques de produtos acabados contempla valores incorridos na aquisição e nos gastos gerais de fabricação e ajustados ao valor líquido realizável, se aplicável, que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. Quando aplicável, é constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques. **d. Ativos imobilizados e intangíveis** O tratamento contábil dos ativos imobilizados e intangíveis inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização, além do valor justo na data de aquisição, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios. Ativos imobilizados e ativos intangíveis de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. **e. Demais passivos - circulante e não circulante** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **f. Outros ativos circulantes e não circulantes** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, ajustes a valor presente, rendimentos, variações cambiais e monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos que são constituídas com base na análise das expectativas de sua efetiva realização. **g. Provisão para demandas judiciais** A Companhia reconhece provisão para demandas judiciais cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **h. Valor justo de instrumentos financeiros** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, este é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando isto é possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Para mais detalhes sobre os instrumentos financeiros, vide nota explicativa nº 20. **i. Reconhecimento de receita** A receita proveniente da venda da cogeração de energia (nota explicativa nº 16) é registrada com base na energia disponibilizada na rede e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. Devido ao fluxo de faturamento de determinados contratos, a energia elétrica produzida e comercializada por meio de leilão é inicialmente contabilizada como receita antecipada, reconhecida no resultado do exercício somente quando disponível para uso dos clientes. As receitas de vendas ou prestação de serviço são apresentadas líquidas dos impostos: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”), Programa de Integração Social (“PIS”), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), Imposto sobre serviços (“ISS”), das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. **j. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente *(i) Ativos financeiros*** *Mensuração* Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros da Companhia estão elencados na nota explicativa nº 20. *Avaliação do modelo de negócio* A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros* Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). *Perda no valor recuperável dos ativos financeiros (impairment)* O principal impacto da adoção está associado à substituição do modelo de “perda incorrida” do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração por um modelo de “perda de crédito esperada”. Tal modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais. A matriz de perda esperada adotada pela Companhia considera o agrupamento dos clientes com características de inadimplência similares, por canal de venda e *rating* (classificação de risco do cliente, mensurada internamente). ***(ii) Passivos financeiros*** São mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. Em 31/03/2024, no caso da Companhia, compreendiam saldos a pagar a fornecedores. Os passivos financeiros da Companhia estão elencados na nota explicativa nº 20. ***(iii) Compensação de instrumentos financeiros – Apresentação líquida*** Ativos e passivos financeiros são apresentados pelo líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos, e se houver a intenção de compensação ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(iv) Desreconhecimento (baixa)*** Um ativo financeiro é baixado quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; Os pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos são classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. **k. Contas a receber de clientes** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo fornecimento de energia elétrica, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da Câmara Comercializadora de Energia Elétrica- CCEE, bem como os recebíveis de vendas “*spot*”. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão estimada com créditos de liquidação duvidosa. **l. Imobilizado** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Os custos dos empréstimos relativos a recursos captados para obras em andamento são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos. O custo do item de um equipamento que deve ser substituído anualmente é contabilizado como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte. Os custos da manutenção periódica normalmente são contabilizados em despesas quando incorridos, uma vez que os componentes substituídos não melhoram a capacidade produtiva ou introduzem aprimoramentos aos equipamentos. Os terrenos não são depreciados. Em 31/03/2024 e 2023, a depreciação de tais ativos foi calculada com base no desgaste da vida útil estimada de cada ativo. As taxas médias ponderadas anuais de depreciação para o exercício corrente e comparativo são demonstradas a seguir:

Classe de ativo imobilizado	Taxa média anual
Máquinas, equipamentos cogeração de energia	4,98%
Automação industrial cogeração de energia	20,00%
Móveis, utensílios e equipamentos de informática	10,98%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. **m. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** A Companhia avalia anualmente se há indicadores de perda de valor de um ativo. Se esses indicadores são identificados, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior entre: (a) o valor justo menos custos que seriam incorridos para vende-lo, e (b) o seu valor em uso. Quando necessário, o valor em uso é comumente apurado com base no fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) decorrentes do uso contínuo do ativo até o fim da sua vida útil. Independentemente da existência de indicadores de perda de valor, o ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, quando existentes, são testados quanto à recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano. Quando o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável, a perda é reconhecida como despesa operacional na demonstração do resultado. **n. Provisões** As provisões são reconhecidas quando: i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor pode ser estimado com segurança. **o. Imposto de renda e contribuição social** A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumido é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido. **p. Capital social** O capital social está representado por quotas totalmente subscritas e integralizadas. Os gastos incrementais atribuíveis diretamente às quotas, quando ocorridos, são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como contribuição adicional de capital, líquido de efeitos tributários. **15. c. Dividendos** De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos de 25% do lucro líquido, após a apropriação da reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**6.233**	**20.332**
Base para cálculo das destinações:	6.233	20.332
(-) Constituição de reserva legal	-	(1.017)
Base elegível a distribuição de dividendos	**6.233**	**19.315**
Dividendos - 25% (mínimo obrigatório de acordo com Estatuto Social)	**1.558**	**4.829**

A Diretoria

Carlos Eduardo Lima Nozella - Contador CRC 1SP253467/O-2

FINVEST FINANÇAS E INVESTIMENTOS S.A - CNPJ/MF nº 04.063.042/0001-22 - NIRE 35.300.333.501

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2024.

Data, Hora, Local: 15.07.2024, às 11h, na sede social, Avenida Santo Amaro, nº 48, 3º andar, conjunto 32, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Marcelo de Andrade - Presidente, Aline Pereira Stumpf Gomes - Secretária. **Deliberações Aprovadas: (i)** A redução do capital social de **R$ 244.622.187,38** para **R$ 149.762.268,48**, sem o cancelamento de ações, uma redução portanto de **R$ 94.859.918,90**, mediante a entrega de **16.281.338,367399 debêntures** da **SECURITAS BIOHOLDINGS S.A.,** no valor de **R$ 41.203.196,17** atualizado até a data base de 30/06/2024, e a entrega de **R$ 7.000.000,00** devolvidos em moeda nacional corrente, ambos entregues para a Acionista **Finvest Capital Partners - Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Investimentos no Exterior,** e ainda a apuração e incorporação contábil de prejuízos acumulados no valor de **R$ 46.656.722,73**. 1.1. O capital social atual da Companhia, correspondente a **R$ 244.622.187,38**, dividido em **2.114.419.557** ações ordinárias, passará a ser de **R$ 149.762.268,48** dividido em **2.114.419.557** ações ordinárias. **(ii)** a alterar a redação do caput do Artigo 4º do Estatuto Social, passando a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 4º - O Capital social da Companhia é de R$ 149.762.268,48 totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 2.114.419.557 Ações Ordinárias. § único. A propriedade das ações será comprovada mediante escrituração em nome do acionista, a ser realizada por instituição financeira competente".* **(iii)** A nova redação em sua íntegra do Estatuto Social. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo/SP, 15.07.2024. **Acionistas: Finvest Capital Partners - Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Investimentos no Exterior -** por sua Gestora Finhealth Gestão de Recursos Ltda - Marcio Garcia de Souza e Luis Claudio Garcia de Souza; **Luis Claudio Garcia de Souza.**

ANEXO I - ESTATUTO SOCIAL - Denominação e Duração: Artigo 1º - A **Finvest Finanças e Investimentos S.A**. é uma sociedade anônima, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei 6.404/76 e suas alterações posteriores. **Sede Social: Artigo 2º** - A sociedade tem sede em São Paulo/SP, na Avenida Santo Amaro, nº 48, conjunto 32, Itaim Bibi, CEP 04506-000, podendo manter filiais e escritórios de representação em qualquer localidade do país ou do exterior por deliberação de sócios representando pelo menos ¾ do capital social. **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto social: a. a administração, negociação e gestão de ativos próprios; b. a participação, como sócia, acionista ou quotista, em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, bem como em empreendimentos comerciais de qualquer natureza; e c. a prestação de serviços de estruturação de operações financeiras e concessão de garantias em favor de terceiros. **Capital Social: Artigo 4º** - O Capital social da Companhia é de R$ 149.762.268,48 totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 2.114.419.557 Ações Ordinárias. § único. A propriedade das ações será comprovada mediante escrituração em nome do acionista, a ser realizada por instituição financeira competente. **Artigo 5º** - A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembleias Gerais. **Assembleia Geral de Acionistas: Artigo 6º** - As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordinariamente uma vez por ano, nos 4 primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei, sendo que as deliberações deverão ser tomadas por maioria simples dos acionistas, salvo em relação às matérias que exijam quórum qualificado nos termos da legislação aplicável em vigor. **Artigo 7º** - As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições do Estatuto social ou da Legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas. **§ único.** Dependerão de prévia aprovação por maioria simples em Assembleia Geral de Acionistas a celebração de todos e quaisquer atos e documentos que impliquem em alienação ou oneração de bens imóveis da Companhia, a prestação de avais ou fianças a empresas coligadas, a assinatura de escrituras públicas ou particulares de garantia hipotecária, pignoratícia ou cedular, a alienação de bens do ativo permanente e constituição de garantias em favor de terceiros de valor acima de R$ 50.000,00. **Artigo 8º** - As Assembleias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, serão presididas por um membro Presidente da Diretoria. Na sua ausência ou impedimento, serão instaladas pelo seu substituto e presidida por quem for escolhido pelos acionistas. **§ único.** O secretário da mesa deverá ser indicado, dentre os presentes, pelo Presidente da Assembleia. **Artigo 9º** - Somente poderão tomar parte e votar na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas na conta de depósito das ações, aberta em seu nome nos livros da instituição depositária, com 48 horas de antecedência da data designada para a realização da referida Assembleia Geral. **§ único.** O acionista poderá ser representado por procurador na Assembleia Geral de Acionistas nos termos do §1º do artigo 126 da Lei 6.404/1976 e alterações posteriores. **Administração de Companhia: Artigo 10** - A administração da Companhia compete à Diretoria, que terá as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de prestar garantia para o exercício de suas funções. **§ 1º** Todos os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. **§ 2º** A Assembleia Geral de Acionistas deverá estabelecer a remuneração total dos administradores, cabendo à Diretoria a sua distribuição. **Diretoria: Artigo 11** - A Diretoria será composta por, no mínimo, 2, e, no máximo, 7 Diretores sem designação específica, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelos acionistas e por estes destituíveis a qualquer tempo. **§ 1º** Os Diretores serão eleitos pelo prazo de mandato de 3 anos, sendo admitida a reeleição. **§ 2º** No caso de vacância de cargo da Diretoria, a respectiva substituição será deliberada pelos Acionistas. **§ 3º** Em caso de ausência ou impedimento temporário, e desde que não ultrapasse o prazo máximo de 2 meses, os Diretores remanescentes nomearão, por maioria, um Diretor substituto, até que o Diretor impedido ou ausente se restabeleça nas suas funções. Se o impedimento ou ausência ultrapassar o prazo máximo de 2 meses, os Diretores remanescentes deverão convocar uma Assembleia, no primeiro dia útil subsequente ao término do prazo em referência, para a eleição do novo Diretor, podendo, entretanto, o Diretor substituto permanecer no cargo até a investidura do novo Diretor. **Artigo 12** - Compete à Diretoria, por 2 Diretores, ou por 1 Diretor em conjunto com 1 procurador da Companhia, ou por 2 procuradores com poderes específicos, a representação ativa e passiva da Companhia e da prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei ou neste Estatuto Social. **§ 1º** As procurações outorgadas em nome da Companhia o serão sempre por 2 Diretores assinando em conjunto, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter um período máximo de validade de 1 ano. **§ 2º** Somente as procurações “ad judicia” poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **§ 3º** A representação ativa e passiva da Companhia em juízo, para receber citação ou notificação, prestar depoimento pessoal ou atos análogos, caberá ao Diretor designado pela Diretoria. **Conselho Fiscal: Artigo 13** - O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante solicitação dos Acionistas, conforme previsto em lei. **Artigo 14** - O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos previstos em lei. **§ único.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger. **Exercício Social e Lucros: Artigo 15** - O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparadas. **§ 1º** O balanço patrimonial e as demonstrações financeiras da Companhia serão anualmente auditados por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários. **§ 2º** Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. **§ 3º** Os acionistas terão direito à um dividendo anual não-cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. **§ 4º** O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. **§ 5º** A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendo intermediários ou antecipados. **Artigo 16** - A Companhia poderá pagar Juros sobre o capital próprio, imputando-o ao dividendo mínimo obrigatório. **Liquidação: Artigo 17** - A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante. **Arbitragem: Artigo 18** - As divergências, conflitos, disputas ou controvérsias relacionadas a disputas societárias e às disposições deste Estatuto, sua interpretação, validade, cumprimento e exequibilidade devem ser resolvidos amigavelmente pelos acionistas, por meio de negociações em boa-fé, por um prazo de 30 dias, contados do recebimento da primeira correspondência enviada por qualquer dos acionistas visando resolver a controvérsia. Caso, ao final do prazo acima, os acionistas da Companhia não tenham chegado a um consenso, a disputa deverá ser submetida à arbitragem, constituindo-se o tribunal arbitral de 3 árbitros, devendo cada parte nomear um árbitro de sua confiança e estes, em conjunto, o terceiro. **Artigo 19** - A arbitragem terá sede na capital do estado de São Paulo, e obedecerá às normas estabelecidas no Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá. **Artigo 20** - A parte que desejar dar início à arbitragem deverá notificar a outra parte desta intenção, indicando o nome do primeiro árbitro e o objeto do litígio, devendo a outra parte designar o segundo árbitro no prazo de 15 dias, contados a partir do recebimento da referida notificação. **Artigo 21** - Escolhidos os árbitros, as partes instarão o procedimento arbitral perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá. O procedimento escolhido será o de Arbitragem. **Artigo 22** - Para dirimir as questões oriundas deste instrumento de caráter cautelar e executório, fica eleito o Foro da capital do estado de São Paulo, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa: Artigo 23** - É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias. **Artigo 24** - A Companhia disponibilizará aos seus acionistas os contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia. **Artigo 25** - Na hipótese de abertura de capital da Companhia, obriga-se a mesma a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos na Instrução nº 578 da Comissão de Valores Mobiliários, de 30.08.2016 e posteriores alterações.

O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS
COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA,
CUMPRINDO AS NORMAS JURÍDICAS.
AFINAL, O JORNAL É LEGAL.
cenp
ANJ
abra legal
adjori BR

AFMSF Participações S.A.

C.N.P.J/MF nº 21.842.115/0001-01

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Março de 2021 e 31 de Março 2022 *(Em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	370	342
Total do ativo circulante	**370**	**342**
Dividendos a receber	1.357.634	-
Investimentos	17.133.909	-
Total do ativo não circulante	**18.491.543**	**-**
Total Ativo	**18.491.913**	**342**

Passivo	2022	2021
Empréstimos de sócios	47.209	46.409
Dividendos a Pagar	1.399.555	385.526
Total do passivo circulante	**1.446.764**	**431.935**
Passivo não Circulante		
Provisão para desvalorização de investimentos	-	13.160.465
Total do Passivo não Circulante	**-**	**13.160.465**
Patrimônio líquido		
Capital social	23.647.613	18.633.977
Reserva de Lucros	3.103.317	(152.251)
Reservas de reavaliação reflexa	497.071	575.438
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(10.202.852)	(28.959.823)
Prejuízos Acumulados	-	(3.689.399)
Total do patrimônio líquido	**17.045.149**	**(13.592.057)**
Total passivo e patrim. líquido	**18.491.913**	**342**

Demonstração do Resultado

	2022	2021
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas administrativas	-	(4.600)
Resultado de equiv. patrimonial	5.675.750	(3.899.068)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**5.675.750**	**(3.903.668)**
Receitas (Despesas Financeiras)	(723)	(669)
Lucro do exercício	**5.675.027**	**(3.904.337)**

Demonstração de resultados abrangentes

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	5.675.027	(3.904.337)
Outros resultados abrangentes		
Ganhos liquidos de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	18.896.439	2.742.927
Resultado abrangente do exercício	24.571.466	(1.161.410)

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	5.675.027	(3.904.337)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(5.675.750)	3.899.068
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**(723)**	**(5.269)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos tomados de sócios	751	5.100
Caixa proveniente de atividades de financiamento	**751**	**5.100**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**28**	**(169)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	342	511
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	370	342
	28	**(169)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

		Reserva de Lucros						
	Capital Social	Reserva de Ágio/ Deságio	Reserva Legal	Reserva Retenção de Lucros	Reservas de Reavaliação Reflexa	Ajustes de Avaliação Patrimonial Reflexa	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/03/2020	**18.633.977**	**(1.389.990)**	**81.163**	**1.156.577**	**656.258**	**(31.568.632)**	**-**	**(12.430.647)**
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(80.821)		80.821	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(134.118)	134.118	-
Ganhos líquidos de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						2.742.927		2.742.927
Resultado do Período							(3.904.337)	(3.904.337)
Saldos em 31/03/2021	**18.633.977**	**(1.389.990)**	**81.163**	**1.156.577**	**575.437**	**(28.959.823)**	**(3.689.398)**	**(13.592.057)**
Aumento de Capital AGE 27/12/2021	5.013.636							5.013.636
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(78.367)		78.367	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(139.468)	139.468	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						18.896.439		18.896.439
Retorno Reserva Legal 31/03/20 AGO 18/10/2021			(81.163)				81.163	-
Retorno Dividendos Propostos 31/03/20 AGO 18/10/2021							385.526	385.526
Retorno Reserva Retenção Lucros 31/03/20 AGO 18/10/2021				(1.156.577)			1.156.577	-
Compensação de Prejuízos Acumulados AGE 27/12/2021							2.066.133	2.066.133
Resultado do Exercício							5.675.027	5.675.027
Destinações:								-
Reserva Legal			294.643				(294.643)	-
Dividendos Propostos							(1.399.555)	(1.399.555)
Reserva Retenção de Lucros				4.198.664			(4.198.664)	-
Saldos em 31/03/2022	**23.647.613**	**(1.389.990)**	**294.643**	**4.198.664**	**497.070**	**(10.202.852)**	**-**	**17.045.149**

Anita Ferraz Malzoni
Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor
Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

HLTM Participações S.A.

CNPJ/MF nº 19.408.870/0001-22

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2024 (Em Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	2.053	599
Impostos a recuperar	23	20
Total do ativo circulante	**2.076**	**619**
Dividendos a receber	497.778	944.047
Investimentos	23.403.885	21.910.550
Total do ativo não circulante	**23.901.663**	**22.854.597**
Total Ativo	**23.903.739**	**22.855.216**

Passivo	2024	2023
Empréstimos de sócios	-	48.401
Dividendos a pagar	548.073	943.667
Total do passivo circulante	**548.073**	**992.068**
Patrimônio líquido		
Capital social	819.292	819.292
Reserva de Lucros	5.403.217	3.910.699
Reservas de reavaliação reflexa	16.343.930	16.343.930
Ajustes de avaliação patrimônio reflexa	789.227	789.227
Total do patrimônio líquido	**23.355.666**	**21.863.148**
Total passivo e patrimônio líquido	**23.903.739**	**22.855.216**

Demonstração do Resultado

	2024	2023
Receitas (despesas) operacionais		
Resultado de equivalência patrim.	1.991.113	1.947.777
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**1.991.113**	**1.947.777**
Receitas (Despesas Financeiras)	(1.089)	(732)
Lucro bruto do exercício antes do IR/CS	**1.990.024**	**1.947.045**
Lucro líquido do exercício	**1.990.024**	**1.947.045**

Demonstração de resultados abrangentes

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.990.024	1.947.045
Resultado abrangente do exercício	**1.990.024**	**1.947.045**

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.990.024	1.947.045
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equiv. patrimonial	(1.991.113)	(1.947.777)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**(1.089)**	**(732)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos tomados de sócios	-	800
Caixa proveniente de atividades de financ.	**-**	**800**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(1.089)**	**68**
Caixa e equivs de cxa no início do exerc.	599	531
Caixa e equivs de cxa no final do exerc.	2.053	599
	1.454	68

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

		Reserva de Lucros						
	Capital social	Reserva de ágio/ deságio	Reserva Legal	Reserva retenção de lucros	Reservas de reavaliação reflexa	Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2022	**819.292**	**181.677**	**163.858**	**2.104.880**	**16.343.930**	**789.227**	**-**	**20.402.864**
Lucro líquido do exercício							1.947.045	1.947.045
Destinações:								
Dividendos propostos							(486.761)	(486.761)
Reserva de retenção de lucros				1.460.283			(1.460.283)	-
Saldos em 31 de março de 2023	**819.292**	**181.677**	**163.858**	**3.565.163**	**16.343.930**	**789.227**	**-**	**21.863.148**
Lucro líquido do exercício							1.990.024	1.990.024
Destinações:								
Lucros a Distribuir				-			(497.506)	(497.506)
Reserva de retenção de lucros				1.492.518			(1.492.518)	-
Saldos em 31 de março de 2024	**819.292**	**181.677**	**163.858**	**5.057.681**	**16.343.930**	**789.227**	**-**	**23.355.666**

Maria Malzoni Romanach
Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor
Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

CREDIHOME SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. - NIRE 35.300.557.611 - CNPJ/MF nº 39.416.705/0001-20

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2024

Data, Hora, Local: 17.04.2024, às 10h, na sede social, Avenida Santo Amaro, nº 48, 2º andar, conjunto 21, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade dos acionistas. **Mesa:** Márcio Garcia de Souza - Presidente; Flávio Borges Fortes - Secretário. **Deliberações Aprovadas**: (a) O aumento do Capital Social em moeda corrente no valor de R$ 1.000.000,00, passando o capital social de R$ 2.000.000,00 **para** R$ 3.000.000,00, mediante a emissão de 1.000.000 de novas ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de R$ 1,00 cada. As novas ações emitidas são todas subscritas e integralizadas pela acionista **Fincapital Participações S.A.**, registrando que os acionistas **Finvest Finanças e Investimentos S.A**. e **Márcio Garcia de Souza** renunciam expressamente a subscrição das ações que teriam direito. (b) A alteração do artigo 5º do Estatuto Social. (c) A consolidação do Estatuto Social. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo (SP), 17.04.2024. **Acionistas: Fincapital Participações S.A. Finvest Finanças e Investimentos S.A., Márcio Garcia de Souza.** JUCESP nº 259.846/24-7 em 03.07.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ANEXO II - CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL - Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º - A Companhia, sob a denominação social de CREDIHOME SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., é uma S.A. de capital fechado que se regerá pelo presente Estatuto Social e disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores. **Artigo 2º -** A Companhia tem sua sede e foro em São Paulo/SP, na Avenida Santo Amaro, nº 48, 3º andar, Itaim Bibi, CEP 04506-000. § Único - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir e encerrar filiais, escritórios, agências e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional e no exterior. **Artigo 3º -** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 4º -** A Companhia tem como objeto social: (i) a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios, exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; (ii) a cessão de créditos a fundos de investimento, securitizadoras e demais hipóteses previstas na lei em vigor; (iii) a análise de crédito para terceiros; (iv) a cobrança de crédito, inclusive para terceiros; (v) a atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações mencionadas item (i), por meio de plataforma eletrônica, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e (vi) a emissão de moeda eletrônica, nos termos da Resolução do Banco Central nº 4.656/2018 e regulamentação em vigor. § Único - Até a expedição da autorização para funcionamento da Companhia, é vedada a realização de qualquer atividade, especialmente operações privativas das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, permitidas somente aquelas necessárias ao cumprimento do disposto no artigo 7º do Regulamento que constitui o Anexo I à Resolução nº 4.122/2012 (Resolução 4.122/2012, Regulamento Anexo I, art. 7º, § 1º, I, Regulamento Anexo II, art. 10, caput; Circ. 3.649/2013, art. 6º, § 2º), a saber: (a) formalizar os atos societários de constituição da Companhia, levando-os, após a aprovação do Banco Central do Brasil, a arquivamento no Registro do Comércio; (b) implementar a estrutura organizacional, contemplando as estruturas de governança corporativa, de gerenciamento do negócio, de controles internos e de gerenciamento de riscos, a contratação dos sistemas eletrônicos e da mão de obra, a aquisição de equipamentos e a adoção de todas as demais providências previstas no plano de negócios e necessárias às atividades da Companhia; (c) apresentar ao Banco Central do Brasil requerimento solicitando a realização de inspeção a fim de verificar a estrutura organizacional implementada. **Capital Social: Artigo 5º -** O capital social da Companhia é de R$ 3.000.000,00, expresso em moeda corrente nacional, dividido em 3.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas pelos acionistas. **Artigo 6º -** A Assembleia Geral que autorizar o aumento de capital social, mediante a subscrição de novas ações, disporá acerca das determinações a serem observadas quanto à espécie e classe das ações, ao preço de emissão e ao prazo de subscrição. **Artigo 7º -** A Companhia poderá adquirir, utilizando saldos de lucros ou reservas disponíveis, exceto a reserva legal, suas próprias ações para permanência em tesouraria, sem que isso implique na diminuição do capital social, visando sua posterior alienação ou cancelamento, observadas as disposições legais aplicáveis. § Único - As ações mantidas em tesouraria não terão direito a voto, nem a dividendos ou bonificações de qualquer espécie, até sua recolocação em circulação. **Artigo 8º -** As ações da Companhia são nominativas e a sua propriedade presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro "Registro de Ações Nominativas", e a Companhia somente emitirá certificados de ações a requerimento do acionista, devendo ser cobrados deste os respectivos custos. § Único - As ações ou títulos múltiplos e os certificados de ações serão sempre assinados por dois Diretores da Companhia. **Artigo 9º -** A cada ação ordinária nominativa corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Artigo 10º -** A Companhia poderá emitir ações preferenciais, as quais, a critério da Assembleia Geral que deliberar por sua emissão, (i) não terão direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral; e (ii) poderão ter prioridade na distribuição de dividendos, fixo ou mínimo, e não-cumulativo ou prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia. **Assembleia Geral de Acionistas: Artigo 11º -** As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão, ordinariamente, no prazo da Lei nº 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que exigirem os interesses sociais ou quando as disposições deste Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberações dos acionistas, sendo permitida a realização simultânea de Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias. § Único: A Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer dos Diretores ou, em sua ausência, por qualquer acionista escolhido pela maioria dos presentes, cabendo ao Presidente a escolha do Secretário. **Artigo 12º -** A Assembleia Geral será convocada por qualquer dos Diretores, por meio de anúncios publicados pela imprensa, conforme determinado em lei, deles devendo constar a ordem do dia, a data, a hora e o local da Assembleia. § Único - Os procedimentos de convocação, instalação e deliberação em Assembleia Geral deverão seguir aqueles estabelecidos na Lei nº 6.404/76. **Artigo 13º -** As deliberações, exceto nos casos previstos em lei e neste estatuto social, serão tomadas por acionistas representantes da maioria das ações emitidas pela Companhia, sendo atribuído 1 voto para cada ação ordinária. § 1º - Somente poderão tomar parte e votar na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome no livro próprio com 48 horas de antecedência da data designada para a realização da referida Assembleia Geral. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatário, nos termos da Lei nº 6.404/76, mediante procuração com poderes específicos, a qual ficará arquivada na sede da Companhia. § 2º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído a menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira § 3º - Nas deliberações da Assembleia Geral serão obrigatoriamente observadas as previsões de eventuais Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia. O presidente da Assembleia Geral não computará os votos proferidos com infração às disposições de tais Acordos de Acionistas. **Artigo 14º -** Dependerão da prévia aprovação dos acionistas titulares de, no mínimo, 90% do capital social, a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas das seguintes matérias: (i) a reforma do estatuto social da Companhia; (ii) a eleição e destituição de membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado; (iii) a emissão de ações preferenciais e debêntures, partes beneficiárias, bônus de subscrição; (iv) a avaliação de bens para formação do capital social; (v) a suspensão dos direitos de acionista; (vi) a aprovação de contas da administração e a deliberação sobre as demonstrações financeiras da Companhia; (vii) as reorganizações societárias ou combinações de negócios, incluindo, sem limitações, a incorporação, fusão, cisão, transformação, dissolução, liquidação ou a cessação do estado de liquidação da Companhia; (viii) o pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou de falência; (ix) a alienação, oneração ou comodato de bens imóveis da Companhia; (x) a aquisição de bens imóveis pela Companhia e a celebração de instrumentos de financiamento para tal fim; (xi) a celebração de contratos de locação de bens imóveis. **Administração da Companhia: Artigo 15º -** A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta de, no mínimo, 2 Diretores e, no máximo, 5 Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo-Financeiro, um Diretor Operacional e um Diretor de Produtos, e os demais sem designação específica, todos residentes no País, acionistas ou não. A Diretoria operará em conformidade com a legislação aplicável e com este Estatuto Social. **§ 1º -** Os Diretores deverão atender aos requisitos estabelecidos na legislação e regulamentação do Sistema Financeiro Nacional para o exercício de cargos de administração de instituições financeiras, bem como prestar as informações e declarações exigidas nos prazos e condições previstos na legislação e regulamentação em vigor. **§ 2º -** Atendidos aos requisitos estabelecidos na legislação e regulamentação do Sistema Financeiro Nacional para o exercício de cargos, e atendido o número mínimo de diretores, poderão os diretores ocupar de forma cumulativa mais de um cargo de Diretoria. **Artigo 16º -** Os Diretores serão eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, terão mandato unificado de 3 anos, prorrogável até a posse dos respectivos substitutos, sendo permitida a reeleição. § 1º - O mandato dos membros da Diretoria estender-se-á até a posse dos seus substitutos. § 2º - Todos os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos no livro próprio, após a aprovação de suas eleições pelo Banco Central do Brasil, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. § 3º - Os Diretores terão as atribuições conferidas pela lei e pelo presente Estatuto Social, estando dispensados de prestar caução ou garantia para o exercício de suas funções. § 4º - A Assembleia Geral de Acionistas estabelecerá a remuneração dos membros da Diretoria. § 5º - É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer Diretor da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo. § 6º - No impedimento, ausência temporária, ou vacância do cargo, por qualquer motivo, de qualquer dos Diretores, os Diretores remanescentes deverão convocar uma Assembleia Geral, a ser realizada no prazo de 30 dias, que deliberará sobre a eleição de novos Diretores. **Artigo 17º -** A Diretoria é o órgão executivo colegiado da Companhia, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular desta, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que, por lei ou pelo presente Estatuto Social, dependam de prévia aprovação da Assembleia Geral. **Artigo 18º -** Compete à Diretoria, sem prejuízo das demais competências estabelecidas pelo presente Estatuto Social ou definidas pela Assembleia Geral: (a) representar, ativa e passivamente, a Companhia; (b) praticar todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei, neste Estatuto Social ou em eventual Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia; (c) zelar pela observância da Lei e deste Estatuto Social; (d) coordenar o andamento das atividades normais da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas, tanto em Assembleias Gerais, como nas suas próprias reuniões; e (e) administrar, gerir e superintender os negócios sociais. **Artigo 19º -** Todos os atos que criarem responsabilidade para a Companhia, ou dispensarem obrigações de terceiros para com ela, dependerão sempre da assinatura de: (a) Quaisquer 2 Diretores, agindo em conjunto; ou (b) 1 Diretor em conjunto com 1 procurador nomeado na forma do § 1º abaixo. § 1º - A outorga de procurações em nome da Companhia dependerá sempre da assinatura conjunta de quaisquer 2 Diretores. As procurações outorgadas, além de mencionarem expressamente a extensão dos poderes conferidos e a finalidade da outorga, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade limitado a 24 meses. § 2º - A Companhia poderá ser representada por apenas 1 Diretor ou 1 procurador com poderes específicos na prática dos seguintes atos: (a) recebimento de citações ou notificações judiciais, representação da Companhia em juízo, exceto para a prática de atos que importem renúncia a direitos; (b) representação perante a Justiça do Trabalho e sindicatos, inclusive para matéria de admissão, suspensão ou demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas; e (c) prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante repartições públicas, sociedades de economia mista, juntas comerciais, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza. **Artigo 20º -** Ao Diretor Presidente caberá: estabelecer o plano estratégico dos negócios, definindo objetivos, metas e forma de atuação junto ao mercado; presidir trabalhos junto às diretorias e demais gestores de forma a garantir que os retornos sejam realizados dentro dos padrões de qualidade, rentabilidade, prazo e segurança. **Artigo 21º -** Ao Diretor Administrativo Financeiro caberá: definir, implantar e coordenar em conjunto com outras áreas, processos, procedimentos e controles para o cumprimento da missão da instituição, proporcionando e agregando segurança e continuidade das ações para atingir seus objetivos e metas de curto, médio e longo prazo, através do contínuo aperfeiçoamento, treinamento e engajamento dos colaboradores, como também pelo estabelecimento de políticas, normas e procedimentos inerentes à gestão contábil, gestão de pessoas, gestão financeira e gestão da infraestrutura e serviços administrativos, documentação corporativa e de outras atribuições inerentes ao cargo. **Artigo 22º -** Ao Diretor Operacional caberá: a correta aplicação dos recursos financeiros para realizar operações de crédito/financiamento, cumprindo os procedimentos e normativos operacionais estabelecidos nas políticas de financiamentos da Companhia, em consonância com os normativos dos órgãos reguladores e demais legislações pertinentes. Definirá, em conjunto com os demais membros da Presidência e Diretoria, políticas e alçadas e limites para aprovação das operações de créditos/financiamentos assim como será responsável por desenvolver e implantar as políticas de riscos que a Companhia pretende assumir. As atividades de originação da operação, pré-análise e análise de crédito/financiamento, formalização da operação e serviços após a concessão do financiamento, também estão subordinadas a Diretoria Operacional. **Artigo 23º -** Ao Diretor de Produtos caberá: pesquisar e desenvolver novos produtos no mercado de atuação da Companhia, prospectar e desenvolver novas parcerias comerciais, desenvolver a estratégia de marketing da Companhia, incluindo campanhas e planos de comunicação, fornecer suporte à área comercial, estruturar e implantar a área de suporte a clientes, bem como planejar, controlar e acompanhar o ciclo de vida de produtos. **Conselho Fiscal: Artigo 24º -** A Companhia terá um Conselho Fiscal, composto de 3 a 5 membros e suplentes em igual número, não tendo caráter permanente, e só será eleito e instalado pela Assembleia Geral, nos casos previstos em lei. **Artigo 25º -** O funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação, podendo os seus membros ser reeleitos. **Artigo 26º -** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Do Exercício Social, Balanços, Lucros e sua Aplicação: Artigo 27º -** O exercício social coincide com o ano civil, encerrando-se, portanto, em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 28º -** A 30 de junho e a 31 de dezembro de cada ano, proceder-se-á ao levantamento do inventário e do balanço geral, com observância das obrigações previstas em lei. Do resultado apurado, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. § 1º - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral, observado o disposto nos artigos 193 a 203 da Lei nº 6.404/76 e neste Estatuto Social, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício. § 2º - A Companhia poderá levantar balanços intermediários, inclusive mensais, em função dos quais se faculta a distribuição de dividendos conforme deliberado pela Assembleia Geral. § 3º - A Diretoria poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. **Artigo 29º -** Do lucro líquido verificado, (i) será deduzida a percentagem de 5% para a constituição do Fundo de Reserva Legal até alcançar 20% do capital social; (ii) 25% será destinado ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas; (iii) e o saldo terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, após apreciação da proposta da Diretoria e, se em funcionamento do Conselho Fiscal. § Único - A Assembleia Geral poderá deliberar sobre a distribuição de dividendo inferior àquele fixado no item (ii) do Artigo 29º - supra ou a retenção de todo o lucro. **Do Componente Organizacional de Ouvidoria: Artigo 30º -** A Companhia constitui e manterá Componente Organizacional de Ouvidoria para assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre essas instituições e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos. § 1º - O Componente Organizacional de Ouvidoria é único para todas as empresas que façam parte do conglomerado financeiro da Companhia. § 2º - O Componente Organizacional de Ouvidoria será segregado da unidade executora da atividade de auditoria interna. **Artigo 31º -** Constituem atribuições da Ouvidoria: (a) prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionados nos canais de atendimento primário da Companhia; (b) atuar como canal de comunicação entre a Companhia e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e (c) informar à Diretoria a respeito das atividades da Ouvidoria. § 1º - As atribuições da Ouvidoria abrangem as seguintes atividades: (a) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços; (b) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta; (c) encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto; (d) manter a Diretoria informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Companhia para solucioná-los; e (e) elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao comitê de auditoria, quando existente, e à Diretoria, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições. § 2º - O atendimento prestado pela Ouvidoria: (a) deve ser identificado por meio de número de protocolo, o qual deve ser fornecido ao demandante; (b) deve ser gravado, quando realizado por telefone, e, quando realizado por meio de documento escrito ou por meio eletrônico, arquivada a respectiva documentação; e (c) pode abranger: (i) excepcionalmente, as demandas não recepcionadas inicialmente pelos canais de atendimento primário; e (ii) as demandas encaminhadas pelo Banco Central do Brasil, por órgãos públicos ou por outras entidades públicas ou privadas. § 3º - O prazo de resposta para as demandas não pode ultrapassar dez dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação. **Artigo 32º -** Compete à Diretoria designar o Ouvidor e o Diretor responsável pela Ouvidoria, sendo permitido ao Diretor responsável pela Ouvidoria desempenhar outras atividades na instituição. § 1º - O Ouvidor e o Diretor responsável pela Ouvidoria terão mandatos de 24 meses, cada, sempre coincidentes com o mandato dos demais Diretores, com direito a reeleição. O primeiro mandato do Ouvidor e do Diretor responsável pela Ouvidoria poderá ter prazo inferior ao aqui estabelecido, para coincidir com o mandato dos demais Diretores. § 2º - O Ouvidor será designado consoante os seguintes critérios: (a) comprovação de aptidão que deverá ser verificada em exame de certificação organizado por entidade de reconhecida capacidade técnica, a ser realizado nos prazos regulamentares abrangendo temas relacionados a ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos; e (b) atendimento às demais exigências que sejam ou venham a ser estabelecidas em normativos do Banco Central do Brasil. § 3º - O Ouvidor poderá ser destituído no caso de ausência ou impedimento definitivo, ou a qualquer tempo, por deliberação da Diretoria da Companhia, a quem caberá indicar novo ocupante para a função. **Artigo 33º -** O Ouvidor poderá ser destituído no caso de ausência ou impedimento definitivo, ou, por deliberação da Diretoria da Companhia em caso de ausência ou impedimento do Ouvidor que perdure por período superior a 60 dias consecutivos. Em todo caso, caberá a Diretoria indicar novo ocupante para a função. § Único - O Diretor responsável pela Ouvidoria deverá elaborar relatório semestral, relativo às atividades da Ouvidoria, nas datas-bases de 30 de junho e 31 de dezembro e sempre que identificada ocorrência relevante, o qual deverá ser: (a) elaborado de acordo com as disposições do Banco Central do Brasil; (b) revisado pela auditoria externa, a qual deve manifestar-se acerca da qualidade e adequação da estrutura, dos sistemas e dos procedimentos da Ouvidoria, bem como sobre o cumprimento dos demais requisitos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil; e (c) encaminhado ao Banco Central do Brasil, devidamente acompanhado da manifestação da auditoria externa, de parecer da auditoria interna e referendado pelo comitê de auditoria, quando existente, até sessenta dias da data-base ou da ocorrência do fato relevante. **Artigo 34º -** A Companhia assume o compromisso de: (a) criar condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; e (b) assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições. **Dissolução e Liquidação: Artigo 35º -** A Companhia será dissolvida ou liquidada nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Compete à Assembleia Geral estabelecer a forma da liquidação e nomear o liquidante e os membros do Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, fixando seus poderes e estabelecendo suas remunerações, conforme previsto em lei. **Das Disposições Gerais: Artigo 36º -** A Companhia observará os acordos de acionistas eventualmente registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração recusar o registro de transferências de ações ou criação de ônus sobre ações que sejam contrárias ao eventual acordo de acionistas, e ao Presidente da Assembleia Geral ou da Reunião da Diretoria, e recusar-se a computar os votos lançados contra o mesmo acordo. Os direitos, obrigações e responsabilidades resultantes de acordos de acionistas serão válidos e oponíveis a terceiros tão logo tenham sido averbados nos livros de registro de ações da Companhia. **Artigo 37º -** Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela Lei nº 6.404/76, pelas leis e regulamentos específicos sobre o tipo societário e demais normas da legislação pertinente, e pela deliberação da Assembleia Geral nas matérias que lhe caiba livremente decidir. **Artigo 38º -** Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo/SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, para dirimir as questões oriundas da Companhia.

Securitas Bioholdings S.A.-NIRE: 35.300.460.537 - CNPJ/MF nº 02.998.562/0001-00

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Emissão Privada de Debêntures não Conversíveis Realizada em 21 de Junho de 2024

Data, Hora, Local: 21.06.2024, as 10 horas, na sede social, Av. Santo Amaro, 48, cj. 32, São Paulo/SP. **Presença:** 100% dos titulares das debêntures ("Debenturistas") e representantes da emissora da **01ª Emissão Privada de Debêntures, Conversíveis em Ações, da Securitas Bioholdings S.A.**, datada de 03.05.2022 ("Escritura de emissão"). **Mesa:** Presidente: Márcio Garcia de Sousa, **Secretário:** Luis Claudio Garcia de Souza. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(a)** a inclusão da opção de conversibilidade das Debêntures; e **(b)** ratificação dos demais termos e condições da Escritura de Emissão; e **(c)** deliberar sobre o aditamento da **01ª Emissão Privada de Debêntures, não Conversíveis em Ações, da Securitas Bioholdings S.A. Deliberações Aprovadas:** tudo conforme previamente aprovado em AGE da Emissora ocorrida nesta mesma data, por: (i) Aprovar ajustes à cláusula de conversibilidade da Escritura de Emissão, incluindo a opção de conversão das Debêntures em ações da Emissora e alterando o tipo das Debêntures para conversíveis; (ii) Aprovar a ratificação dos demais termos e condições da Escritura de Emissão que não foram expressamente modificados pela presente assembleia; (iii) Aprovar, em razão das aprovações consignadas sob os Itens (i) e (ii) acima, a assinatura do 2º Aditivo à Escritura de Emissão, nos termos apresentados aos Debenturistas; (iv) Autorizar a Emissora e seus diretores a praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações tomadas nesta assembleia. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 21.06.2024. **Acionistas: Securitas Investimentos Ltda**, representada pelos diretores **Luis Claudio Garcia de Souza** e **Marcio Garcia de Souza** e o Sr. **Luis Claudio Garcia de Souza**. JUCESP nº 256.894/24-3 em 11.07.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. - Secretária Geral.

AEFEME Participações S.A.

CNPJ/MF nº 19.215.266/0001-80

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2024 *(Em Reais)*

Balanço patrimonial

Ativo	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	861	489
Total do ativo circulante	**861**	**489**
Dividendos a receber	497.778	944.047
Investimentos	23.403.885	21.910.550
Total do ativo não circulante	**23.901.663**	**22.854.597**
Total Ativo	**23.902.524**	**22.855.086**

Passivo	2024	2023
Empréstimos de sócios	-	40.575
Dividendos a pagar	538.825	944.147
Total do passivo circulante	**538.825**	**984.722**
Patrimônio líquido		
Capital social	816.960	816.960
Reserva de Lucros	5.413.582	3.920.247
Reservas de reavaliação reflexa	16.343.930	16.343.930
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	789.227	789.227
Total do patrimônio líquido	**23.363.699**	**21.870.364**
Total passivo e patrim. líquido	**23.902.524**	**22.855.086**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.991.113	1.947.777
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equiv. patrimonial	(1.991.113)	(1.947.777)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	-	-
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Caixa proveniente de atividades de financiamento	-	-
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivs de cxa no início do exerc.	489	489
Caixa e equivs de cxa no final do exerc.	861	489
	372	-

Demonstrações de Resultados

	2024	2023
Receitas (despesas) operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	1.991.113	1.947.777
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**1.991.113**	**1.947.777**
Lucro líquido do exercício	**1.991.113**	**1.947.777**

Demonstrações de resultados abrangentes

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.991.113	1.947.777
Resultado abrangente do exercício	**1.991.113**	**1.947.777**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital Social	Reserva de Lucros: Reserva de ágio/ deságio	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva retenção de lucros	Reserva reavaliação reflexa	Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/03/2022	**816.960**	**180.425**	**163.392**	**2.115.597**	**16.343.931**	**789.226**	**-**	**20.409.532**
Lucro líquido do exercício							1.947.776	1.947.776
Destinações:								
Dividendos propostos							(486.944)	(486.944)
Reserva de retenção de lucros				1.460.832			(1.460.832)	-
Saldos em 31/03/2023	**816.960**	**180.425**	**163.392**	**3.576.430**	**16.343.931**	**789.226**	**-**	**21.870.364**
Lucro líquido do exercício							1.991.113	1.991.113
Destinações:								
Dividendos propostos							(497.778)	(497.778)
Reserva de retenção de lucros				1.493.335			(1.493.335)	-
Saldos em 31/03/2024	**816.960**	**180.425**	**163.392**	**5.069.765**	**16.343.931**	**789.226**	**-**	**23.363.699**

Anita Ferraz Malzoni
Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor
Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

Zanziagro Participações S.A.

CNPJ/MF nº 19.165.805/0001-13

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2024 *(Em Reais)*

Balanço patrimonial

Ativo	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	1.884	787
Total do ativo circulante	**1.884**	**787**
Dividendos a receber	497.778	944.047
Investimentos	23.403.886	21.910.550
Total do ativo não circulante	**23.901.664**	**22.854.597**
Total Ativo	**23.903.548**	**22.855.384**

Passivo	2024	2023
Empréstimos de sócios	-	40.950
Dividendos a pagar	539.925	944.147
Total do passivo circulante	**539.925**	**985.097**
Patrimônio líquido		
Capital social	816.915	816.915
Reserva de Lucros	5.413.551	3.920.215
Reservas de reavaliação reflexa	16.343.930	16.343.930
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	789.227	789.227
Total do patrimônio líquido	**23.363.623**	**21.870.287**
Total passivo e patrimônio líquido	**23.903.548**	**22.855.384**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.991.113	1.947.777
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrim.	(1.991.113)	(1.947.777)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	-	-
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Caixa proveniente de atividades de financiamento	-	-
Aumento líquido em cx. e equivs. de caixa	-	-
Caixa e equivs de caixa no início do exerc.	787	787
Caixa e equivs de caixa no final do exerc.	1.884	787
	1.097	-

Demonstrações de resultados abrangentes

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.991.113	1.947.777
Resultado abrangente do exercício	**1.991.113**	**1.947.777**

Demonstrações de resultados

Receitas (despesas) operacionais	2024	2023
Resultado de equiv. patrimonial	1.991.113	1.947.777
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**1.991.113**	**1.947.777**
Lucro líquido do exercício	**1.991.113**	**1.947.777**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de Lucros: Reserva de ágio/ deságio	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva retenção de lucros	Reserva reavaliação reflexa	Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/03/2022	**816.915**	**180.425**	**163.383**	**2.115.575**	**16.343.930**	**789.227**	**-**	**20.409.455**
Lucro líquido do exercício							1.947.777	1.947.777
Destinações:								
Dividendos propostos							(486.944)	(486.944)
Reserva de retenção de lucros				1.460.832			(1.460.832)	
Saldos em 31/03/2023	**816.915**	**180.425**	**163.383**	**3.576.407**	**16.343.930**	**789.227**	**-**	**21.870.288**
Lucro líquido do exercício							1.991.113	1.991.113
Destinações:								
Dividendos propostos							(497.778)	(497.778)
Reserva de retenção de lucros				1.493.335			(1.493.335)	-
Saldos em 31/03/2024	**816.915**	**180.425**	**163.383**	**5.069.742**	**16.343.930**	**789.227**	**-**	**23.363.623**

Roberto Malzoni Filho - Diretor-Presidente
Ronaldo Montrezor - Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

AFMSF Participações S.A.

C.N.P.J/MF nº 21.842.115/0001-01

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em31 de Março de 2022 e 31 de Março 2023 *(Em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	782	370
Total do ativo circulante	**782**	**370**
Dividendos a receber	4.946.183	1.357.634
Investimentos	23.364.962	17.133.909
Total do ativo não circulante	**28.311.145**	**18.491.543**
Total Ativo	**28.311.927**	**18.491.913**

Passivo	2023	2022
Empréstimos de sócios	49.009	47.209
Dividendos a Pagar	4.987.774	1.399.555
Total do passivo circulante	**5.036.783**	**1.446.764**
Passivo não Circulante		
Total do Passivo não Circulante	-	-
Patrimônio líquido		
Capital social	23.647.613	23.647.613
Reserva de Lucros	14.623.389	3.103.317
Reservas de reavaliação reflexa	444.965	497.071
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(15.440.824)	(10.202.852)
Total do patrimônio líquido	**23.275.144**	**17.045.149**
Total passivo e patrimônio líquido	**28.311.927**	**18.491.913**

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	2023	2022
Despesas administrativas	(640)	-
Resultado de equiv. patrimonial	14.941.248	5.675.750
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**14.940.608**	**5.675.750**
Receitas (Despesas Financeiras)	(748)	(723)
Lucro do exercício	**14.939.860**	**5.675.027**

Demonstração de resultados abrangentes

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	14.939.860	5.675.027
Outros resultados abrangentes		
Ganhos liquidos de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	(5.121.646)	18.896.439
Resultado abrangente do exercício	**9.818.214**	**24.571.466**

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Lucro do exercício	14.939.860	5.675.027
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(14.941.248)	(5.675.750)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**(1.388)**	**(723)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos tomados de sócios	1.800	751
Caixa proveniente de atividades de financiamento	**1.800**	**751**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**412**	**28**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	370	342
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	782	370
	412	28

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital Social	Reserva de Lucros: Reserva de Ágio/ Deságio	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva Retenção de Lucros	Reservas de Reavaliação Reflexa	Ajustes de Avaliação Patrimonial Reflexa	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/03/2021	**18.633.977**	**(1.389.990)**	**81.163**	**1.156.577**	**575.437**	**(28.959.823)**	**(3.689.398)**	**(13.592.057)**
Aumento de Capital AGE 27/12/2021	5.013.636							5.013.636
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(78.367)		78.367	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(139.468)	139.468	-
Perdas líquidas de *hegde* de fluxo de caixa reflexo						18.896.439		18.896.439
Retorno Reserva Legal 31/03/20 AGO 18/10/2021			(81.163)				81.163	-
Retorno Dividendos Propostos 31/03/20 AGO 18/10/2021							385.526	385.526
Retorno Reserva Retenção Lucros 31/03/20 AGO 18/10/2021				(1.156.577)			1.156.577	-
Compensação de Prejuízos Acumulados AGE 27/12/2021							2.066.133	2.066.133
Resultado do Exercício							5.675.027	5.675.027
Destinações:								-
Reserva Legal			294.643				(294.643)	-
Dividendos Propostos							(1.399.555)	(1.399.555)
Reserva Retenção de Lucros				4.198.664			(4.198.664)	-
Saldos em 31/03/2022	**23.647.613**	**(1.389.990)**	**294.643**	**4.198.664**	**497.070**	**(10.202.852)**	**-**	**17.045.149**
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(52.106)		52.106	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(116.326)	116.326	-
Perdas líquidas de *hegde* de fluxo de caixa reflexo						(5.121.646)		(5.121.646)
Resultado do Exercício							14.939.860	14.939.860
Destinações:								-
Reserva Legal			755.415				(755.415)	-
Dividendos Propostos							(3.588.219)	(3.588.219)
Reserva Retenção de Lucros				10.764.658			(10.764.658)	-
Saldos em 31 de março de 2023	**23.647.613**	**(1.389.990)**	**1.050.058**	**14.963.322**	**444.964**	**(15.440.824)**	**-**	**23.275.143**

Anita Ferraz Malzoni
Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor
Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

LHT Participações S.A.

C.N.P.J/MF nº 21.842.173/0001-27

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2023 (Em Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	1.373	595
Total do ativo circulante	**1.373**	**595**
Dividendos a Pagar	4.946.183	1.357.634
Investimentos	23.364.962	17.133.909
Total do ativo não circulante	**28.311.145**	**18.491.543**
Total Ativo	**28.312.518**	**18.492.138**

Passivo	2023	2022
Empréstimos de sócios	51.413	49.613
Dividendos a Pagar	4.987.861	1.399.555
Total do passivo circulante	**5.039.274**	**1.449.168**
Passivo não Circulante		
Total do Passivo não Circulante	-	-
Patrimônio líquido		
Capital social	23.645.434	23.645.434
Reserva de Lucros	14.623.669	3.103.317
Reservas de reavaliação reflexa	444.965	497.071
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(15.440.824)	(10.202.852)
Total do patrimônio líquido	**23.273.244**	**17.042.970**
Total passivo e patrimônio líquido	**28.312.518**	**18.492.138**

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	2023	2022
Despesas administrativas	(274)	-
Resultado de equivalência patrimonial positiva	14.941.248	5.675.750
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**14.940.974**	**5.675.750**
Receitas (Despesas Financeiras)	(748)	(723)
Lucro do exercício	**14.940.226**	**5.675.027**

Demonstração de resultados abrangentes

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	14.940.226	5.675.027
Outros resultados abrangentes		
Perdas liquidas de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	(5.121.646)	18.896.439
Resultado abrangente do exercício	**9.818.580**	**24.571.466**

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Lucro do exercício	14.940.226	5.675.027
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equiv. patrimonial	(14.941.248)	(5.675.750)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**(1.022)**	**(723)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Integralização de capital em dinheiro		
Empréstimos tomados de sócios	1.800	1.000
Caixa proveniente de atividades de financiamento	**1.800**	**1.000**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**778**	**277**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	595	318
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.373	595
	778	277

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de Lucros: Reserva de ágio/ deságio	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva Retenção de Lucros	Reservas reavaliação reflexa	Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2021	**18.633.980**	**(1.389.990)**	**81.054**	**1.155.022**	**575.437**	**(28.959.823)**	**(3.689.399)**	**(13.593.717)**
Aumento de Capital AGE 27/12/2021	5.011.454							5.011.454
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(78.367)		78.367	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(139.468)	139.468	-
Perdas líquidas de *hegde* de fluxo de caixa reflexo						18.896.439		18.896.439
Retorno Reserva Legal 31/03/20 AGO 18/10/2021			(81.054)				81.054	-
Retorno Dividendos Propostos 31/03/20 AGO 18/10/2021							385.007	385.007
Retorno Reserva Retenção Lucros 31/03/20 AGO 18/10/2021				(1.155.022)			1.155.022	-
Compensação de Prejuizos Acumulados AGE 27/12/2021							2.068.315	2.068.315
Resultado do Exercício							5.675.027	5.675.027
Destinações:							-	-
Reserva Legal			294.643				(294.643)	-
Dividendos Propostos							(1.399.555)	(1.399.555)
Reserva Retenção de Lucros				4.198.664			(4.198.664)	-
Saldos em 31 de março de 2022	**23.645.434**	**(1.389.990)**	**294.643**	**4.198.664**	**497.070**	**(10.202.852)**	**-**	**17.042.969**
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(52.106)		52.106	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(116.326)	116.326	-
Perdas líquidas de *hegde* de fluxo de caixa reflexo						(5.121.646)		(5.121.646)
Resultado do Exercício							14.940.226	14.940.226
Destinações:								
Reserva Legal			755.433				(755.433)	-
Dividendos Propostos							(3.588.306)	(3.588.306)
Reserva Retenção de Lucros				10.764.918			(10.764.918)	-
Saldos em 31 de março de 2023	**23.645.434**	**(1.389.990)**	**1.050.076**	**14.963.583**	**444.964**	**(15.440.824)**	**-**	**23.273.243**

Maria Malzoni Romanach
Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor
Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

Cento e Três Participações S.A.

CNPJ/MF nº 19.696.474/0001-48

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2024 (Em Reais)

Balanço patrimonial

Ativo	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	788	895
Total do ativo circulante	**788**	**895**
Dividendos a receber	497.778	944.047
Investimentos	23.403.886	21.910.550
Total do ativo não circulante	**23.901.664**	**22.854.597**
Total Ativo	**23.902.452**	**22.855.492**

Passivo	2024	2023
Empréstimos de sócios	-	45.195
Dividendos a pagar	543.035	943.555
Total do passivo circulante	**543.035**	**988.750**
Patrimônio líquido		
Capital social	812.045	812.045
Reserva de Lucros	5.414.215	3.921.540
Reservas de reavaliação reflexa	16.343.930	16.343.930
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	789.227	789.227
Total do patrimônio líquido	**23.359.417**	**21.866.742**
Total passivo e patrim. líquido	**23.902.452**	**22.855.492**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.990.234	1.946.626
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equiv. patrimonial	(1.991.113)	(1.947.777)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**(879)**	**(1.151)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos tomados de sócios	-	1.500
Caixa proveniente de atividades de financiamento	**-**	**1.500**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(879)**	**349**
Caixa e equivs de cxa no início do exerc.	895	546
Caixa e equivs de cxa no final do exerc.	788	895
	(107)	349

Demonstrações de Resultados

	2024	2023
Receitas (despesas) operacionais		
Resultado de equiv. patrimonial	1.991.113	1.947.777
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**1.991.113**	**1.947.777**
Receitas (Despesas Financeiras)	(879)	(1.151)
Lucro líquido do exercício	**1.990.234**	**1.946.626**

Demonstrações de resultados abrangentes

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.990.234	1.946.626
Resultado abrangente do exercício	**1.990.234**	**1.946.626**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital Social	Reserva de Lucros: Reserva de ágio/ deságio	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva retenção de lucros	Reservas de reavaliação reflexa	Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/03/2022	**812.045**	**197.245**	**162.409**	**2.101.916**	**16.343.930**	**789.227**	**-**	**20.406.772**
Lucro líquido do exercício							1.946.626	1.946.626
Destinações:								
Dividendos propostos							(486.656)	(486.656)
Reserva de retenção de lucros				1.459.969			(1.459.969)	-
Saldos em 31/03/2023	**812.045**	**197.245**	**162.409**	**3.561.885**	**16.343.930**	**789.227**	**-**	**21.866.741**
Lucro líquido do exercício							1.990.234	1.990.234
Destinações:								
Dividendos propostos							(497.558)	(497.558)
Reserva de retenção de lucros				1.492.676			(1.492.676)	-
Saldos em 31/03/2024	**812.045**	**197.245**	**162.409**	**5.054.561**	**16.343.930**	**789.227**	**-**	**23.359.417**

Fernando Luiz de Mattos Oliveira
Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor
Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

JRHM Participações S.A.

CNPJ/MF nº 19.165.727/0001-57

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2024 (Em Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	1.798	992
Total do ativo circulante	**1.798**	**992**
Dividendos a receber	497.778	944.047
Investimentos	23.403.885	21.910.550
Total do ativo não circulante	**23.901.663**	**22.854.597**
Total Ativo	**23.903.461**	**22.855.589**

Passivo	2024	2023
Empréstimos de sócios	-	44.171
Dividendos a pagar	542.855	944.147
Total do passivo circulante	**542.855**	**988.318**
Patrimônio líquido		
Capital social	816.612	816.612
Reserva de Lucros	5.410.837	3.917.502
Reservas de reavaliação reflexa	16.343.930	16.343.930
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	789.227	789.227
Total do patrimônio líquido	**23.360.606**	**21.867.271**
Total passivo e patrimônio líquido	**23.903.461**	**22.855.589**

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	2024	2023
Resultado de equivalência patrimonial	1.991.113	1.947.777
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**1.991.113**	**1.947.777**
Lucro líquido do exercício	**1.991.113**	**1.947.777**

Demonstração de resultados abrangentes

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.991.113	1.947.777
Resultado abrangente do exercício	**1.991.113**	**1.947.777**

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.991.113	1.947.777
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equiv. patrimonial	(1.991.113)	(1.947.777)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	-	-
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Caixa proveniente de atividades de financiamento	-	-
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	992	992
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.798	992
	806	-

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de Lucros: Reserva de ágio/ deságio	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva retenção de lucros	Reserva reavaliação reflexa	Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2022	**816.612**	**180.425**	**163.322**	**2.112.923**	**16.343.931**	**789.226**	**-**	**20.406.439**
Lucro líquido do exercício							1.947.776	1.947.776
Destinações								
Dividendos propostos							(486.944)	(486.944)
Reserva de retenção de lucros				1.460.832			(1.460.832)	-
Saldos em 31 de março de 2023	**816.612**	**180.425**	**163.322**	**3.573.755**	**16.343.931**	**789.226**	**-**	**21.867.271**
Lucro líquido do exercício							1.991.112	1.991.112
Destinações								
Dividendos propostos							(497.778)	(497.778)
Reserva de retenção de lucros				1.493.334			(1.493.334)	-
Saldos em 31 de março de 2024	**816.612**	**180.425**	**163.322**	**5.067.089**	**16.343.931**	**789.226**	**-**	**23.360.606**

Eduardo Ferraz Malzoni - Diretor-Presidente
Ronaldo Montrezor - Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA, GARANTINDO A SEGURANÇA JURÍDICA.
AFINAL, O JORNAL É LEGAL.
cenp
ANJ
abra

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

HRJE Participações S.A.

C.N.P.J/MF nº 21.842.082/0001-91

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Março de 2022 e 31 de Março de 2023 (Em Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	**2023**	**2022**
Caixa e equivalentes de caixa	439	161
Total do ativo circulante	**439**	**161**
Dividendos a Receber	4.946.183	1.357.634
Investimentos	23.364.962	17.133.909
Total do ativo não circulante	**28.311.145**	**18.491.543**
Total Ativo	**28.311.584**	**18.491.704**

Passivo	**2023**	**2022**
Empréstimos de sócios	50.585	49.284
Dividendos a Pagar	4.987.861	1.399.555
Total do passivo circulante	**5.038.446**	**1.448.839**
Passivo não Circulante		
Total do Passivo não Circulante	-	-
Patrimônio líquido		
Capital social	23.645.329	23.645.329
Reserva de Lucros	14.623.668	3.103.317
Reservas de reavaliação reflexa	444.965	497.071
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(15.440.824)	(10.202.852)
Total do patrimônio líquido	**23.273.138**	**17.042.865**
Total passivo e patrimônio líquido.	**28.311.584**	**18.491.704**

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	**2023**	**2022**
Despesas administrativas	(274)	-
Resultado de equivalência patrim.	14.941.248	5.675.750
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**14.940.974**	**5.675.750**
Receitas (Despesas Financeiras)	(748)	(723)
Lucro do exercício	**14.940.226**	**5.675.027**

Demonstração de resultados abrangentes	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	14.940.226	5.675.027
Outros resultados abrangentes		
Perdas liquidas de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	(5.121.646)	18.896.439
Resultado abrangente do exercício	9.818.580	24.571.466

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2023**	**2022**
Lucro do exercício	14.940.226	5.675.027
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(14.941.248)	(5.675.750)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**(1.022)**	**(723)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos tomados de sócios	1.300	450
Caixa proveniente de atividades de financiamento	**1.300**	**450**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**278**	**(273)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	161	434
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	439	161
	278	**(273)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

		Reserva de Lucros						
	Capital social	**Reserva de ágio/ deságio**	**Reserva Legal**	**Reserva Retenção de Lucros**	**Reservas de reavaliação reflexa**	**Ajustes de avaliação patrimonial reflexa**	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de março de 2021	**18.633.980**	**(1.389.991)**	**81.049**	**1.154.947**	**575.437**	**(28.959.823)**	**(3.689.399)**	**(13.593.797)**
Aumento de Capital AGE 27/12/2021	5.011.349							5.011.349
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(78.367)		78.367	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(139.468)	139.468	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						18.896.439		18.896.439
Retorno Reserva Legal 31/03/20 AGO 18/10/2021			(81.049)				81.049	-
Retorno Dividendos Propostos 31/03/20 AGO 18/10/2021							384.982	384.982
Retorno Reserva Retenção Lucros 31/03/20 AGO 18/10/2021				(1.154.947)			1.154.947	-
Compensação de Prejuízos Acumulados AGE 27/12/2021							2.068.420	2.068.420
Resultado do Exercício							5.675.027	5.675.027
Destinações:								-
Reserva Legal			294.643				(294.643)	-
Dividendos Propostos							(1.399.555)	(1.399.555)
Reserva Retenção de Lucros				4.198.664			(4.198.664)	-
Saldos em 31 de março de 2022	**23.645.329**	**(1.389.991)**	**294.643**	**4.198.664**	**497.070**	**(10.202.852)**	**-**	**17.042.865**
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(52.106)		52.106	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(116.326)	116.326	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						(5.121.646)		(5.121.646)
Resultado do Exercício							14.940.226	14.940.226
Destinações:								-
Reserva Legal			755.433				(755.433)	-
Dividendos Propostos							(3.588.306)	(3.588.306)
Reserva Retenção de Lucros				10.764.918			(10.764.918)	-
Saldos em 31 de março de 2023	**23.645.329**	**(1.389.991)**	**1.050.076**	**14.963.583**	**444.964**	**(15.440.824)**	**-**	**23.273.139**

Eduardo Ferraz Malzoni
Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor
Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

Cento e Um Participações S.A.

C.N.P.J/MF nº 21.842.138/0001-08

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2024 (Em Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	**2024**	**2023**
Caixa e equivalentes de caixa	539	343
Total do ativo circulante	**539**	**343**
Dividendos a Receber	7.856.193	4.946.183
Investimentos	41.461.421	23.364.962
Total do ativo não circulante	**49.317.614**	**28.311.145**
Total Ativo	**49.318.153**	**28.311.488**

Passivo	**2024**	**2023**
Empréstimos de sócios	-	49.929
Dividendos a Pagar	7.948.563	4.987.774
Total do passivo circulante	**7.948.563**	**5.037.703**
Passivo não Circulante		
Total do Passivo não Circulante	-	-
Patrimônio líquido		
Capital social	23.646.255	23.646.255
Reserva de Lucros	24.145.039	14.623.389
Reservas de reavaliação reflexa	381.295	444.965
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(6.802.999)	(15.440.824)
Total do patrimônio líquido	**41.369.590**	**23.273.785**
Total passivo e patrimônio líquido	**49.318.153**	**28.311.488**

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	**2024**	**2023**
Despesas administrativas	-	(640)
Resultado de equivalência patrimonial	12.312.910	14.941.248
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**12.312.910**	**14.940.608**
Receitas (Despesas Financeiras)	(858)	(748)
Prejuízo do exercício	**12.312.052**	**14.939.860**

Demonstração de resultados abrangentes	**2024**	**2023**
Lucro líquido do exercício	12.312.052	14.939.860
Outros resultados abrangentes		
Perdas liquidas de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	8.749.513	(5.121.646)
Resultado abrangente do exercício	21.061.565	9.818.214

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2024**	**2023**
Prejuízo do exercício	12.312.052	14.939.860
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(12.312.910)	(14.941.248)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**(858)**	**(1.388)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos tomados de sócios	1.054	1.600
Caixa proveniente de atividades de financiamento	**1.054**	**1.600**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**196**	**212**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	343	131
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	539	343
	196	**212**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

		Reserva de Lucros						
	Capital social	**Reserva de ágio/ deságio**	**Reserva Legal**	**Reserva Retenção de Lucros**	**Reservas de reavaliação reflexa**	**Ajustes de avaliação patrimonial reflexa**	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de março de 2022	**23.646.255**	**(1.389.990)**	**294.643**	**4.198.664**	**497.070**	**(10.202.851)**	**-**	**17.043.791**
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(52.106)		52.106	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(116.326)	116.326	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						(5.121.646)		(5.121.646)
Resultado do Exercício							14.939.860	14.939.860
Destinações:								-
Reserva Legal			755.415				(755.415)	-
Dividendos Propostos							(3.588.219)	(3.588.219)
Reserva Retenção de Lucros				10.764.658			(10.764.658)	-
Saldos em 31 de março de 2023	**23.646.255**	**(1.389.990)**	**1.050.058**	**14.963.322**	**444.964**	**(15.440.823)**	**-**	**23.273.786**
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(63.670)		63.670	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(111.688)	111.688	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						8.749.513		8.749.513
Resultado do Exercício							12.312.052	12.312.052
Destinações:								-
Reserva Legal			624.371				(624.371)	-
Dividendos Propostos							(2.965.760)	(2.965.760)
Reserva Retenção de Lucros				8.897.280			(8.897.280)	-
Saldos em 31 de março de 2024	**23.646.255**	**(1.389.990)**	**1.674.428**	**23.860.602**	**381.294**	**(6.802.998)**	**-**	**41.369.591**

Fernando Luiz de Mattos Oliveira
Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor
Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

Cento e Um Participações S.A.

C.N.P.J/MF nº 21.842.138/0001-08

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2022 (Em Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	**2022**	**2021**
Caixa e equivalentes de caixa	131	404
Total do ativo circulante	**131**	**404**
Dividendos a Receber	1.357.634	-
Investimentos	17.133.909	-
Total do ativo não circulante	**18.491.543**	**-**
Total Ativo	**18.491.674**	**404**

Passivo	**2022**	**2021**
Empréstimos de sócios	48.329	47.829
Dividendos a Pagar	1.399.555	385.202
Total do passivo circulante	**1.447.883**	**433.031**
Passivo não Circulante		
Provisão p/ desvalorização de invests	-	13.160.465
Total do Passivo não Circulante	**-**	**13.160.465**
Patrimônio líquido		
Capital social	23.646.255	18.633.980
Reserva de Lucros	3.103.317	(153.288)
Reservas de reavaliação reflexa	497.071	575.438
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(10.202.852)	(28.959.823)
Prejuízos Acumulados	-	(3.689.399)
Total do patrimônio líquido	**17.043.791**	**(13.593.092)**
Total passivo e patrimônio líq.	**18.491.674**	**404**

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	**2022**	**2021**
Despesas administrativas	-	(4.600)
Resultado de equivalência patrimonial	5.675.750	(3.899.068)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**5.675.750**	**(3.903.668)**
Receitas (Despesas Financeiras)	(723)	(669)
Prejuízo do exercício	**5.675.027**	**(3.904.337)**

Demonstração de resultados abrangentes	**2022**	**2021**
Lucro líquido do exercício	5.675.027	(3.904.337)
Outros resultados abrangentes		
Perdas liquidas de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	18.756.971	2.742.927
Resultado abrangente do exercício	24.431.998	(1.161.410)

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2022**	**2021**
Prejuízo do exercício	5.675.027	(3.904.337)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(5.675.750)	3.899.068
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**(723)**	**(5.269)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos tomados de sócios	450	5.100
Caixa proveniente de atividades de financiamento	**450**	**5.100**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(273)**	**(169)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	404	573
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	131	404
	(273)	**(169)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

		Reserva de Lucros						
	Capital social	**Reserva de ágio/ deságio**	**Reserva Legal**	**Reserva Retenção de Lucros**	**Reservas de reavaliação reflexa**	**Ajustes de avaliação patrimonial reflexa**	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de março de 2020	**18.633.980**	**(1.389.990)**	**81.095**	**1.155.607**	**656.258**	**(31.568.632)**	**-**	**(12.431.681)**
Reserva ágio decorrente subscrição a serem conferidas ao PL							-	-
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(80.821)		80.821	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(134.118)	134.118	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						2.742.927		2.742.927
Resultado do Exercício							(3.904.337)	(3.904.337)
Saldos em 31 de março de 2021	**18.633.980**	**(1.389.990)**	**81.095**	**1.155.607**	**575.437**	**(28.959.822)**	**(3.689.399)**	**(13.593.091)**
Aumento de Capital AGE 27/12/2021	5.012.275							5.012.275
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(78.367)		78.367	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(139.468)	139.468	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						18.896.439		18.896.439
Retorno Reserva Legal 31/03/20 AGO 18/10/2021			(81.095)				81.095	-
Retorno Dividendos Propostos 31/03/20 AGO 18/10/2021							385.202	385.202
Retorno Reserva Retenção Lucros 31/03/20 AGO 18/10/2021				(1.155.607)			1.155.607	-
Compensação de Prejuízos Acumulados AGE 27/12/2021							2.067.494	2.067.494
Resultado do Exercício							5.675.027	5.675.027
Destinações:								-
Reserva Legal			294.643				(294.643)	-
Dividendos Propostos							(1.399.555)	(1.399.555)
Reserva Retenção de Lucros				4.198.664			(4.198.664)	-
Saldos em 31 de março de 2022	**23.646.255**	**(1.389.990)**	**294.643**	**4.198.664**	**497.070**	**(10.202.851)**	**-**	**17.043.791**

Fernando Luiz de Mattos Oliveira
Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor
Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

AFMSF Participações S.A.

C.N.P.J. 21.842.115/0001-01

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Março de 2023 e 31 de Março 2024 (Em Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	**2024**	**2023**
Caixa e equivalentes de caixa	977	782
Total do ativo circulante	**977**	**782**
Dividendos a receber	7.856.193	4.946.183
Investimentos	41.461.421	23.364.962
Total do ativo não circulante	**49.317.614**	**28.311.145**
Total Ativo	**49.318.591**	**28.311.927**

Passivo	**2024**	**2023**
Empréstimos de sócios	-	49.009
Dividendos a Pagar	7.947.643	4.987.774
Total do passivo circulante	**7.947.643**	**5.036.783**
Passivo não Circulante		
Total do Passivo não Circulante	-	-
Patrimônio líquido		
Capital social	23.647.613	23.647.613
Reserva de Lucros	24.145.039	14.623.389
Reservas de reavaliação reflexa	381.295	444.965
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(6.802.999)	(15.440.824)
Total do patrimônio líquido	**41.370.948**	**23.275.144**
Total passivo e patrimônio líquido	**49.318.591**	**28.311.927**

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	**2024**	**2023**
Despesas administrativas	-	(640)
Resultado de equivalência patrimonial	12.312.910	14.941.248
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**12.312.910**	**14.940.608**
Receitas (Despesas Financeiras)	(858)	(748)
Lucro do exercício	**12.312.052**	**14.939.860**

Demonstração de resultados abrangentes	**2024**	**2023**
Lucro líquido do exercício	12.312.052	14.939.860
Outros resultados abrangentes		
Ganhos liquidos de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	8.749.513	(5.121.646)
Resultado abrangente do exercício	21.061.565	9.818.214

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2024**	**2023**
Lucro do exercício	12.312.052	14.939.860
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(12.312.910)	(14.941.248)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**(858)**	**(1.388)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos tomados de sócios	1.053	1.800
Caixa proveniente de atividades de financiamento	**1.053**	**1.800**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**195**	**412**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	782	370
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	977	782
	195	**412**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

		Reserva de Lucros						
	Capital Social	**Reserva de Ágio/ Deságio**	**Reserva Legal**	**Reserva Retenção de Lucros**	**Reservas de Reavaliação Reflexa**	**Ajustes de Avaliação Patrimonial Reflexa**	**Lucros Acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de março de 2022	**23.647.613**	**(1.389.990)**	**294.643**	**4.198.664**	**497.070**	**(10.202.852)**	**-**	**17.045.149**
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(52.106)		52.106	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(116.326)	116.326	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						(5.121.646)		(5.121.646)
Resultado do Exercício							14.939.860	14.939.860
Destinações:								-
Reserva Legal			755.415				(755.415)	-
Dividendos Propostos							(3.588.219)	(3.588.219)
Reserva Retenção de Lucros				10.764.658			(10.764.658)	-
Saldos em 31 de março de 2023	**23.647.613**	**(1.389.990)**	**1.050.058**	**14.963.322**	**444.964**	**(15.440.824)**	**-**	**23.275.143**
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(63.670)		63.670	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(111.688)	111.688	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						8.749.513		8.749.513
Resultado do Exercício							12.312.052	12.312.052
Destinações:								-
Reserva Legal			624.371				(624.371)	-
Dividendos Propostos							(2.965.760)	(2.965.760)
Reserva Retenção de Lucros				8.897.280			(8.897.280)	-
Saldos em 31 de março de 2024	**23.647.613**	**(1.389.990)**	**1.674.428**	**23.860.602**	**381.294**	**(6.802.999)**	**-**	**41.370.948**

Anita Ferraz Malzoni
Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor
Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

Cento e Um Participações S.A.

C.N.P.J/MF nº 21.842.138/0001-08

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2023 (Em Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	**2023**	**2022**
Caixa e equivalentes de caixa	343	131
Total do ativo circulante	**343**	**131**
Dividendos a Receber	4.946.183	1.357.634
Investimentos	23.364.962	17.133.909
Total do ativo não circulante	**28.311.145**	**18.491.543**
Total Ativo	**28.311.488**	**18.491.674**

Passivo	**2023**	**2022**
Empréstimos de sócios	49.929	48.328
Dividendos a Pagar	4.987.774	1.399.555
Total do passivo circulante	**5.037.703**	**1.447.883**
Passivo não Circulante		
Total do Passivo não Circulante	-	-
Patrimônio líquido		
Capital social	23.646.255	23.646.255
Reserva de Lucros	14.623.389	3.103.317
Reservas de reavaliação reflexa	444.965	497.071
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(15.440.824)	(10.202.852)
Total do patrimônio líquido	**23.273.785**	**17.043.791**
Total passivo e patrimônio líquido	**28.311.488**	**18.491.674**

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	**2023**	**2022**
Despesas administrativas	(640)	-
Resultado de equivalência patrimonial	14.941.248	5.675.750
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**14.940.608**	**5.675.750**
Receitas (Despesas Financeiras)	(748)	(723)
Prejuízo do exercício	**14.939.860**	**5.675.027**

Demonstração de resultados abrangentes	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	14.939.860	5.675.027
Outros resultados abrangentes		
Perdas liquidas de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	(5.121.646)	18.896.439
Resultado abrangente do exercício	9.818.214	24.571.466

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2023**	**2022**
Prejuízo do exercício	14.939.860	5.675.027
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(14.941.248)	(5.675.750)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**(1.388)**	**(723)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos tomados de sócios	1.600	450
Caixa proveniente de atividades de financiamento	**1.600**	**450**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**212**	**(273)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	131	404
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	343	131
	212	**(273)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

		Reserva de Lucros						
	Capital social	**Reserva de ágio/ deságio**	**Reserva Legal**	**Reserva Retenção de Lucros**	**Reservas de reavaliação reflexa**	**Ajustes de avaliação patrimonial reflexa**	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de março de 2021	**18.633.980**	**(1.389.990)**	**81.095**	**1.155.607**	**575.437**	**(28.959.822)**	**(3.689.399)**	**(13.593.091)**
Aumento de Capital AGE 27/12/2021	5.012.275							5.012.275
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(78.367)		78.367	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(139.468)	139.468	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						18.896.439		18.896.439
Retorno Reserva Legal 31/03/20 AGO 18/10/2021			(81.095)				81.095	-
Retorno Dividendos Propostos 31/03/20 AGO 18/10/2021							385.202	385.202
Retorno Reserva Retenção Lucros 31/03/20 AGO 18/10/2021				(1.155.607)			1.155.607	-
Compensação de Prejuízos Acumulados AGE 27/12/2021							2.067.494	2.067.494
Resultado do Exercício							5.675.027	5.675.027
Destinações:								-
Reserva Legal			294.643				(294.643)	-
Dividendos Propostos							(1.399.555)	(1.399.555)
Reserva Retenção de Lucros				4.198.664			(4.198.664)	-
Saldos em 31 de março de 2022	**23.646.255**	**(1.389.990)**	**294.643**	**4.198.664**	**497.070**	**(10.202.851)**	**-**	**17.043.791**
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(52.106)		52.106	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(116.326)	116.326	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						(5.121.646)		(5.121.646)
Resultado do Exercício							14.939.860	14.939.860
Destinações:								-
Reserva Legal			755.415				(755.415)	-
Dividendos Propostos							(3.588.219)	(3.588.219)
Reserva Retenção de Lucros				10.764.658			(10.764.658)	-
Saldos em 31 de março de 2023	**23.646.255**	**(1.389.990)**	**1.050.058**	**14.963.322**	**444.964**	**(15.440.823)**	**-**	**23.273.786**

Fernando Luiz de Mattos Oliveira
Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor
Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

Zansugar Participações S.A.

C.N.P.J/MF nº 21.771.999/0001-42

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2024 *(Em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	**2024**	**2023**
Caixa e equivalentes de caixa	1.056	861
Total do ativo circulante	**1.056**	**861**
Dividendos a receber	7.856.193	4.946.183
Investimentos	41.461.421	23.364.962
Total do ativo não circulante	**49.317.614**	**28.311.145**
Total Ativo	**49.318.670**	**28.312.006**

Passivo	**2024**	**2023**
Empréstimos de sócios	-	50.562
Dividendos a Pagar	7.949.196	4.987.774
Total do passivo circulante	**7.949.196**	**5.038.336**
Passivo não Circulante		
Total do Passivo não Circulante	-	-
Patrimônio líquido		
Capital social	23.646.139	23.646.139
Reserva de Lucros	24.145.039	14.623.390
Reservas de reavaliação reflexa	381.295	444.965
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(6.802.999)	(15.440.824)
Total do patrimônio líquido	**41.369.474**	**23.273.670**
Total passivo e patrimônio líquido	**49.318.670**	**28.312.006**

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	**2024**	**2023**
Despesas administrativas	-	(640)
Resultado de equivalência patrimonial	12.312.910	14.941.248
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**12.312.910**	**14.940.608**
Receitas (Despesas Financeiras)	(858)	(748)
Lucro do exercício	**12.312.052**	**14.939.860**

Demonstração de resultados abrangentes	**2024**	**2023**
Lucro líquido do exercício	12.312.052	14.939.860
Outros resultados abrangentes		
Perdas liquidas de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	8.749.513	(5.121.646)
Resultado abrangente do exercício	21.061.565	9.818.214

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2024**	**2023**
Lucro do exercício	12.312.052	14.939.860
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equiv. patrimonial	(12.312.910)	(14.941.248)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**(858)**	**(1.388)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Integralização de capital em dinheiro		
Empréstimos tomados de sócios	1.000	1.800
Caixa proveniente de atividades de financiamento	**1.053**	**1.800**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**195**	**412**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	861	449
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.056	861
	195	**412**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

		Reserva de Lucros						
	Capital social	**Reserva de ágio/ deságio**	**Reserva Legal**	**Reserva Retenção de Lucros**	**Reservas de reavaliação reflexa**	**Ajustes de avaliação patrimonial reflexa**	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de março de 2022	**23.646.139**	**(1.389.990)**	**294.643**	**4.198.664**	**497.070**	**(10.202.851)**	**-**	**17.043.676**
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(52.106)		52.106	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(116.326)	116.326	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						(5.121.646)		(5.121.646)
Resultado do Exercício							14.939.860	14.939.860
Destinações:								-
Reserva Legal			755.415				(755.415)	-
Dividendos Propostos							(3.588.219)	(3.588.219)
Reserva Retenção de Lucros				10.764.658			(10.764.658)	-
Saldos em 31 de março de 2023	**23.646.139**	**(1.389.990)**	**1.050.058**	**14.963.322**	**444.964**	**(15.440.823)**	**-**	**23.273.670**
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(63.670)		63.670	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(111.688)	111.688	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						8.749.513		8.749.513
Resultado do Exercício							12.312.052	12.312.052
Destinações:								-
Reserva Legal			624.371				(624.371)	-
Dividendos Propostos							(2.965.760)	(2.965.760)
Reserva Retenção de Lucros				8.897.280			(8.897.280)	-
Saldos em 31 de março de 2024	**23.646.139**	**(1.389.990)**	**1.674.429**	**23.860.602**	**381.294**	**(6.802.998)**	**-**	**41.369.475**

Roberto Malzoni Filho
Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor
Técnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

HRJE Participações S.A.

C.N.P.J/MF nº 21.842.082/0001-91

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Março de 2021 e 31 de Março de 2022 *(Em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	**2022**	**2021**
Caixa e equivalentes de caixa	161	434
Total do ativo circulante	**161**	**434**
Dividendos a Receber	1.357.634	-
Investimentos	17.133.909	-
Total do ativo não circulante	**18.491.543**	**-**
Total Ativo	**18.491.704**	**434**

Passivo	**2022**	**2021**
Empréstimos de sócios	49.285	48.785
Dividendos a Pagar	1.399.555	384.982
Total do passivo circulante	**1.448.839**	**433.767**
Passivo não Circulante		
Provisão para desvalorização de investimentos	-	13.160.465
Total do Passivo não Circulante	**-**	**13.160.465**
Patrimônio líquido		
Capital social	23.645.329	18.633.980
Reserva de Lucros	3.103.317	(153.994)
Reservas de reavaliação reflexa	497.071	575.438
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(10.202.852)	(28.959.823)
Prejuízos Acumulados	-	(3.689.399)
Total do patrimônio líquido	**17.042.865**	**(13.593.798)**
Total passivo e patrim. líquido	**18.491.704**	**434**

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	**2022**	**2021**
Despesas administrativas	-	(4.600)
Resultado de equivalência patrimonial	5.675.750	(3.899.068)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**5.675.750**	**(3.903.668)**
Receitas (Despesas Financeiras)	(723)	(669)
Lucro do exercício	**5.675.027**	**(3.904.338)**

Demonstração de resultados abrangentes	**2022**	**2021**
Lucro líquido do exercício	5.675.027	(3.904.338)
Outros resultados abrangentes		
Perdas liquidas de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	18.896.439	2.742.927
Resultado abrangente do exercício	24.571.466	(1.161.411)

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2022**	**2021**
Lucro do exercício	5.675.027	(3.904.338)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(5.675.750)	3.899.068
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**(723)**	**(5.270)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos tomados de sócios	450	5.100
Caixa proveniente de atividades de financiamento	**450**	**5.100**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(273)**	**(170)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	434	604
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	161	434
	(273)	**(170)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

		Reserva de Lucros						
	Capital social	**Reserva de ágio/ deságio**	**Reserva Legal**	**Reserva Retenção de Lucros**	**Reservas de reavaliação reflexa**	**Ajustes de avaliação patrimonial reflexa**	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de março de 2020	**18.633.980**	**(1.389.991)**	**81.049**	**1.154.947**	**656.258**	**(31.568.632)**	**-**	**(12.432.387)**
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(80.821)		80.821	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(134.118)	134.118	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						2.742.927		2.742.927
Resultado do Exercício							(3.904.337)	(3.904.337)
Saldos em 31 de março de 2021	**18.633.980**	**(1.389.991)**	**81.049**	**1.154.947**	**575.437**	**(28.959.823)**	**(3.689.399)**	**(13.593.797)**
Aumento de Capital AGE 27/12/2021	5.011.349							5.011.349
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(78.367)		78.367	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(139.468)	139.468	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						18.896.439		18.896.439
Retorno Reserva Legal 31/03/20 AGO 18/10/2021			(81.049)				81.049	-
Retorno Dividendos Propostos 31/03/20 AGO 18/10/2021							384.982	384.982
Retorno Reserva Retenção Lucros 31/03/20 AGO 18/10/2021				(1.154.947)			1.154.947	-
Compensação de Prejuízos Acumulados AGE 27/12/2021							2.068.420	2.068.420
Resultado do Exercício							5.675.027	5.675.027
Destinações:								-
Reserva Legal			294.643				(294.643)	-
Dividendos Propostos							(1.399.555)	(1.399.555)
Reserva Retenção de Lucros				4.198.664			(4.198.664)	-
Saldos em 31 de março de 2022	**23.645.329**	**(1.389.991)**	**294.643**	**4.198.664**	**497.070**	**(10.202.852)**	**-**	**17.042.865**

Eduardo Ferraz Malzoni
Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor
Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

HRJE Participações S.A.

C.N.P.J/MF nº 21.842.082/0001-91

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Março de 2023 e 31 de Março de 2024 (Em Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	**2024**	**2023**
Caixa e equivalentes de caixa	1.578	439
Total do ativo circulante	**1.578**	**439**
Dividendos a Receber	7.856.193	4.946.183
Investimentos	41.461.421	23.364.962
Total do ativo não circulante	**49.317.614**	**28.311.145**
Total Ativo	**49.319.192**	**28.311.584**

Passivo	**2024**	**2023**
Empréstimos de sócios	-	50.585
Dividendos a Pagar	7.950.521	4.987.861
Total do passivo circulante	**7.950.521**	**5.038.446**
Passivo não Circulante		
Total do Passivo não Circulante	-	-
Patrimônio líquido		
Capital social	23.645.329	23.645.329
Reserva de Lucros	24.145.046	14.623.668
Reservas de reavaliação reflexa	381.295	444.965
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(6.802.999)	(15.440.824)
Total do patrimônio líquido	**41.368.671**	**23.273.138**
Total passivo e patrimônio líquido	**49.319.192**	**28.311.584**

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	**2024**	**2023**
Despesas administrativas	(366)	(274)
Resultado de equiv. patrimonial	12.312.910	14.941.248
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**12.312.544**	**14.940.974**
Receitas (Despesas Financeiras)	(848)	(748)
Lucro do exercício	**12.311.696**	**14.940.226**

Demonstração de resultados abrangentes	**2024**	**2023**
Lucro líquido do exercício	12.311.696	14.940.226
Outros resultados abrangentes		
Perdas liquidas de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	8.749.513	(5.121.646)
Resultado abrangente do exercício	21.061.209	9.818.580

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2024**	**2023**
Lucro do exercício	12.311.696	14.940.226
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(12.312.910)	(14.941.248)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**(1.214)**	**(1.022)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos tomados de sócios	2.353	1.300
Caixa proveniente de atividades de financiamento	**2.353**	**1.300**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**1.139**	**278**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	439	161
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.578	439
	1.139	**278**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

		Reserva de Lucros						
	Capital social	**Reserva de ágio/ deságio**	**Reserva Legal**	**Reserva Retenção de Lucros**	**Reservas de reavaliação reflexa**	**Ajustes de avaliação patrimonial reflexa**	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de março de 2022	**23.645.329**	**(1.389.990)**	**294.643**	**4.198.664**	**497.071**	**(10.202.852)**	**-**	**17.042.865**
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(52.106)		52.106	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(116.326)	116.326	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						(5.121.646)		(5.121.646)
Resultado do Exercício							14.940.226	14.940.226
Destinações:								-
Reserva Legal			755.433				(755.433)	-
Dividendos Propostos							(3.588.306)	(3.588.306)
Reserva Retenção de Lucros				10.764.918			(10.764.918)	-
Saldos em 31 de março de 2023	**23.645.329**	**(1.389.990)**	**1.050.076**	**14.963.582**	**444.965**	**(15.440.824)**	**-**	**23.273.139**
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(63.670)		63.670	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(111.688)	111.688	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						8.749.513		8.749.513
Resultado do Exercício							12.311.696	12.311.696
Destinações:								-
Reserva Legal			624.353				(624.353)	-
Dividendos Propostos							(2.965.675)	(2.965.675)
Reserva Retenção de Lucros				8.897.026			(8.897.026)	-
Saldos em 31 de março de 2024	**23.645.329**	**(1.389.990)**	**1.674.429**	**23.860.608**	**381.295**	**(6.802.999)**	**-**	**41.368.673**

Eduardo Ferraz Malzoni
Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor
Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

Edital de citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 0064378-53.2023.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 18ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Caramuru Afonso Francisco, na forma da Lei, etc. Faz saber a Rodrigo Marques dos Santos, CPF nº 282.301.848-44, que lhe foi proposta uma ação de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica por parte de Luis Ricardo da Silva. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de julho de 2024.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1095566-81.2022.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 38ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). GUILHERME ROCHA OLIVA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a PRISCILA SANTOS ROSA, CPF 321.86.868-99, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Fundação Instiuto de Administração, objetivando condenar a ré ao pagamento de R$ 21.217,16 (Agosto/2022), corrigidos e acrescido de encargos legais, referente ao débito do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, pelo período de 16-03-2020 a 16-06-2022. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a CITAÇÃO por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste, sob pena de ser considerada revel, ocasião que será nomeado curador especial (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 34 do NCPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de junho de 2024. N - 19 e 20

LHT Participações S.A.

C.N.P.J/MF nº 21.842.173/0001-27

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2022 (Em Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	**2022**	**2021**
Caixa e equivalentes de caixa	595	318
Total do ativo circulante	**595**	**318**
Dividendos a Pagar	1.357.634	-
Investimentos	17.133.909	-
Total do ativo não circulante	**18.491.543**	**-**
Total Ativo	**18.492.138**	**318**

Passivo	**2022**	**2021**
Empréstimos de sócios	49.613	48.564
Dividendos a Pagar	1.399.555	385.007
Total do passivo circulante	**1.449.168**	**433.571**
Passivo não Circulante		
Provisão p/ desvalorização de invests	-	13.160.465
Total do Passivo não Circulante	**-**	**13.160.465**
Patrimônio líquido		
Capital social	23.645.434	18.633.980
Reserva de Lucros	3.103.317	(153.914)
Reservas de reavaliação reflexa	497.071	575.438
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(10.202.852)	(28.959.823)
Prejuízos Acumulados	-	(3.689.399)
Total do patrimônio líquido	**17.042.970**	**(13.593.718)**
Total passivo e patrim. líquido	**18.492.138**	**318**

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	**2022**	**2021**
Despesas administrativas	-	(4.600)
Resultado de equivalência patrimonial positiva	5.675.750	(3.899.068)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**5.675.750**	**(3.903.668)**
Receitas (Despesas Financeiras)	(723)	(669)
Lucro do exercício	**5.675.027**	**(3.904.337)**

Demonstração de resultados abrangentes

	2022	**2021**
Lucro líquido do exercício	5.675.027	(3.904.337)
Outros resultados abrangentes		
Perdas liquidas de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	18.896.439	2.742.927
Resultado abrangente do exercício	**24.571.466**	**(1.161.410)**

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2022**	**2021**
Lucro do exercício	5.675.027	(3.904.337)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equiv. patrimonial	(5.675.750)	3.899.068
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**(723)**	**(5.269)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Integralização de capital em dinheiro		
Empréstimos tomados de sócios	1.000	4.715
Caixa proveniente de atividades de financiamento	**1.000**	**.715**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**277**	**(554)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	318	872
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	595	318
	277	**(554)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de ágio/ deságio	Reserva de Lucros Reserva Legal	Reserva Retenção de Lucros	Reservas reavaliação reflexa	Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2020	**18.633.980**	**(1.389.990)**	**81.054**	**1.155.022**	**656.258**	**(31.568.632)**	**-**	**(12.432.307)**
Reserva ágio decorrente subscrição a serem conferidas ao PL								
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(80.821)		80.821	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(134.118)	134.118	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						2.742.927		2.742.927
Resultado do Exercício							(3.904.337)	(3.904.337)
Saldos em 31 de março de 2021	**18.633.980**	**(1.389.990)**	**81.054**	**1.155.022**	**575.437**	**(28.959.823)**	**(3.689.399)**	**(13.593.717)**
Aumento de Capital AGE 27/12/2021	5.011.454							5.011.454
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(78.367)		78.367	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(139.468)	139.468	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						18.896.439		18.896.439
Retorno Reserva Legal 31/03/20 AGO 18/10/2021			(81.054)				81.054	
Retorno Dividendos Propostos 31/03/20 AGO 18/10/2021							385.007	385.007
Retorno Reserva Retenção Lucros 31/03/20 AGO 18/10/2021				(1.155.022)			1.155.022	-
Compensação de Prejuizos Acumulados AGE 27/12/2021							2.068.315	2.068.315
Resultado do Exercício							5.675.027	5.675.027
Destinações:							-	-
Reserva Legal			294.643				(294.643)	-
Dividendos Propostos							(1.399.555)	(1.399.555)
Reserva Retenção de Lucros				4.198.664			(4.198.664)	-
Saldos em 31 de março de 2022	**23.645.434**	**(1.389.990)**	**294.643**	**4.198.664**	**497.070**	**(10.202.852)**	**-**	**17.042.969**

Maria Malzoni Romanach
Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor
Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

Zansugar Participações S.A.

C.N.P.J/MF nº 21.771.999/0001-42

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2022 *(Em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	**2022**	**2021**
Caixa e equivalentes de caixa	449	422
Total do ativo circulante	**449**	**422**
Dividendos a receber	1.357.634	-
Investimentos	17.133.909	-
Total do ativo não circulante	**18.491.543**	**-**
Total Ativo	**18.491.992**	**422**

Passivo	**2022**	**2021**
Empréstimos de sócios	48.762	47.962
Dividendos a Pagar	1.399.555	385.175
Total do passivo circulante	**1.448.317**	**433.137**
Passivo não Circulante		
Provisão para desvalorização de investimentos	-	13.160.465
Total do Passivo não Circulante	**-**	**13.160.465**
Patrimônio líquido		
Capital social	23.646.139	18.633.978
Reserva de Lucros	3.103.317	(153.375)
Reservas de reavaliação reflexa	497.071	575.438
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(10.202.852)	(28.959.823)
Prejuízos Acumulados	-	(3.689.399)
Total do patrimônio líquido	**17.043.675**	**(13.593.180)**
Total passivo e patrim. líquido	**18.491.992**	**422**

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	**2022**	**2021**
Despesas administrativas	-	(4.600)
Resultado de equivalência patrimonial	5.675.750	(3.899.068)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**5.675.750**	**(3.903.668)**
Receitas (Despesas Financeiras)	(723)	(669)
Lucro do exercício	**5.675.027**	**(3.904.337)**

Demonstração de resultados abrangentes

	2022	**2021**
Lucro líquido do exercício	5.675.027	(3.904.337)
Outros resultados abrangentes		
Perdas liquidas de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	18.896.439	2.742.927
Resultado abrangente do exercício	**24.571.466**	**(1.161.410)**

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2022**	**2021**
Lucro do exercício	5.675.027	(3.904.337)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(5.675.750)	3.899.068
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**(723)**	**(5.269)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Integralização de capital em dinheiro		
Empréstimos tomados de sócios	751	5.100
Caixa proveniente de atividades de financiamento	**751**	**5.100**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**28**	**(169)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	421	591
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	449	422
	28	**(169)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de ágio/ deságio	Reserva de Lucros Reserva Legal	Reserva Retenção de Lucros	Reservas de reavaliação reflexa	Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2020	**18.633.978**	**(1.389.990)**	**81.089**	**1.155.526**	**656.258**	**(31.568.631)**	**-**	**(12.431.769)**
Reserva ágio decorrente subscrição a serem conferidas ao PL								
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(80.821)		80.821	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(134.118)	134.118	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						2.742.927		2.742.927
Resultado do Exercício							(3.904.337)	(3.904.337)
Saldos em 31 de março de 2021	**18.633.978**	**(1.389.990)**	**81.089**	**1.155.526**	**575.437**	**(28.959.822)**	**(3.689.399)**	**(13.593.179)**
Aumento de Capital AGE 27/12/2021	5.012.161							5.012.161
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(78.367)		78.367	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(139.468)	139.468	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						18.896.439		18.896.439
Retorno Reserva Legal 31/03/20 AGO 18/10/2021			(81.089)				81.089	-
Retorno Dividendos Propostos 31/03/20 AGO 18/10/2021							385.175	385.175
Retorno Reserva Retenção Lucros 31/03/20 AGO 18/10/2021				(1.155.526)			1.155.526	-
Compensação de Prejuizos Acumulados AGE 27/12/2021							2.067.608	2.067.608
Resultado do Exercício							5.675.027	5.675.027
Destinações:								-
Reserva Legal			294.643				(294.643)	-
Dividendos Propostos							(1.399.555)	(1.399.555)
Reserva Retenção de Lucros				4.198.664			(4.198.664)	
Saldos em 31 de março de 2022	**23.646.139**	**(1.389.990)**	**294.643**	**4.198.664**	**497.070**	**(10.202.851)**	**-**	**17.043.676**

Roberto Malzoni Filho
Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor
Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

SECURITAS BIOHOLDINGS S.A.

NIRE: 35.300.460.537 - CNPJ/MF nº 02.998.562/0001-00

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2024

Data, Hora, Local: 21.06.2024, as 08 horas, na sede social, na Av. Santo Amaro, 48, cj. 32, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa**: Presidente: Márcio Garcia de Sousa – **Secretário:** Luis Claudio Garcia de Souza. **Ordem do Dia:** deliberar sobre a aprovação dos termos modificativos da **01ª Emissão Privada de Debêntures, Conversíveis em Ações, da Securitas Bioholdings S.A.**, datada de 03.05.2022 ("Escritura de emissão"), a fim de ajustar: **(a)** a inclusão da opção de conversibilidade das Debêntures. **Deliberações Aprovadas.** Alteração da Escritura de Emissão, conforme ordem do dia em Assembleia Geral de Debenturistas titulares das Debêntures em circulação a ser realizada nesta mesma data em horário posterior, nos termos abaixo consignados: (i) Ajustar à cláusula de conversibilidade da Escritura de Emissão, incluindo a opção de conversão das Debêntures em ações da Emissora e alterando o tipo das Debêntures para simples, conversíveis; (ii) Ratificam as demais condições não alteradas da 01ª **Emissão Privada de Debêntures, Conversíveis em Ações, da Securitas Bioholdings S.A**. Aprovam o **2º Aditamento** da 01ª **Emissão Privada de Debêntures, Conversíveis em Ações, da Securitas Bioholdings S.A. Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 21.06.2024. **Acionistas: Securitas Investimentos Ltda**, representada pelos diretores **Luis Claudio Garcia de Souza** e **Marcio Garcia de Souza** e o Sr. **Luis Claudio Garcia de Souza**. Márcio Garcia de Sousa - Presidente, Luis Claudio Garcia de Souza - Secretário. JUCESP nº 256.893/24-0 em 11.07.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CREDIHOME SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NIRE: 35.300.557.611 - CNPJ/ME nº 39.416.705/0001-20

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2024

Data, Hora, Local: 01.04.2024, às 10 horas, na sede social, Av. Santo Amaro, 48, 2º andar, conjunto 21 parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa: Presidente:** Marcio Garcia de Souza, **Secretário:** Flávio Borges Fortes. **Ordem do Dia:** deliberar sobre: **(i)** alteração da duração do mandato dos diretores Srs. **Flavio Borges Fortes**, **Marcio Garcia de Souza** e **Alexandre Widlt Borges; (ii)** alterar o Estatuto Social, a fim de prever a possibilidade de cumulação de cargos na Diretoria. **Deliberações Aprovadas:** 1. **(i)** Todos os Diretores abaixo qualificados, eleitos pela AGO realizada em 30.11.2023, com **declarações de desimpedimento arquivadas na sede,** terão seus mandatos efetivos pelo prazo de 3 anos, até a AGO a ser realizada em 2026. A Diretoria da Companhia passa a ser composta da seguinte forma: **Diretor - Término do Mandato: Flávio Borges Fortes**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG Nº 8.783.506 (SSP/SP), CPF/MF 022.266.888-11, com endereço comercial em São Paulo/SP. Até a AGO a ser realizada em 2026; **Marcio Garcia de Souza**, brasileiro, casado, engenheiro, RG 03.503.790-2/IFP-RJ, CPF/MF 425.539.467-91, com endereço comercial em São Paulo/SP. Até a AGO a ser realizada em 2026; **Alexandre Widlt Borges**, brasileiro, solteiro, administrador, RG 13.021.743-3 (DIC/RJ), CPF/MF 739.656.931-15, com endereço comercial em São Paulo/SP. Até a AGO a ser realizada em 2026. 2. **(ii)** A alteração do Estatuto Social afim de prever a possibilidade de cumulação de cargos na Diretoria. Alteração do Artigo 15º do Estatuto Social: "***Artigo 15º -** A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta de, no mínimo, 2 Diretores e, no máximo, 5 Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo-Financeiro, um Diretor Operacional e um Diretor de Produtos, e os demais sem designação específica, todos residentes no País, acionistas ou não. A Diretoria operará em conformidade com a legislação aplicável e com este Estatuto Social. **§ 1º:** Os Diretores deverão atender aos requisitos estabelecidos na legislação e regulamentação do Sistema Financeiro Nacional para o exercício de cargos de administração de instituições financeiras, bem como prestar as informações e declarações exigidas nos prazos e condições previstos na legislação e regulamentação em vigor. **§ 2º:** Atendidos aos requisitos estabelecidos na legislação e regulamentação do Sistema Financeiro Nacional para o exercício de cargos, e atendido os número mínimo de diretores, poderão os diretores ocupar de forma cumulativa mais de um cargo de Diretoria."* 3. **(iii)** A alteração do § 1º do Artigo 32 do Estatuto Social, a fim de fixar o prazo de mandato do Ouvidor em meses. Alteração do §1º do Artigo 32º do Estatuto Social: ***"§1º -** O Ouvidor e o Diretor responsável pela Ouvidoria terão mandatos de 24 meses, cada, sempre coincidentes com o mandato dos demais Diretores, com direito a reeleição. O primeiro mandato do Ouvidor e do Diretor responsável pela Ouvidoria poderá ter prazo inferior ao aqui estabelecido, para coincidir com o mandato dos demais Diretores."* **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 01.04.2024. **Marcio Garcia de Souza -** Presidente, **Flávio Borges Fortes -** Secretário. **Sócios: Fincapital Participações S.A -** Por seus diretores Marcio Garcia de Souza e Flávio Borges Fortes, **Finvest Finanças e Investimento S.A. -** Por seus diretores Aline Pereira Stumpf Gomes e Marcelo de Andrade, **Marcio Garcia de Souza.** JUCESP nº 259.845/24-3 em 03.07.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Edital de 1ª e 2ª Praça de Bem Imóvel e para Intimação dos executados, dos coproprietários e demais interessados **R G COMÉRCIO DE FIOS TÊXTEIS LTDA., CNPJ Nº 08.780.070/0001-11; ANTÔNIO GALVÃO DE OLIVEIRA, CPF Nº 292.196..478-34; ROSANGELA BOTTER DE OLIVEIRA, CPF Nº 136.329.538-13; JÁCOMO AMAURI BOTTER, CPF Nº 817.455.678-87; RITA DE CÁSSIA APARECIDA ALEXANDRINO BOTTER, CPF nº 013.726.418-66; FELIPE GALVÃO BOTTER DE OLIVEIRA, CPF Nº 323.957.218-40**; expedido nos autos da Ação Monitória em fase de Execução, requerida por **ODETTE NASSI, CPF Nº 073.669.528-18**. **Processo nº 1001766-62.2014.8.26.0008.** O Dr. Paulo Guilherme Amaral Toledo, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional do Tatuapé, na forma da Lei, etc...**FAZ SABER** aos que o presente edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que na forma do art. 879, II, do NCPC, regulamentado pelo Provimento 1625/2009, através do gestor judicial homologado pelo Tribunal de Justiça www.faroonline.com.br, sob o comando do Leiloeiro Oficial Sr. Ronaldo Sérgio M. R. Faro, Jucesp nº 191, no dia 26/07/2024, às 15:00 horas, terá início a 1ª praça e se estenderá por três dias subsequentes, encerrando-se em 29/07/2024, às 15:00 horas, sendo entregue a quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo entregue a quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo que, em não havendo licitantes, abrir-se-á a 2ª praça que terá início imediatamente após o fechamento da primeira, e se encerrará no dia 26/08/2024, às 15:00 horas, para o 2º Leilão, ocasião em que os referidos bens serão entregues a quem mais der, não devendo ser aceito lance inferior a 50% da avaliação atualizada. Pelo presente edital, ficam intimados os executados, e demais interessados se não intimados pessoalmente ou na pessoa de seus advogados. **CONDIÇÕES DE VENDA**: **DOS LANCES**: O presente Leilão será efetuado na modalidade "ON-LINE", sendo que os lances deverão ser fornecidos através de sistema eletrônico do gestor www.faroonline.com.br e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. **DA COMISSÃO DO GESTOR**: A comissão do leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor de arrematação, a ser paga pelo arrematante no prazo de até 24 horas após o leilão, através de depósito bancário. **LOTE ÚNICO: parte ideal do imóvel pertencente ao executado correspondente a 25% da totalidade.** Descrição do imóvel contida em matrícula: Um prédio com 2 (dois) pavimentos, para 3 (três) habitações, e seu respectivo terreno, situado à Rua Serra de Botucatu, nº 1.359, no 27º SUBDISTRITO – TATUAPÉ, medindo 4,00m de frente para a referida rua; por 22,86m da frente aos fundos, de ambos os lados; tendo nos fundos a mesma largura da frente, encerrando a área de 91,44m², confrontando do lado direito de quem da rua olha para o imóvel, com a casa número 1.365; do lado esquerdo com a casa número1.355, ambas da mesma rua; e, nos fundos com propriedade de Alcebíades de Queiroz e sua mulher; distando 4,00mde uma passagem particular de 6,00m de largura. Imóvel pertencente à matrícula nº 154.376, do 9º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, contribuinte n 054.047.0028-9. VALOR DA AVALIAÇÃO: R$674.000,00 (seiscentos e setenta e quatro mil reais), conforme laudo de avaliação de fls., constante dos autos, datado de agosto/2022. VALOR DA AVALIAÇÃO ATUALIZADO PELOS ÍNDICES DO TJ/SP PARA MAIO/2024: R$719.115,00 (setecentos e dezenove mil, cento e quinze reais). **VALOR DA AVALIAÇÃO, CORRESPONDENTE A PARTE IDEAL DE 25% DA TOTALIDADE, ATUALIZADO PELOS ÍNDICES DO TJ/SP PARA MAIO/2024: R$179.778,75 (cento e setenta e nove mil, setecentos e setenta e oito reais e setenta e cinco centavos). Obs. 01:** Consta do R. 01 da referida matrícula, em decorrência do falecimento de Rodame Botter, partilha na proporção de 50% do imóvel à viúva meeira Maria Carmem Botter, e 25% a cada um dos herdeiros filhos, sendo 1) Rosangela Botter de Oliveira, CPF nº 136.329.538-13, casada sob o regime da comunhão universal de bens com Antônio Galvão de Oliveira, CPF nº 292.196.478-34, e 2) Jácomo Amauri Botter, CPF nº 817.455.678-87, casado sob o regime da comunhão parcial de bens com Rita de Cássia Aparecida Alexandrino Botter, CPF nº 013.726.418-66; **Obs. 02:** Consta do R. 02 da referida matrícula, em decorrência do falecimento de Maria Carmem Botter, partilha da metade ideal do imóvel na proporção de ¼ da parte ideal (25%) da totalidade a cada um dos herdeiros filhos, sendo 1) Rosangela Botter de Oliveira, CPF nº 136.329.538-13, casada sob o regime da comunhão universal de bens com Antônio Galvão de Oliveira, CPF nº 292.196.478-34, e 2) Jácomo Amauri Botter, CPF nº 817.455.678-87, casado sob o regime da comunhão parcial de bens com Rita de Cássia Aparecida Alexandrino Botter, CPF nº 013.726.418-66; **Obs. 03:** Consta da R. 03 da referida matrícula que Antônio Galvão de Oliveira, e sua mulher Rosangela Botter de Oliveira, doaram 50% do imóvel a Felipe Galvão Botter de Oliveira, CPF nº 323.957.218-40; **Obs. 04:** Consta da Av. 04, da referida matrícula, que da escritura mencionada no R. 03, verifica-se que 50% do imóvel dicou gravado com as cláusulas de incomunicabilidade e impenhorabilidade, extensivas aos frutos e rendimentos; **Obs. 05:** Consta da Av. 07 da referida matrícula que por mandado extraído dos autos do processo nº 1001766-63.2014.8.26.0008, execução, promovida por Odete Nassi em face de RG Comércio de Fios Texteis Ltda., por decisão judicial foi declarada a **INEFICÁCIA DA DOAÇÃO, objetivada no R. 03 e CLÁUSULAS RESTRITIVAS objetivadas na Av. 04**, na proporção de 25% do imóvel desta matrícula, por fraude à referida execução; **Obs. 06:** Consta da Av. 08 da referida matrícula a penhora de 25% do imóvel, oriunda destes autos; **Obs. 07:** Em consulta ao site da Prefeitura/SP, datada de 24/05/24, observou-se débitos para o exercício atual no valor de R$2.500,82 e informação de que não há dívidas inscritas para o contribuinte. **Obs. 08:** Conforme decisão judicial datada de 24/06/21: *"... Do edital de eventual praceamento/leilão deverá constar a observação do artigo 843, § 1º do Código de Processo Civil: "É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições. ..."*; **Obs. 09:** Para o exercício do direito de preferência, é necessário que o interessado, além de estar cadastrado no site do gestor, encaminhe solicitação expressa para o e-mail: faroleiloes@terra.com.br, informando sua pretensão e qualificação completa, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do início do praceamento; **Obs. 10:** O bem será vendido no estado em que se encontra. **ÔNUS, TAXAS E IMPOSTOS**: Eventuais ônus, taxas ou impostos incidentes sobre o bem correrão por conta do arrematante ou adjudicante, com exceção dos débitos do § único do artigo 130 do CTN, que se sub-rogam sobre o preço dos bens. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. A integra da minuta do edital pode ser consultada no site do leiloeiro ou pelo telefone (11) 31054872 ou 934023035

11ª Vara Cível Foro Central Cível - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica (0031934-35.2021.8.26.0100). Este Juízo FAZ SABER a M2M Comunicação Gráfica Ltda ME, domiciliado em local incerto e não sabido, que lhe foi movido incidente de desconsideração inversa da personalidade jurídica por Valdery Machado Portela, para sua inclusão no polo passivo da execução nº 1030273-77.2016.8.26.0100, movida contra Cleber Correa da Silva, Evelyn Tania Correa da Silva e Caio Bruno Tieri. Encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente contestação, sob pena de revelia. No silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. O presente edital tem o prazo de 20 dias.

5ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL II – SANTO AMARO

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº 0002775-45.2024.8.26.0002O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Eurico Leonel Peixoto Filho, na forma da Lei, etc. ***FAZ SABER*** a(o) **BRUNA ESTELA SOARES DA COSTA**, Brasileira, Solteira, Acabadora de Mármore e Granito, RG 04153591890, CPF 228.756.598-12, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por **CENTRO AUDITIVO MICROSOM LTDA**. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$3.443,42, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de abril de 2024.

Captalys Companhia de Crédito

CNPJ/ME nº 23.361.030/0001-29 - NIRE 35.300.534.590

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas a ser realizada em 25/07/2024

Ficam convocados os debenturistas da **Captalys Companhia de Crédito** ("Companhia"), sociedade por ações de capital fechado, na forma prevista nos Arts. 71, § 2º e 124 da Lei n.º 6.404/76, e em observância à cláusula 5.1 "y" do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da Captalys Companhia de Crédito, celebrada em 28/04/2021 ("Escritura de Debênture") a comparecerem à Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada no dia 25/07/2024, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da Plataforma Microsoft Teams, devendo o acesso ser solicitado ao endereço eletrônico administrativo@blanchetlaw.com.br até 24/07/2024 às 17 horas (horário de Brasília), acompanhada da identificação do debenturista ou seu representante legal, para deliberar sobre a substituição dos auditores independentes da Companhia e de suas controladas. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estarão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, mediante solicitação prévia enviada para o e-mail administrativo@blanchetlaw.com.br. São Paulo, 17/07/2024. **Presidência do Conselho de Administração.** (17, 18 e 19/07/2024)

Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.648.266/0001-24 - NIRE 35.300.384.466 | Código CVM 2496-1

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 12 de Agosto de 2024

O Conselho de Administração da **Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.** ("Companhia") convoca os acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), em primeira convocação, **no dia 12 de agosto de 2024, às 11h,** para deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia: (i) proposta de aumento do percentual máximo de ações abrangidas pela Política de Outorga de Ações da Companhia aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de abril de 2020, com o consequente ajuste dos itens 6.1 e 10.2 da referida política, bem como de ajuste à redação dos itens 4.2 (c), 5.6 e 7.1 da Política de Outorga para esclarecer a liquidação em dinheiro das opções e a recompra das ações em caso de desligamento dos beneficiários; e (ii) alteração do Artigo 17 do Estatuto Social da Companhia a fim de incluir novo item (y) delegando ao Conselho de Administração a competência para não apenas autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia, para permanência em tesouraria e posterior alienação, mas também para seu cancelamento, observadas as disposições legais aplicáveis. A AGE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ocorrer via plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"). A Companhia informa aos acionistas que desejarem participar da AGE que as instruções detalhadas para acesso à Plataforma Digital, nos termos da RCVM nº 81, constam da Proposta da Administração e Manual para Participação dos Acionistas na AGE ("Proposta"), que podem ser acessados nos endereços eletrônicos da Companhia (http://ri.ambipar.com), da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 (http://www.b3.com.br). Sem prejuízo do disposto acima, os acionistas interessados em participar da AGE por meio da Plataforma Digital deverão enviar e-mail para o endereço ri@ambipar.com, com até 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da AGE, **ou seja, até 10 de agosto de 2024**, manifestando seu interesse em participar da AGE e solicitando o link de acesso à Plataforma Digital, observando as demais instruções contidas na Proposta ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador que comparecerá à AGE, incluindo os respectivos nomes completos e CPF e/ou CNPJ, conforme o caso, bem como o telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para a participação da AGE, conforme abaixo: **Pessoa Física:** (a) identificação válida com foto (cópia original ou certificada) do acionista, podendo ser apresentados os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade (RG); (ii) Carteira de Identidade de Estrangeiro (RNE); (iii) Passaporte; (iv) Cartão de Associação Profissional aceito como identificação para fins legais (por exemplo, OAB, CRM, CRC, CREA); ou (v) Carteira de Motorista (CNH); (b) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGE; (c) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGE; e (d) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso. **Pessoa Jurídica:** (a) identificação válida com foto do representante legal (cópia original ou certificada), podendo ser enviados os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade (RG) ou Carteira de Identidade de Estrangeiro (RNE); (ii) Passaporte; (iii) Cartão de Associação Profissional aceito como identificação para fins legais (por exemplo, OAB, CRM, CRC, CREA); ou (iv) Carteira de Motorista (CNH); (b) último estatuto social ou contrato social consolidado do acionista, e os documentos societários que comprovem a sua representação legal, devidamente registrados perante a autoridade competente; (c) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGE; (d) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGE; e (e) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso. **Fundos de Investimento:** (a) identificação válida com foto do representante legal (cópia original ou certificada), podendo ser enviados os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade (RG) ou Carteira de Identidade de Estrangeiro (RNE); (ii) Passaporte; (iii) Cartão de Associação Profissional aceito como identificação para fins legais (por exemplo, OAB, CRM, CRC, CREA); ou (iv) Carteira de Motorista (CNH); (b) último regulamento consolidado do fundo, com comprovante de seu depósito no site da Comissão de Valores Mobiliários; (c) último estatuto social ou contrato social consolidado do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, e os documentos societários que comprovem a sua representação legal, devidamente registrados perante a autoridade competente; (d) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGE; (e) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGE; e (f) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso. Nos casos de participação na AGE por meio de procuração, deverão ser apresentadas na Solicitação de Acesso: (i) cópia da procuração autenticada, quando não for apresentada com assinatura digital (com certificado digital, conforme acima indicado), a qual deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano; (ii) cópia do documento de identificação do procurador com foto; e, em caso de acionista pessoa jurídica ou fundo de investimento, (iii) cópia da documentação societária que comprove os poderes do(s) representante(s) legal(is) que outorgaram a procuração. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos. Excepcionalmente, os documentos em inglês e espanhol não precisam ser registrados no Registro de Títulos e Documentos, bastando a sua tradução para o português. Encontra-se à disposição dos acionistas, nos endereços eletrônicos da Companhia (https://ri.ambipar.com/), da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 (http://www.b3.com.br), toda a documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na AGE, nos termos da RCVM nº 81. São Paulo, 18 de julho de 2024.

Carlos Augusto Leone Piani - Presidente do Conselho de Administração

---

LHT Participações S.A.

C.N.P.J/MF nº 21.842.173/0001-27

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2024 (Em Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	**2024**	**2023**
Caixa e equivalentes de caixa	1.578	1.373
Total do ativo circulante	**1.578**	**1.373**
Dividendos a Pagar	7.856.193	4.946.183
Investimentos	41.461.421	23.364.962
Total do ativo não circulante	**49.317.614**	**28.311.145**
Total Ativo	**49.319.192**	**28.312.518**

Passivo	**2024**	**2023**
Empréstimos de sócios	-	51.413
Dividendos a Pagar	7.950.416	4.987.861
Total do passivo circulante	**7.950.416**	**5.039.274**
Passivo não Circulante		
Total do Passivo não Circulante	**-**	**-**
Patrimônio líquido		
Capital social	23.645.434	23.645.434
Reserva de Lucros	24.145.047	14.623.669
Reservas de reavaliação reflexa	381.295	444.965
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(6.802.999)	(15.440.824)
Total do patrimônio líquido	**41.368.776**	**23.273.244**
Total passivo e patrimônio líquido	**49.319.192**	**28.312.518**

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	**2024**	**2023**
Despesas administrativas	(366)	(274)
Resultado de equivalência patrimonial positiva	12.312.910	14.941.248
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**12.312.544**	**14.940.974**
Receitas (Despesas Financeiras)	(848)	(748)
Lucro do exercício	**12.311.696**	**14.940.226**

Demonstração de resultados abrangentes

	2024	**2023**
Lucro líquido do exercício	12.311.696	14.940.226
Outros resultados abrangentes		
Perdas liquidas de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	8.749.513	(5.121.646)
Resultado abrangente do exercício	**21.061.209**	**9.818.580**

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2024**	**2023**
Lucro do exercício	12.311.696	14.940.226
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(12.312.910)	(14.941.248)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**(1.214)**	**(1.022)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Integralização de capital em dinheiro		
Empréstimos tomados de sócios	1.419	1.800
Caixa proveniente de atividades de financiamento	**1.419**	**1.800**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**205**	**778**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.373	595
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.578	1.373
	205	**778**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de ágio/ deságio	Reserva de Lucros Reserva Legal	Reserva Retenção de Lucros	Reservas de reavaliação reflexa	Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/03/2022	**23.645.434**	**(1.389.990)**	**294.643**	**4.198.664**	**497.070**	**(10.202.852)**	**-**	**17.042.970**
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(52.106)		52.106	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(116.326)	116.326	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						(5.121.646)		(5.121.646)
Resultado do Exercício							14.940.226	14.940.226
Destinações:								
Reserva Legal			755.433				(755.433)	-
Dividendos Propostos							(3.588.306)	(3.588.306)
Reserva Retenção de Lucros				10.764.918			(10.764.918)	-
Saldos em 31/03/2023	**23.645.434**	**(1.389.990)**	**1.050.076**	**14.963.583**	**444.964**	**(15.440.824)**	**-**	**23.273.243**
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(63.670)		63.670	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(111.688)	111.688	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						8.749.513		8.749.513
Resultado do Exercício							12.311.696	12.311.696
Destinações:								
Reserva Legal			624.353				(624.353)	-
Dividendos Propostos							(2.965.675)	(2.965.675)
Reserva Retenção de Lucros				8.897.026			(8.897.026)	-
Saldos em 31 de março de 2024	**23.645.434**	**(1.389.990)**	**1.674.429**	**23.860.609**	**381.294**	**(6.802.999)**	**-**	**41.368.777**

Maria Malzoni Romanach
Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor
Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

Zansugar Participações S.A.

C.N.P.J/MF nº 21.771.999/0001-42

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2023 *(Em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	**2023**	**2022**
Caixa e equivalentes de caixa	861	449
Total do ativo circulante	**861**	**449**
Dividendos a receber	4.946.183	1.357.634
Investimentos	23.364.962	17.133.909
Total do ativo não circulante	**28.311.145**	**18.491.543**
Total Ativo	**28.312.006**	**18.491.992**

Passivo	**2023**	**2022**
Empréstimos de sócios	50.562	48.762
Dividendos a Pagar	4.987.774	1.399.555
Total do passivo circulante	**5.038.336**	**1.448.317**
Passivo não Circulante		
Total do Passivo não Circulante	**-**	**-**
Patrimônio líquido		
Capital social	23.646.139	23.646.139
Reserva de Lucros	14.623.389	3.103.317
Reservas de reavaliação reflexa	444.965	497.071
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	(15.440.824)	(10.202.852)
Total do patrimônio líquido	**23.273.670**	**17.043.675**
Total passivo e patrimônio líquido	**28.312.006**	**18.491.992**

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	**2023**	**2022**
Despesas administrativas	(640)	-
Resultado de equivalência patrimonial	14.941.248	5.675.750
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**14.940.608**	**5.675.750**
Receitas (Despesas Financeiras)	(748)	(723)
Lucro do exercício	**14.939.860**	**5.675.027**

Demonstração de resultados abrangentes

	2023	**2022**
Lucro líquido do exercício	14.939.860	5.675.027
Outros resultados abrangentes		
Perdas liquidas de *hedge* a fluxo de caixa reflexos	(5.121.646)	2.742.927
Resultado abrangente do exercício	**9.818.214**	**8.417.954**

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2023**	**2022**
Lucro do exercício	14.939.860	5.675.027
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equiv. patrimonial	(14.941.248)	(5.675.750)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**(1.388)**	**(723)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Integralização de capital em dinheiro		
Empréstimos tomados de sócios	1.800	751
Caixa proveniente de atividades de financiamento	**1.800**	**751**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**412**	**28**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	449	421
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	861	449
	412	**28**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de ágio/ deságio	Reserva de Lucros Reserva Legal	Reserva Retenção de Lucros	Reservas de reavaliação reflexa	Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2021	**18.633.978**	**(1.389.990)**	**81.089**	**1.155.526**	**575.437**	**(28.959.822)**	**(3.689.399)**	**(13.593.179)**
Aumento de Capital AGE 27/12/2021	5.012.161							5.012.161
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(78.367)		78.367	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(139.468)	139.468	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						18.896.439		18.896.439
Retorno Reserva Legal 31/03/20 AGO 18/10/2021			(81.089)				81.089	-
Retorno Dividendos Propostos 31/03/20 AGO 18/10/2021							385.175	385.175
Retorno Reserva Retenção Lucros 31/03/20 AGO 18/10/2021				(1.155.526)			1.155.526	-
Compensação de Prejuizos Acumulados AGE 27/12/2021							2.067.608	2.067.608
Resultado do Exercício							5.675.027	5.675.027
Destinações:								-
Reserva Legal			294.643				(294.643)	-
Dividendos Propostos							(1.399.555)	(1.399.555)
Reserva Retenção de Lucros				4.198.664			(4.198.664)	
Saldos em 31 de março de 2022	**23.646.139**	**(1.389.990)**	**294.643**	**4.198.664**	**497.070**	**(10.202.851)**	**-**	**17.043.676**
Realização da reserva de reavaliação reflexa					(52.106)		52.106	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(116.326)	116.326	-
Perdas líquidas de *hegd*e de fluxo de caixa reflexo						(5.121.646)		(5.121.646)
Resultado do Exercício							14.939.860	14.939.860
Destinações:							-	
Reserva Legal			755.415				(755.415)	-
Dividendos Propostos							(3.588.219)	(3.588.219)
Reserva Retenção de Lucros				10.764.658			(10.764.658)	
Saldos em 31 de março de 2022	**23.646.139**	**(1.389.990)**	**1.050.058**	**14.963.322**	**444.964**	**(15.440.823)**	**-**	**23.273.670**

Roberto Malzoni Filho
Diretor-Presidente

Ronaldo Montrezor
Tecnico Contabilidade - CRC 1SP302963/O-0

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1015030-86.2022.8.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Heloisa Assunção Pereira Pandini, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) CARLOS EDUARDO DE LUCAS, Brasileiro, que Wolney de Oliveira Caldas ajuizou ação Execução de Título Extrajudicial, para receber a quantia de R$ 26.181,00 (mar/22), referente ao Contrato de Serviços de Assessoria, Negociação e Intermediação em Negócios de Criptomoedas. Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital de CITAÇÃO, para que em 3 dias, a fluir do prazo supra, pague o débito atualizado, com os honorários de 10% reduzidos pela metade ou apresente embargos em 15 dias, podendo, nesses 15 dias depositar 30% do débito e solicitar o parcelamento do saldo em 6 vezes, com juros de 1% ao mês, sob pena de expedição de mandado de penhora e avaliação para praceamento de tantos bens quantos bastem para garantia da execução, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **18,19**

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0060724-58.2023.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 15ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). FABIANA MARINI, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) PAULO SÉRGIO CLAUDINO, CPF 154.065.088-06, nos autos do Cumprimento de Sentença, apresentado por ANTONIO CARLOS ARTUSI, que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, foi determinada a(s) respectiva(s) INTIMAÇÃO(ÕES), por EDITAL, para que em 15 dias, a fluir após o prazo deste edital, efetue(m) o pagamento do débito atualizado no valor de R$ 47.310,65, acrescido de custas, se houver, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito, e também honorários advocatícios. Ciente(s), ainda, que nos termos do artigo 525 do CPC, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para que o(a)(s) executado(a)(s), independentemente de penhora ou nova intimação, apresente(m), nos próprios autos, a(s) respectiva(s) impugnação(ões). Não sendo a(s) impugnação(ões) apresentada(s), em prol do(a)(s) executado(a)(s) será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

ABANDONO DE MERCADORIA

MAERSK AS, empresa constituída de acordo com a direito dinamarquês, neste ato representada por **ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA**, inscrita no CPNJ sob o nº 02.427.026/0001-46, com sede na Rua Verbo Divino, nº 8º andar, São Paulo/SP, CEP 04.719-002 vem, por meio desse edital, tornar público o abandono da mercadoria vinculada ao Booking: **2AVLAK0467**, devidamente armazenada na unidade de carga **MSKU9711638** por **POPINHAK IMPORT E EXPORT EIRELI** com destino à SUAPE/PE se tratando de remessa para depósito fechado no endereço WINDROSE SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA – Complexo Indústrial Estrada Tdr. Norte, 7481 – SUAPE Cabo de Santo AGOSTINHO – PE CEP: 54590-000, referida mercadoria, individualizada nos instrumentos de embarque como BIOMASSA DE AÇAÍ, foi devidamente armazenada, ocasião na qual foi abandonada sem que nenhuma das partes envolvidas tomasse as providências necessárias. Em razão da necessária mitigação dos danos, a mercadoria encontra-se atualmente no referido endereço onde ficará até o prazo desse edital. Devidamente contatada, a parte responsável restou silente, configurando o abandono da mercadoria. Sem prejuízo das disposições contratuais acerca dos custos suportados pela **MAERSK AS** e suas representantes, o presente edital será publicado pelo prazo de 20 dias, sendo que após o transcurso do prazo a mercadoria será considerada abandonada, podendo MAERSK AS e suas representantes dispor da mercadoria de modo adequado para mitigação dos prejuízos já apurados e pendentes de aprovação.

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS

RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expede o EDITAL DE CITAÇÃO, referente à usucapião administrativo, prenotado sob nº 920.918 em 06 de junho de 2024 a requerimento de INGEBORG CHRISTINA CASPARI, brasileira, solteira, maior, do lar, RG nº 4.537.932-SSP/SP e CPF nº 056.045.568-10, residente e domiciliada na Avenida Miruna nº 250, apartamento 41, CEP: 04084-001, FAZ SABER aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, terceiros eventualmente interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores e aos senhores e também aos titulares de domínio, sendo elas: INGEBORG CHRISTINA CASPARI, CLAUDIA RENATA CASPARI, CARIN CLARISSA CASPARI E CATHARINA CARLA CASPARI, qualificadas naquela matrícula, à pedido do Dr. Claudio Costa Vieira Amorim Junior, advogado neste procedimento administrativo, que a autora acima qualificada, requerer a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIO, nos termos do artigo 1.071 da Lei 6.015/73, incluído pela Lei 13.105/15 e provimento 149/2023 da CNJ, visando à declaração de domínio sobre o apartamento nº 41 do Edifício Miruna, situado na Avenida Miruna nº 250, esquina com a Alameda dos Nhambiquaras, melhor descrito e caracterizado na matrícula nº 2.132, deste Registro, alegando e comprovando posse mansa e pacifica há 42 anos. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para no prazo de 15 (quinze) dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela autora, nos termos do artigo 16 do provimento 149/2023 da CNJ. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 11 de julho de 2024.

SIRUS SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 55.149.375/0001-00

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO

Em 30/04/2024, às 11h na sede social, localizada no Município de Guarulhos, SP. **Presença de Acionistas:** Representando 100% do Capital Social votante. **Mesa**: Presidente Sr. **Rodrigo Barrionuevo Feliciano,** Secretário Sr. **Renato Gennaro Gorga Neto**. **Publicações:** Dispensada a convocação em razão da presença de todos os acionistas. **Deliberações:** Por unanimidade de voto e sem quaisquer restrições foi deliberado: 1) Leitura e aprovação da minuta do Estatuto Social – Terminada a leitura, o Sr. Presidente da Mesa submeteu-a à discussão e votação, o que resultou em sua aprovação unânime pelos presentes, passando o Estatuto Social da **Sirius Securitizadora S/A**, a ter a redação estabelecida ao final das deliberações desta Ata. 2) Boletins de Subscrição das Ações – Foi aprovada a subscrição do Capital Social da Companhia, nos seguintes termos: Boletim de Subscrição: **a) Guia Asset Participações Ltda.,** CNPJ 08.695.510/0001-32, neste ato representada por seus sócios **José Antônio Floresi Guizardi,** RG 17.817.878-0, CPF 132.795.228-97, e **José Henrique Floresi Guizardi**, RG 17.817.876-7, CPF 132.801.318-98; **b) Lubianjo Participações Societárias Limitada,** CNPJ 29.010.078/0001-79, neste ato representada por seu sócio administrador: David José Da Rocha Dattolo, RG 441180759-SSP-SP, CPF 312.316.978-22; **c) Cesar de Franca Galvão Neto,** RG 33.383.559-SSP/SP e CPF 298.608.778-74; **d) Sérgio Lorenzetti Da Silva,** RG 23.822.167-2-SSP-SP e CPF 148.984.148-26; **e) Emerson Roberto Vieira,** RG 21.273.404-0-SSP/SP e CPF 131.405.338-88; **f) Luciane Lorenzetti Bordon,** CPF 192.746.718-73, RG 24.665.666-9 SSP/SP; **g) Renato Gennaro Gorga Neto,** RG 13.898.121-SSP/SP e CPF 261.634.348-70; **h) Alan Eizo Goto,** RG 32.218.133-SSP/SP e CPF 328.327.688-90; **i) Rodrigo Barrionuevo Feliciano,** RG 30.457.464-SSP/SP e CPF 296.062.658-38; **j) Sérgio Granna Junior,** RG 27.176.673-6-SSP/SP e CPF 195.339.128-12; 3) Ações subscritas: 20.000,00, dividido em 20.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Percentual de integralização das Ações: 100%; Distribuição por subscritor: **Cesar de Franca Galvão Neto** – 25% das ações; **Sérgio Lorenzetti da Silva** – 12,50% das ações; **Emerson Roberto Vieira** – 12,50% das ações; **Rodrigo Barrionuevo Feliciano** – 12,50% das ações; **Luciane Lorenzetti Bordon** – 6,00% das ações; **Alan Eizo Goto** – 5,00% das ações; **Renato Gennaro Gorga Neto** – 3,50% das ações; **Sérgio Granna Junior** – 1,00% das ações; **Guia Asset Participações Ltda.** – 12,50% das ações; **Lubianjo Participações Societárias Limitada** – 9,50% das ações; 4) Eleição dos Membros da Diretoria e definição da remuneração global dos Diretores. A Diretoria será composta 2 membros e no máximo, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelos acionistas e por estes destituíveis a qualquer tempo, sendo Diretor Presidente, Diretor de Relação com Investidores. Os acionistas aprovaram a eleição dos Diretores: Rodrigo Barrionuevo Feliciano, já qualificado - como Diretor-Presidente da Companhia; e, Renato Gennaro Gorga Neto, já qualificado - como Diretor de Relação com Investidores da Companhia, todos com mandato de até 03 anos. 4 (i.1) aprovar a remuneração global anual de até R$ 24.000,00 para os membros da Diretoria, cuja distribuição será deliberada nos termos do Estatuto Social da Companhia; 6) Aprovação do endereço da sede social da Companhia – Rua do Rosário, 260, 3º andar, Sala 36, Bairro Macedo, Município de Guarulhos – SP. 7) Descrição da integralização do capital social – Foi declarado que o capital social é de R$ 20.000,00, e, encontra-se integralmente subscrito, e R$ 2.000,00, foi integralizado neste ato, em moeda corrente nacional, pelos acionistas, através de transferência bancária, na proporção de suas ações, e o valor remanescente a integralizar em até 12 meses em moeda corrente nacional. **JUCESP - NIRE:** 3530063800 em 16/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Jornal O DIA SP

Zapping anuncia transmissão da Turismo Nacional

Plataforma vai transmitir a “categoria dos carros que você dirige” a partir deste fim de semana com a disputa da etapa que será realizada no Autódromo de Interlagos, em São Paulo

Foto/ Rafael Gagliano

A *Zapping é a plataforma líder de streaming de TV na América Latina*

Uma das categorias mais populares do automobilismo brasileiro, a Turismo Nacional, tradicional modalidade envolvendo os carros mais vendidos do país, agora terá uma cobertura especial pela Zapping, plataforma líder de streaming de TV na América Latina. A estreia da categoria pela plataforma acontece no próximo sábado (20), com a transmissão da etapa de Interlagos, em São Paulo, pela Zapping Sports, emissora proprietária da marca destinada a conteúdos esportivos e disponível no pacote Full (canal 35 e 36).

Em sua cobertura, a operadora irá apresentar as cinco etapas restantes do calendário 2024 da competição, sempre com transmissão de todas as seis corridas do fim de semana, aos sábados e domingos. A etapa de Interlagos marca o retorno da Turismo Nacional ao “templo do automobilismo brasileiro”. A última vez que a categoria acelerou no traçado de 4.309 metros foi em abril, na segunda etapa da temporada. Na ocasião, as vitórias da categoria A ficaram com Rafael Reis, Ernani Kuhn e Luti Soares, enquanto na classe B os triunfos foram repartidos entre a dupla formada por João Cardoso e Pedro Pinheiro e Daniel Nino.

De acordo com Chico Vargas, Head de conteúdo da Zapping, a Turismo Nacional chega para consolidar a cobertura de esportes a motor da operadora.

“Estamos falando de uma das principais categorias nacionais. Além de sua popularidade, a Turismo Nacional representa uma grande porta de entrada para os pilotos. Portanto, a Zapping quer incentivar cada vez mais novos competidores a entrarem para o automobilismo nacional, contribuindo no processo de valorização e visibilidade ao evento”, afirma.

Para Fernando Julianelli, CEO da Vicar, empresa promotora da Turismo Nacional e da Stock Car Pro Series, o acordo com a operadora é um passo importante para estender a popularização da categoria para novos públicos no país.

“Essa parceria é um marco para a Turismo Nacional. Ter a Zapping como parceira de transmissão eleva a visibilidade da nossa competição a novos patamares e reforça nosso compromisso de fomentar o automobilismo brasileiro”, destaca o executivo.

A programação da Zapping Sports com a Turismo Nacional será recheada neste fim de semana.

O sábado será bastante intenso, com a transmissão de quatro corridas, sendo duas no período da manhã — a partir de 11h20 — e mais duas à tarde, com largada às 16h10 e 16h30. O domingo no Autódromo Internacional José Carlos Pace fecha a primeira metade do campeonato com a quinta prova do fim de semana, às 9h35, e a última disputa da rodada está agendada para começar às 15h45.

Lucas Di Grassi encerra temporada da Fórmula E em Londres no próximo final de semana

Brasileiro quer finalizar com concentração máxima e pontos na pista desafiadora da Inglaterra

Foto/ ABT/LAT Images

Lucas *di Grassi quer fechar o ano com a ABT dentro da zona de pontuação*

A temporada 2024 do Campeonato Mundial de Fórmula E se encerra entre os dias 19 e 21 de julho, em Londres, capital da Inglaterra. A pista da Grã-Bretanha será palco das rodadas 15 e 16. O brasileiro Lucas di Grassi, piloto da ABT Cupra, disputa pela quarta vez uma final no traçado inglês e prevê que o inesperado aconteça.

“O layout em Londres é diferente de tudo que experimentamos nesta temporada. É curto, apertado, tem muitas curvas e é extremamente irregular, fazendo até Tóquio parecer uma pista larga em comparação”, comenta o piloto, que completa sua 11ª temporada na categoria de carros elétricos.

“A posição de largada será mais importante do que em qualquer outro circuito do nosso calendário. Nossos objetivos continuam os mesmos: trabalhar com foco, não errar e somar o máximo de pontos possível para a equipe. Vamos pra cima com tudo mais uma vez.”

Lucas encerra mais uma temporada sendo um dos principais representantes dos valores da categoria. O brasileiro é uma referência esportiva e no campo tecnológico da mobilidade em todo o mundo. O campeonato chega para sua etapa final com o brasileiro em 24º, com dois pontos somados em uma temporada difícil devido ao estágio de desenvolvimento do equipamento. Nick Cassidy é o líder com 167 pontos.

A programação da Fórmula E em Londres começa na sexta-feira, com um treino livre. No sábado, mais um treino, seguido pela classificação e corrida 1, com largada às 13h00. O domingo é palco do terceiro treino livre, a classificação e a corrida 2, também às 13h00.

Nic Giaffone estreia em Toronto e comemora volta de circuito

Foto/ Gavin Baker

Nic *Giaffone*

Jovem revelação brasileira no automobilismo norte-americano, Nic Giaffone volta a acelerar neste final de semana no GP de Toronto da USF2000, uma das categorias de acesso da Indy. O piloto da DEForce Racing disputará sua segunda etapa em um circuito de rua e a estreia na pista canadense traz a positiva recordação de ter liderado na pista urbana de St Pete, na Flórida, justamente em sua estreia na categoria no início deste ano.

“Toronto é o segundo circuito de rua da temporada. Estou bastante animado para voltar a correr passando bem próximo dos muros. É claro que é outro traçado, diferente do que corremos na Flórida em St. Petesburgo, mas nós como equipe estamos em uma constante melhora e espero poder lutar para andar entre os primeiros”, diz Nic, que é o atual campeão da USF Juniors.

Sétimo colocado no campeonato geral com 164 pontos na USF 2000, Nic é o segundo melhor rookie na temporada e vem em evolução. O piloto brasileiro está embalado pelo pódio conquistado na etapa passada em Mid-Ohio e também teve grande destaque neste ano no oval Lucas Oil, em Indianápolis, com um segundo lugar.

As atividades oficiais USF2000 em Toronto começam nesta sexta-feira com o treino livre às 11h15 e a classificação 1 às 14h40. A programação segue no sábado com a definição do grid da corrida 2 às 10h10. A primeira prova será a partir de 13h40, ainda no sábado, enquanto a segunda prova está prevista para 9h da manhã de domingo.

Mitsubishi Motors marca presença na 51ª Semana Internacional de Vela de Ilhabela

50ª Semana Internacional de Vela de Ilhabela

Foto/Aline Bassi

Esse *é o maior evento de vela da América do Sul, atraindo velejadores de todo o mundo*

A Mitsubishi Motors, mais longeva parceira da Semana Internacional de Vela de Ilhabela, marca presença na 51ª edição do evento que reúne velejadores de diversas partes do Brasil e do mundo. A competição tem início no dia 20 de julho e vai até o fim de semana seguinte, com encerramento no dia 27.

O maior encontro da modalidade na América do Sul contará com os principais nomes do esporte divididos em barcos de diversos tamanhos e classes distintas, e deve reunir mais de 120 veleiros. Neste ano, a Semana Internacional de Vela de Ilhabela realizará, em homenagem ao ano olímpico, um tributo à união dos medalhistas e amadores que há meio século dividem a mesma raia, inspirando gerações através do esporte.

A marca dos três diamantes marcará presença com diversas frentes de ativação durante a semana da competição – tanto no Yacht Club de Ilhabela quanto na Vila. A primeira delas com carros para a organização do evento e para shuttle de convidados.

No Yacht Club, a marca terá um lounge exclusivo com o SUV Pajero Sport em exposição. E, para atrair ainda mais interesse pelo esporte, a Mitsubishi Motors apoiará o projeto Vivência em Vela, voltado a crianças e adolescentes que querem iniciar na modalidade – serão entregues também camisetas e bonés para todos os participantes. E, no dia 23 (terça-feira), a marca dá nome à Regata Mitsubishi – Eduardo Souza Ramos.

Já na Vila, que reúne milhares de pessoas durante todos os dias de competição, a marca dos três diamantes realizará ativação com car display e exibição do SUV Eclipse Cross, além de test-drive de toda a linha de veículos.

Neste ano, a Mitsubishi também apoiará o desfile da marca de roupas Carmin e promoverá, em parceria com a Revela, que utiliza materiais náuticos para fazer acessórios e peças de roupas, oficina circular e duas rodas de conversa para falar sobre sustentabilidade, meio ambiente, responsabilidade ambiental e boas práticas. É a união do estilo de vida aventureiro, explorador, ao ar livre, com a consciência ambiental e sustentabilidade.

O evento tem início no dia 20 de julho e realizará a cerimônia de premiação no fim de semana seguinte, no dia 27. Entre as classes participantes estão a ORC, RGS, Clássicos, C30, RGS Cruiser e VPRS.

Como iniciativa do Yacht Club de Ilhabela, e com o patrocínio da Mitsubishi Motors, os pilares ESG, tão importantes para o crescimento saudável da sociedade como um todo, não foram esquecidos e serão tratados como cultura do evento de vela mais tradicional da América Latina.

A SIVI segue a agenda positiva dos principais campeonatos do mundo reduzindo o seu impacto ambiental a cada edição. Nos últimos anos, além de promover a conscientização do meio ambiente, reduzindo o uso de papel e plástico, o evento promoveu ações pela limpeza e conservação dos oceanos.

GRAKAR abre temporada 2024 com fortes e emocionantes disputas

Foto/Clicados no Kart

No último dia 06 de julho, a GRAKAR (KUKA Burger, Clicados no Kart, KDA Store, DKR - Luvas, Macacões, Aleport - Portões Automáticos, Débora Machado - Nutricionista, Cervejaria Paulistania, Paes Barbecue - Churrasco onde vc quiser, Zanoello – Troféus, Kart Amador SP - Transmissão e locução, Raimbow Laundry - Lavanderia de Macacões, Jornal O Dia, MP Mundo Papercraft), retomou as suas atividades no Kartódromo Granja Viana e não faltaram disputas, emoção e claro muita festa.

Com as baterias organizadas com o critério de desempenho dos pilotos em 2023, foram definidos os devidos grids para as categorias A, B e C.

Iniciando com a Categoria C, a pole ficou com Anderson Gomes que acabou sucumbindo após boas disputas e a bateria sendo vencida por Silvio Maciel, que havia largado em #P2.

A Categoria B, foi uma das mais pegadas do dia, proporcionado disputas entre os 23 pilotos.

O destaque ficou com as disputas entre os 6 primeiros colocados.

Mesmo se aproveitando da Pole, Eduardo Schiavinato não suportou a pressão em bateria vencida por Adalberto Jr..

Já na Categoria Elite A, destinada aos mais experientes e com os melhores resultados em 2023, após a tomada de tempo já demonstrava o que viria para a corrida que contou com a pole e vitória de Carlos Silva.

Com 68 pilotos participantes, a GRAKAR seguirá para a próxima etapa dia 03/08/2024. As inscrições continuam abertas e interessados procurar pelo contato 55 11 94007-0797 com Wanderley Borges.

F2: Enzo Fittipaldi destaca importância da classificação na Hungria

Foto/ James Gasperoti

Enzo *Fittipaldi*

O brasileiro Enzo Fittipaldi vai acelerar neste final de semana no tradicional circuito de Hungaroring, pista em que acumula seis pódios na carreira. Seus dois últimos foram conquistados em 2022 na própria F2, com um segundo e um terceiro lugares. O piloto tem como objetivo retomar este caminho na nona etapa da temporada 2024.

“O último final de semana foi difícil até domingo, quando mostramos que estávamos competitivos ao fazermos várias ultrapassagens. Conseguimos passar 12 carros e isso nos motiva para irmos bem na Hungria, onde é difícil de ultrapassar, por isso vamos trabalhar no carro para conseguirmos fazer uma boa classificação”, diz Enzo.

Aniversariante na quinta-feira, Enzo Fittipaldi comentou sobre a curiosidade de comemorar o aniversário no dia em que os pilotos fazem o track walk na Hungria. “Podemos até comer um bolinho, mas temos que manter a dieta”, brincou o piloto da VAR, que também já foi ao pódio na Hungria em três oportunidades na FRECA e uma na F3.

As atividades da F2 na Hungria começam nesta sexta-feira com o treino livre às 6h05 da manhã e a definição do grid de largada às 11h da manhã no mesmo dia. A primeira corrida, com a inversão do top-10 da classificação, será realizada no sábado a partir de 9h15 da manhã, enquanto a prova principal ocorre no domingo às 5h05 da manhã. O BandSports exibe a programação completa da competição.